

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**INVENTÁRIO URBANO DE CAÇAPAVA DO SUL:
PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO,
HISTÓRICO E CULTURAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Michelle Campos Morais

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**INVENTÁRIO URBANO DE CAÇAPAVA DO SUL:
PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E
CULTURAL**

Michelle Campos Morais

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

Orientador: Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Saad

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em
Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo-assinado,
aprova a Dissertação de Mestrado

**INVENTÁRIO URBANO DE CAÇAPAVA DO SUL: PATRIMÔNIO DE
VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL.**

elaborada por
Michelle Campos Morais

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO ORGANIZADORA:

**Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Saad
(Presidente/Orientador – UFSM)**

Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM)

Prof. Giane de Campos Grigoletti (UFSM)

Santa Maria, 13 de março de 2013.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, meu guia e protetor, me conduzindo com muita luz e positividade por toda a vida.

A Universidade Federal de Santa Maria, que foi desde a graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo, a base sólida para os estudos realizados e para a minha formação profissional.

A Denise Saad, pela orientação precisa, tranquilidade e gentileza no processo de desenvolvimento do trabalho, e pelo constante incentivo e motivação.

Aos professores Caryl Lopes, Francisco Queruz e Giane Grigoletti pela leitura cuidadosa e sugestões importantes que contribuíram para o trabalho.

A todos os professores pelos conhecimentos transmitidos e a todos os colegas pelos momentos compartilhados.

Aos meus pais, familiares e amigos pelo apoio incondicional e pela compreensão de minha ausência e limitações, que estando próximos ou distantes sempre souberam o valor dos sentimentos verdadeiros.

A amiga Patricia Freitas pelo permanente incentivo e a Catia Cilene Dutra pelo material de pesquisa e encontros concedidos, que são exemplos de dedicação na busca por tempos melhores para Caçapava do Sul.

A administração de Caçapava do Sul, nas pessoas de Otomar Vivian e Maria Alice dos Santos, pela receptividade e abertura em somarmos forças de trabalho.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram e me apoiaram durante o percurso deste Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural.

Houve índios que abriram a clareira
Construindo na mata frondosa
A aldeia futura cidade,
Caçapava, lendária e gloriosa.
E arados sulcaram a terra,
Espalhando a semente no chão...
As coxilhas ficaram mais verdes
E o labor se tornou tradição.

Sentinela avançada dos Cerros
Capital de beleza e de amor
Há riquezas guardadas em teu solo,
Numa festa de luz e de cor
Há promessas de paz e esperança
Nesta terra de tanto valor

Quantas vezes nos dias passados,
Escrevendo um pedaço da história
Os heróis Farroupilhas tombaram
Em momentos solenes de glória,
Cantam hinos às águas da fonte
Recordando que és berço dourado,
De homens fortes, que forjam o futuro,
No presente cultuando o passado

Sentinela avançada dos Cerros
Capital de beleza e de amor
Há riquezas guardadas em teu solo,
Numa festa de luz e de cor
Há promessas de paz e esperança
Nesta terra de tanto valor

(Hino Municipal de Caçapava do Sul - Clara Haag Kipper, 1974)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

INVENTÁRIO URBANO DE CAÇAPAVA DO SUL: PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL.

Autor: Michelle Campos Morais

Orientador: Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Saad

Data e local da defesa: Santa Maria, 13 de março de 2013

A comunidade, para conhecer o seu passado, deve ter o entendimento da necessidade de conhecer o seu patrimônio, pois ele conserva a sua história. A arquitetura é uma das principais manifestações para a análise e entendimento da história das cidades, sendo as edificações importante meio de reconhecimento e de referência urbana. Ressalta-se que é fundamental antes de qualquer ação preservacionista identificar e coletar todas as informações pertinentes dos bens patrimoniais a serem protegidos. Faz-se uso do inventário como instrumento de preservação, que além da documentação, é capaz de conservar a memória coletiva, proporcionando o respeito e a valorização dos bens. A partir daí, o resultado do presente trabalho refere-se ao inventário do patrimônio de valor arquitetônico, histórico e cultural, sendo o registro atualizado de exemplares edificados na área urbana de cidade de Caçapava do Sul. No ano de 1987, foi realizado o inventário dos bens municipais, intitulado 'Projeto Caçapava', tendo sido contemplados setenta e oito imóveis urbanos e trinta e nove imóveis rurais. A fim de pesquisar a situação atual de tais bens, estabeleceu-se o critério de delimitação territorial para a seleção dos bens a serem inventariados na pesquisa. Será contemplada a 'Zona de interesse do patrimônio' segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, contemplando vinte e quatro bens listados no inventário de 1987, sendo que destes, dois bens foram destruídos e vinte e dois bens são remanescentes e serão inventariados na pesquisa. Como conclusão, pretende-se colaborar no sentido de conhecimento e divulgação para a comunidade, resgatando a memória urbana, incentivando a preservação e fornecendo subsídios que podem contribuir substancialmente para as políticas públicas e para os planos de ações nas áreas de preservação patrimonial no município.

Palavras-chave: Arquitetura. Edificação. Inventário. Patrimônio.

ABSTRACT

Master Degree Dissertation
Professionalizing Post Graduation Program in Cultural Patrimony
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

URBAN INVENTORY OF CAÇAPAVA DO SUL: PATRIMONY OF ARCHITECTURAL, HISTORICAL AND CULTURAL VALUE.

Author: Michelle Campos Morais
Advisor: Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Saad
Date and place of the defense: Santa Maria, March 13, 2013

Due to the fact of knowing its past, the community must understand the necessity of knowing its patrimony, because it preserves its history. The architecture is one of the main manifestations for the analyses and understanding of the cities' history, considering that the buildings are an important means of recognizing and urban reference. One should emphasize that it is essential, before any preservationist action, to identify and collect all the data regarding the patrimonial assets to be protected. The inventory control is also used as a preservation tool, which besides its documentation, is able to maintain the collective memory, providing respect and value of the assets. From that moment on, the result of this study refers to the patrimonial inventory of architectural, historical and cultural value, considering the updated registration of built examples in the urban area in the city of Caçapava do Sul. In 1987, an inventory of the city's assets was carried out, it was entitled as "Caçapava Project", sixty-eight urban and thirty-nine rural properties were considered in it. In order to research about the present situation of such properties, the criterion of territorial delimitation was established with the purpose to select the properties to take inventory in the research. The 'Zone of patrimony's interest' will be considered, according to the Municipal Development Master Plan, considering twenty-four properties listed in the inventory of 1987, taking into account that two assets were destroyed and twenty-two are remainders and will take inventory in the research. In conclusion, the intention is to collaborate concerning knowledge and dissemination for the community, rescuing the urban memory, encouraging the preservation and providing subsidies which may contribute substantially for the public policies and for the action plan in the areas of patrimony preservation in the city.

Key words: Architecture. Building. Inventory. Patrimony.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CPHAE - Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (RS)

D.O.E. - Diário Oficial do Estado (RS)

DMC - Departamento Municipal de Cultura (SP)

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (RS)

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPM - Inspetoria de Monumentos Nacionais

PAC - Programa de Aceleração das Cidades Históricas

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa do RS: Localização de Caçapava do Sul.....	45
Figura 02: Imagem aérea da Zona Urbana: Caçapava do Sul/RS.....	46
Figura 03: Vista aérea da 'Zona de interesse do patrimônio' em meados dos anos 1950.....	56
Figura 04: Malha urbana e a delimitação da área de estudo.....	57
Figura 05: Delimitação da área de estudo.....	58
Figura 06: Planta de situação do bem demolido.....	59
Figura 07: Fachada frontal da edificação original.....	59
Figura 08: Situação atual.....	59
Figura 09: Planta de situação do bem demolido.....	60
Figura 10: Perspectiva da edificação original.....	60
Figura 11: Perspectiva da edificação atual.....	60
Figura 12: Planta de situação do bem inventariado.....	62
Figura 13: Vista superior.....	63
Figura 14: Perspectiva.....	63
Figura 15: Fachada frontal.....	63
Figura 16: Fachada lateral.....	63
Figura 17: Detalhe telhado danificado e com vegetação daninha.....	63
Figura 18: Escudo da família na fachada e janelas em arco abatido.....	63
Figura 19: Detalhe cimalha.....	63
Figura 20: Detalhe fachada.....	63
Figura 21: Planta de situação do bem inventariado.....	65
Figura 22: Edificação à direita.....	66
Figura 23: Fachada frontal.....	66
Figura 24: Perspectiva.....	66
Figura 25: Fachada frontal.....	66
Figura 26: Fachada lateral.....	66
Figura 27: Detalhe frontão triangular com símbolo da justiça.....	66
Figura 28: Planta de situação do bem inventariado.....	68
Figura 29: Início da construção.....	69
Figura 30: Fachada lateral, em construção.....	69
Figura 31: Fachada frontal, em construção.....	69
Figura 32: Obra finalizada, registro de 1936.....	69
Figura 33: Perspectiva.....	69
Figura 34: Perspectiva.....	70
Figura 35: Fachada frontal.....	70
Figura 36: Detalhe da porta principal com arco pleno com cercadura e bandeira cega decorada.....	70
Figura 37: Detalhe frontão triangular e nichos com imagens.....	70
Figura 38: Planta de situação do bem inventariado.....	72
Figura 39: Vista superior.....	73
Figura 40: Perspectiva.....	73
Figura 41: Perspectiva.....	73
Figura 42: Fachada frontal.....	73
Figura 43: Fachada frontal.....	73

Figura 44: Fachada lateral.....	73
Figura 45: Detalhe cimalha e cunhal.....	73
Figura 46: Detalhe esquadria com verga reta com cercadura.....	73
Figura 47: Planta de situação do bem inventariado.....	75
Figura 48: Vista a partir do interior do lote.....	76
Figura 49: Perspectiva.....	76
Figura 50: Vista a partir da Rua Barão de Caçapava.....	76
Figura 51: Vista a partir do interior do lote.....	76
Figura 52: Planta de situação do bem inventariado.....	78
Figura 53: Forte com Igreja Matriz ao fundo, registro de 1936.....	79
Figura 54: Exposições agropecuárias no Forte, registro de 1936.....	79
Figura 55: Vista superior.....	79
Figura 56: Vista lateral.....	79
Figura 57: Presença de vegetação daninha.....	79
Figura 58: Presença de vegetação daninha.....	79
Figura 59: Planta de situação do bem inventariado.....	81
Figura 60: Perspectiva.....	82
Figura 61: Perspectiva.....	82
Figura 62: Fachada frontal.....	82
Figura 63: Detalhe da platibanda.....	82
Figura 64: Planta de situação do bem inventariado.....	84
Figura 65: Fachada Frontal.....	85
Figura 66: Perspectiva.....	85
Figura 67: Fachada frontal.....	85
Figura 68: Detalhe frontão recortado e indicação do ano de construção.....	85
Figura 69: Detalhe esquadria com verga reta e cercaduras decorativas em sua parte superior.....	85
Figura 70: Detalhe da esquadria com falsos balaustres e balcão.....	85
Figura 71: Planta de situação do bem inventariado.....	87
Figura 72: Fachada Frontal.....	88
Figura 73: Perspectiva.....	88
Figura 74: Fachada frontal.....	88
Figura 75: Fachada frontal.....	88
Figura 76: Detalhe esquadria com verga reta e cercaduras decorativas em sua parte superior.....	88
Figura 77: Detalhe da platibanda com pequeno frontão e pináculos.....	88
Figura 78: Planta de situação do bem inventariado.....	90
Figura 79: Edificação adquirida em 1908.....	91
Figura 80: Construção do 2º piso da ala esquerda.....	91
Figura 81: Ampliação do segundo pavimento em 1928.....	91
Figura 82: Construção da ala direita.....	91
Figura 83: Fachada frontal.....	91
Figura 84: Detalhe torre e frontão triangular.....	91
Figura 85: Detalhe sacada.....	91
Figura 86: Detalhe balcão.....	91
Figura 87: Planta de situação do bem inventariado.....	93
Figura 88: Fachada frontal.....	94
Figura 89: Detalhe frontão em arco.....	94
Figura 90: Detalhe esquadria com verga reta com cercadura na parte superior.....	94
Figura 91: Planta de situação do bem inventariado.....	96

Figura 92: Fachada frontal.....	97
Figura 93: Detalhe segundo pavimento.....	97
Figura 94: Detalhe frontão em arco.....	97
Figura 95: Planta de situação do bem inventariado.....	99
Figura 96: Perspectiva.....	100
Figura 97: Perspectiva.....	100
Figura 98: Detalhe da platibanda com elementos decorativos.....	100
Figura 99: Detalhe esquadria com verga reta com cercadura.....	100
Figura 100: Planta de situação do bem inventariado.....	102
Figura 101: Perspectiva.....	103
Figura 102: Perspectiva.....	103
Figura 103: Perspectiva.....	103
Figura 104: Fachada frontal.....	103
Figura 105: Acesso principal.....	103
Figura 106: Detalhe frontão triangular e colunas.....	103
Figura 107: Planta de situação do bem inventariado.....	105
Figura 108: Perspectiva.....	106
Figura 109: Perspectiva.....	106
Figura 110: Perspectiva.....	106
Figura 111: Acabamento em cunhal.....	106
Figura 112: Detalhes na fachada.....	106
Figura 113: Planta de situação do bem inventariado.....	108
Figura 114: Vista frontal do monumento.....	109
Figura 115: Vista frontal do monumento.....	109
Figura 116: Detalhe do monumento.....	109
Figura 117: Planta de situação do bem inventariado.....	111
Figura 118: Perspectiva.....	112
Figura 119: Fachada frontal.....	112
Figura 120: Detalhe frisos e cunhal.....	112
Figura 121: Detalhe esquadria com verga em arco ogival com cercadura.....	112
Figura 122: Planta de situação do bem inventariado.....	114
Figura 123: Perspectiva.....	115
Figura 124: Perspectiva.....	115
Figura 125: Fachada frontal.....	115
Figura 126: Fachada lateral.....	115
Figura 127: Detalhe frisos e cunhal.....	115
Figura 128: Detalhe esquadria com verga reta com cercadura.....	115
Figura 129: Planta de situação do bem inventariado.....	117
Figura 130: Perspectiva.....	118
Figura 131: Perspectiva.....	118
Figura 132: Fachada frontal: parte 1 e parte 2 da edificação.....	118
Figura 133: Fachada lateral.....	118
Figura 134: Detalhe frisos e cunhal.....	118
Figura 135: Detalhe frontão em arco e sótão.....	118
Figura 136: Detalhe esquadria com verga em arco pleno com cercadura.....	119
Figura 137: Detalhe do 2º pavimento da parte 2.....	119
Figura 138: Detalhe tratamento decorativo na platibanda.....	119
Figura 139: Detalhe esquadria com verga reta e elementos da fachada.....	119
Figura 140: Planta de situação do bem inventariado.....	121
Figura 141: Perspectiva.....	122

Figura 142: Perspectiva.....	122
Figura 143: Fachada frontal.....	122
Figura 144: Fachada lateral.....	122
Figura 145: Detalhe frontão em arco e sótão.....	122
Figura 146: Detalhe tratamento decorativo na platibanda.....	122
Figura 147: Planta de situação do bem inventariado.....	124
Figura 148: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, 1987.....	125
Figura 149: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.....	125
Figura 150: Detalhe platibanda. Fonte: A autora, 2012.....	125
Figura 151: Detalhe esquadria com verga reta e cercadura decorativa.....	125
Figura 152: Detalhe elementos decorativos na fachada.....	125
Figura 153: Planta de situação do bem inventariado.....	127
Figura 154: Perspectiva.....	128
Figura 155: Perspectiva.....	128
Figura 156: Fachada frontal.....	128
Figura 157: Detalhe frontão em arco.....	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema.....	14
1.2 Problema de pesquisa e relevância do projeto.....	14
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo geral.....	16
1.3.2 Objetivos específicos.....	16
1.4 Estrutura da pesquisa.....	16
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1 Patrimônio cultural: histórico.....	18
2.2 Patrimônio cultural: conceitos e definições.....	26
2.3 Monumentos e valores.....	34
2.4 Inventário arquitetônico como etapa para a preservação.....	40
2.5 Município de Caçapava do Sul.....	42
2.5.1 Bens tombados.....	46
3 MATERIAIS E MÉTODOS	49
3.1 Modelo de ficha a ser preenchida para o inventário urbano de Caçapava do Sul.....	50
4 INVENTÁRIO URBANO DE CAÇAPAVA DO SUL	55
4.1 Casa de Uihôa Cintra ou Casa dos Ministérios – entre 1800 e 1840.....	62
4.2 Fórum – entre 1800 e 1840.....	65
4.3 Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção – 1815.....	68
4.4 Casa de Borges de Medeiros – por volta de 1840.....	72
4.5 Fonte do Conselheiro – por volta de 1840.....	75
4.6 Forte Dom Pedro II – 1848.....	78
4.7 Antigo Conjunto Comercial – 1902.....	81
4.8 Antiga Residência – 1918.....	84
4.9 Antiga Residência e comércio – 1919.....	87
4.10 Clube União Caçapavana – 1927.....	90
4.11 Antiga Aquarela Fiambreria – 1928.....	93
4.12 Antigo Armazém J. Alves – 1928.....	96
4.13 Antiga Residência e Comércio – 1929.....	99
4.14 Escola Estadual Dinarte Ribeiro – 1935.....	102
4.15 Capela – 1984.....	105
4.16 Monumento ao Centenário Farroupilha – 1935.....	108
4.17 Antiga Residência – 1939.....	111
4.18 Antiga Sede Polícia Civil – 1949.....	114
4.19 Antiga Residência – 1949.....	117
4.20 Antiga Residência – 1954.....	121
4.21 Antiga Residência – 1964.....	124
4.22 Antiga Residência e Comércio – 1978.....	127
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	130
6 CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXOS	138

1. INTRODUÇÃO

As memórias de um passado são passíveis de consolidação no presente e constituem o sentimento de identidade humana, servindo como marca ou sinal de sua cultura e como elemento de identificação da história e dos seus acontecimentos mais marcantes. A memória é essencial para uma cultura que deseja preservar suas características e como ela é intimamente ligada à identidade, fornece subsídios para que a identidade se construa e se fortaleça a partir de elos comuns.

O resgate da memória é de suma importância devido à construção de uma identidade consistente, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator importante para o sentimento de continuidade. Para tal resgate faz-se uso de processos e instrumentos de diferentes ciências e técnicas, importantes para a preservação da memória e de seus testemunhos.

As cidades brasileiras possuem parcela significativa de seus monumentos e bens de valor arquitetônico, histórico e cultural fadada ao desaparecimento. A cidade de Caçapava do Sul conta com inúmeros exemplares, importantes por estarem vinculados à memória de seus cidadãos. Considerando o grande acervo, representativo desde períodos de formação da cidade e que já foi gradativamente destruído, se faz necessária a luta pela permanência do que ainda está inserido no meio, que ainda fala de um passado que remete à história da construção da cidade e que confere-lhe sentido de identidade.

Nesse contexto são necessárias medidas que venham a contribuir para o resgate e a preservação da memória, a partir da devida documentação de seus bens, que servirá para identificação e estabelecimento, através de um inventário, dos valores de seu patrimônio. Além disso, Caçapava do Sul não dispõe de uma política de preservação no que tange ao patrimônio, sendo necessário fomentar ações nesse sentido.

O inventário urbano de Caçapava do Sul como instrumento de preservação é produto desta pesquisa que tem como proposta o registro atualizado do patrimônio de valor arquitetônico, histórico e cultural. Pretende-se contribuir no sentido de conhecimento por parte da comunidade, incentivo a preservação e fornecimento de subsídios para planos de ações.

Ressalta-se que a arquitetura é um dos principais elementos para a análise e compreensão da história das cidades, tendo as edificações importante papel como referência urbana. As edificações constituem-se como uma narrativa material, sendo consagradas como testemunhas da história e incorporando a função de suscitar a rememoração do passado. O inventário de edificações e outros bens culturais transcende a simples atividade de documentação, significando uma ação de preservação da memória, pois é capaz de conservar a imagem, o simbolismo e a história do patrimônio construído.

Além de ser importante para a comunidade conhecer o seu passado, deve ter o entendimento da necessidade de conhecer o seu patrimônio, pois ele conserva a sua história. Os bens de relevância arquitetônica, histórica e cultural simbolizam a identidade das cidades e requerem uma reflexão sobre sua preservação. Acredita-se que o conhecimento do patrimônio proporcionará o respeito e a valorização dos bens, assim como o fortalecimento da memória coletiva.

1.1. Tema

O presente trabalho tem como tema o Inventário urbano de Caçapava do Sul: patrimônio de valor arquitetônico, histórico e cultural. Consiste no registro atualizado de exemplares edificados na cidade de Caçapava do Sul, por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades, adotando-se, para sua execução, fundamentação de natureza arquitetônica, histórica e cultural.

1.2. Problema de pesquisa e relevância do projeto

Presencia-se, em Caçapava do Sul, o constante risco da sobrevivência do patrimônio local, devido ao processo de crescimento urbano, especulação imobiliária e falta de políticas públicas. Dentre os inúmeros exemplares identificados, percebe-se a falta de preocupação em relação à manutenção e preservação das edificações remanescentes, sendo, muitas vezes, os bens desconhecidos até mesmo para a

população que os vivencia no seu dia a dia. Atrelado a isso, observa-se prejuízos para a memória coletiva e identidade cultural, com a descaracterização e empobrecimento do cenário urbano.

Em Caçapava do Sul, foi realizado, no ano de 1987, o inventário dos bens municipais, intitulado 'Projeto Caçapava', tendo a participação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE) e Prefeitura Municipal. Foram contemplados inúmeros bens urbanos e rurais, que possuíam algum valor arquitetônico, histórico ou cultural para a cidade.

Apesar da preocupação, há vinte e cinco anos atrás, o documento não foi divulgado junto à população e conseqüentemente veio a cair no esquecimento. Parte dos bens listados foram destruídos ou modificados, não existindo atualmente registro de quantos destes bens ainda resistem ou que mantenham suas características originais.

O problema de pesquisa centra-se na averiguação da situação atual de bens listados no referido documento. Apresenta-se o inventário como meio de reconhecimento da produção arquitetônica e permitindo que a partir daí possam ser registrados os bens locais.

A relevância desta pesquisa está em desenvolver o inventário do patrimônio material edificado da área urbana de Caçapava do Sul, que se torna fundamental para contribuir e reforçar o sentimento de preservação. A identificação e registro dos bens conduzirão ao destaque de sua importância como exemplares do contexto histórico e evolução urbana e, assim, serem valorizados enquanto patrimônio.

Parte-se do pressuposto da utilização do inventário como meio para a busca da educação patrimonial, através da conscientização e valorização por parte da comunidade. O inventário deverá se tornar público a fim de subsidiar discussões e intervenções na parcela abrangida e em outras áreas da cidade e viabilizar ações concretas no sentido da preservação do patrimônio.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Registrar e contribuir para a preservação de edificações consideradas importantes do ponto de vista arquitetônico, histórico e cultural na área urbana da cidade de Caçapava do Sul através de um inventário de edificações.

1.3.2. Objetivos específicos

Pesquisar a situação atual de bens listados em inventário da cidade de Caçapava do Sul no ano de 1987.

Promover a valorização do patrimônio material edificado da área urbana da cidade de Caçapava do Sul.

Resgatar e preservar a memória coletiva e o sentido de identidade relacionada aos exemplares edificados.

Servir como referência para iniciativas em prol de estudos, registros, educação patrimonial e ações preservacionistas.

1.4. Estrutura da pesquisa

O trabalho foi estruturado em tópicos independentes, distribuídos em seis capítulos:

No primeiro capítulo, INTRODUÇÃO, apresenta-se a importância do tema, o problema de pesquisa e a relevância do projeto, bem como seu objetivo geral e objetivos específicos.

No segundo capítulo realiza-se a REVISÃO BIBLIOGRÁFICA de alguns assuntos relacionados ao objeto de pesquisa, apresentando o histórico e

embasamento teórico e legal, através de conceitos de patrimônio, monumento, valor e inventário. Neste capítulo refere-se ainda ao Município de Caçapava do Sul, relatando-se aspectos históricos, evolução urbana e bens tombados.

O terceiro capítulo, MATERIAIS E MÉTODOS, é de fundamental importância para a compreensão do inventário, pois define os parâmetros de seleção dos exemplares que serão pesquisados, o processo de elaboração das fichas e os materiais utilizados.

No quarto capítulo encontra-se o INVENTÁRIO URBANO DE CAÇAPAVA DO SUL, consistindo na identificação e registro de exemplares edificados e o detalhamento de seus aspectos arquitetônicos, históricos, culturais e construtivos.

O quinto capítulo, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS, expõem-se os limites da pesquisa, sua aplicabilidade e o debate acerca de novos desafios.

No sexto capítulo, CONCLUSÃO, demonstram-se as discussões e reflexões, as quais aparecem ao longo do trabalho, a partir daquilo que foi proposto enquanto objeto do trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para o desenvolvimento da pesquisa faz-se necessário realizar a revisão de conceitos de caráter histórico, teórico e legal que norteiam o estudo do patrimônio e sua importância no resgate da memória e identidade. A revisão destes conceitos é de fundamental importância para a realização do inventário proposto, vindo ao encontro dos temas abordados e sendo de grande valia para novas reflexões e aporte na elaboração de métodos de pesquisa.

Além de apontar teóricos considerados fundamentais para a formação do patrimônio, faz-se a análise de constituições, de leis infraconstitucionais e de conceitos presentes nas cartas patrimoniais das convenções internacionais, já que estas indicam diferentes valores atribuídos ao conceito de patrimônio cultural ao longo do tempo. Os diversos significados de patrimônio somados à evolução conceitual do termo constituem a base teórica para a construção do conceito de patrimônio no Brasil. Em escala nacional, o foco de análise centra-se nas ações preservacionistas a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

2.1. Patrimônio cultural: histórico

Segundo Lemos¹, a preocupação com a proteção do patrimônio histórico e cultural remonta à Idade Antiga, quando, no século III, o Império Romano já possuía um código de posturas que visava a conservação da imagem da cidade e estabelecia multas para quem adquirisse uma edificação com a finalidade de demoli-la. Essa preocupação transmitiu-se ao Império Bizantino que, ao final do século IV, possuía medidas que proibiam a desfiguração das fachadas e dos seus ornamentos. No período do Renascimento Italiano, no início da Idade Moderna, instituem-se leis por iniciativa da Igreja visando a conservação de edificações e documentos.

¹ LEMOS, Cristian Iribarrem. 2004.

Ainda de acordo com Lemos², seguiram-se novas medidas de preservação do patrimônio, principalmente na Europa. Durante o período barroco, na Alemanha e na Itália ocorreram obras de conservação e reconstrução de antigos castelos e catedrais. Durante a Revolução Francesa, publicou-se um decreto considerando propriedade pública todas as antiguidades nacionais. Na Alemanha, no início do século XIX, estabeleceu-se uma resolução de proteção ao patrimônio que foi estendida ao início do século XX .

As tratativas que se davam em nível internacional acerca dos conceitos ligados à preservação, servem de base para a moderna legislação. No início do século XX, iniciam-se uma série de conferências com o objetivo de identificar diretrizes que seriam aplicáveis internacionalmente em uma concepção comum do conceito de cidade.

Tem-se como marco a Carta de Atenas³, que foi um meio pioneiro de expressão de tais princípios através de um manifesto urbanístico datado de 1933, sendo redigida e assinada por importantes arquitetos e urbanistas, entre os quais destaca-se Le Corbusier, como conclusão do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em outubro de 1931 em Atenas, na Grécia. De acordo com Françoise Choay (2006):

Só em 1931 se realiza a primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos, em Atenas. Dois anos antes dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que, na mesma cidade, elaborou a célebre Carta de Atenas, ela deu ensejo a que se levantasse a questão das relações entre os monumentos antigos e a cidade, e que se desenvolvessem a esse respeito ideias e propostas discordantes, porém mais avançadas que as da Carta.⁴

Em 1964, surge a Carta de Veneza⁵ redigida a partir do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que a partir de uma síntese de diversas teorias, estabelece novas regras para a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Neste documento está presente a preocupação não só com o monumento mas também com o seu meio envolvente como parte integrante deste, para além da necessidade de documentar todo o processo de conservação ou de estudo do monumento para eventuais futuras intervenções.

² LEMOS, Cristian Iribarrem. 2004.

³ CARTA DE ATENAS, 1931.

⁴ CHOAY, 2006, p. 173.

⁵ CARTA DE VENEZA, 1964.

Também a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi fundada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. A UNESCO tem sua origem ainda no tempo da Liga das Nações que criou uma comissão em 21 de setembro de 1921 para estudar a questão da educação e cultura.

A UNESCO iniciou, com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁶, uma convenção em 16 de novembro de 1972 chamada “Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural”, propondo-se a classificar, catalogar e preservar locais de importância cultural ou natural, como patrimônio comum da humanidade. Como coloca Choay (2006):

A mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais. Essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembleia Geral da Unesco. Esse texto baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico – monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou de conjuntos que apresentam ‘um valor excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência’. Estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema. Para os países dispostos a reconhecer sua validade, a Convenção criava um conjunto de obrigações relativas à ‘identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações’.⁷

A abordagem no âmbito internacional estendeu-se ao longo da segunda metade do século XX, ampliando-se os parâmetros de análise da preservação do patrimônio expresso pelas cartas resultantes dos congressos internacionais. Tais recomendações não foram sempre plenamente seguidas em todos os países e mesmo quando aplicadas, não ocorreu simultaneamente em todo o mundo.

Na América Latina, as discussões internacionais influenciaram as iniciativas com relação ao patrimônio, sendo que a contribuição internacional foi fundamental na construção da política preservacionista nacional brasileira. Fonseca (1997) destaca que:

No século XIX se consolidaram dois modelos de políticas de preservação: o modelo anglo-saxônico, com o apoio de associações civis, voltado ao culto

⁶ ONG fundada em 1965, na Polônia, em decorrência das diretrizes do Congresso de Veneza (1964), cuja função é promover a metodologia e a técnica para conservação e proteção do patrimônio arquitetônico.

⁷ CHOAY, 2006, p. 207.

ao passado e para a valoração ético-estética dos monumentos, e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado. Esse último modelo predominou entre os países europeus, e foi exportado, na primeira metade do século XX, para países da América Latina, como o Brasil e a Argentina, e, após a Segunda Guerra Mundial, para as ex-colônias francesas.⁸

Ainda assim, o patrimônio nacional assume um conjunto de peculiaridades, sobretudo pelas múltiplas formas que o espaço assume na totalidade do território, bem como quanto à efetividade na construção das identidades. Segundo dados do SPHAN⁹, no Brasil, a primeira notícia que se tem de alguma iniciativa visando a proteção de monumentos históricos data de meados do século XVIII, quando o Vice-Rei do Estado do Brasil (1735 a 1749) demonstra preocupação a respeito das edificações deixadas pelos holandeses, em Pernambuco.

Considera-se que as origens da noção de preservação do patrimônio no Brasil situam-se na década de 1920, quando são elaborados os primeiros projetos de lei a esse respeito com registros de iniciativas locais e estaduais. No período aflora de maneira intensa um sentimento de patriotismo e busca de identidade nacional, reflexo dos acontecimentos sociais e políticos em todo o mundo.

A busca pelo fortalecimento da identidade refletiu em interesses pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e, na década de 1930, as iniciativas preservacionistas começam a alcançar resultados mais consistentes. Tem-se como marco a cidade de Ouro Preto, que foi declarada monumento nacional pelo Decreto nº 22.928 de 12 julho de 1933, em reconhecimento a seu rico passado histórico como principal cidade do Ciclo do Ouro nas Minas Gerais e seu notável patrimônio edificado. Embora de alcance restrito pelo seu objetivo, teve grande significação por haver assinalado a decisão dos poderes públicos nacionais de iniciarem uma política nova. (SPHAN).¹⁰

De acordo com Fonseca¹¹, o primeiro órgão brasileiro voltado para a preservação do patrimônio foi a Inspeção de Monumentos Nacionais (IPM) criado em 1933 como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional, norteada por uma perspectiva tradicionalista e patriótica. Foi instituída pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, e tinha como principais finalidades impedir que objetos

⁸ FONSECA, 1997, p.62-63.

⁹ SPHAN, 1980, p. 9.

¹⁰ Ibid., p. 11.

¹¹ FONSECA, op. Cit., p.103.

antigos, referentes à história nacional fossem retirados do país em virtude do comércio de antigüidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, em função da modernização das cidades.

Neste mesmo ano, foi promulgada a nova Constituição Federal, que, em seu Art. 148, inclui entre os deveres da União, aos Estados e aos Municípios “favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”.¹²

Outro destaque na ampliação de ações sobre patrimônio é a criação, em 1935, do Departamento Municipal de Cultura (DMC) na cidade de São Paulo, que correspondeu a anseios de um grupo de intelectuais paulistas, tendo Mário de Andrade como primeiro diretor. Em 1936, Mário de Andrade foi solicitado a preparar um documento para a criação de uma instituição nacional de proteção do patrimônio, documento esse que foi usado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do futuro Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Mário de Andrade trabalhava com um conceito de patrimônio cultural bastante avançado, como nos mostra Fonseca (2005):

Sem dúvida, no seu anteprojeto Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para o seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, os preceitos da Carta de Veneza, de 1964. Ao reunir num mesmo conceito- arte- manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção.¹³

Coube a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, tomar a iniciativa dos estudos para um novo projeto de lei federal referente à matéria. Ainda em 1936, Capanema conseguiu a inclusão do SPHAN junto a Câmara dos Deputados e a autorização do então Presidente Getúlio Vargas para seu funcionamento em caráter experimental (SPHAN).¹⁴

O SPHAN foi instituído a partir da Lei nº 378, em 13 de janeiro de 1937, tornando o órgão federal incumbido da proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro precursor, sendo a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens

¹² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1934, Art. 148.

¹³ FONSECA, 2005, p. 99.

¹⁴ SPHAN, 1980, p. 12-13.

culturais na América Latina, alcançando grande prestígio no exterior (SPHAN)¹⁵. Sua atuação foi regulamentada pelo Decreto nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano, documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente da instituição até 1967, e contou com a colaboração de outros artistas e intelectuais ilustres como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Sérgio Buarque de Holanda, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade.

De acordo com Fonseca (1997), o “Decreto nº 25 de criação do SPHAN estava voltado, basicamente, para garantir ao órgão que surgia os meios legais para sua atuação num campo extremamente complexo: a questão da propriedade”.¹⁶ Consta em seu Art. 1º:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.¹⁷

A partir do decreto definiu-se o termo tombamento como um instrumento organizador e catalogador, consistindo em um meio legal para compatibilizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional com o direito de propriedade. Define no §1º que os bens só eram “considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo”¹⁸, sendo estes apresentados em seu Art. 4º como Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.¹⁹

Apesar de contemplar, em parte, o patrimônio imaterial, as atenções eram voltadas para o patrimônio materializado a fim de que este não desaparecesse. Houve a preparação de técnicos e realizados tombamentos, restaurações e revitalizações, assegurando a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, assim como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis.

¹⁵ SPHAN, 1980, p. 14.

¹⁶ FONSECA, 1997, p. 114.

¹⁷ DECRETO Nº 25, 1937, ART. 1º.

¹⁸ Ibid., §1º.

¹⁹ Ibid., ART. 4º.

O SPHAN veio a ser posteriormente Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional através do Decreto nº 8.534 de 2 de janeiro de 1946 (SPHAN).²⁰ No mesmo ano a Constituição Federal já contemplava no seu texto a proteção do patrimônio constando em seu Art. 175 que “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficavam sob a proteção do poder público”.²¹

Por meio do Decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970 o SPHAN passou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesta década o órgão passou por diversas transformações buscando superar o desgaste do modelo implantado e passando a adotar uma postura condizente com o contexto histórico da época, auge da fase modernista com mobilização intensa da sociedade, e de poderosa especulação imobiliária a partir de crescente processo de desenvolvimento da urbanização e industrialização (SPHAN).²²

Destaca-se também a Portaria nº 230 de 26 de março de 1976, que aprova o regimento interno do IPHAN. Nesta década a ação de proteção foi descentralizada, com o estabelecimento de órgãos a nível estadual com competência de tombamento e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (SPHAN).²³

Através do Decreto nº 84.198 de 13 de novembro de 1979 o SPHAN passou a chamar-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob a estrutura do Ministério da Educação e Cultura, o qual permanece até atualidade, e que em 1994 passou a designar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Hoje é o órgão federal que representa as ações governamentais para promoção e coordenação do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. (SPHAN)²⁴

Dentro das ações a nível nacional, cabe também mencionar a evolução dos processos do patrimônio cultural no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme dados do site <<http://www.iphae.rs.gov.br>> a primeira iniciativa foi com a Lei nº 971 de 1950 que cria o Conselho de Proteção do Patrimônio Científico, Artístico e Histórico do Estado, ainda sem o instrumento do tombamento. Em 1954 tem-se a criação da

²⁰ SPHAN, 1980, p. 15.

²¹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1946, Art. 175.

²² SPHAN, op. cit., p. 19.

²³ SPHAN, loc. cit.

²⁴ Ibid., p. 28.

Divisão de Cultura, ligada à Secretaria da Educação, onde ficou estabelecida a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural, estudos e difusão do folclore estadual. Em 1964 surge junto à Divisão, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico, responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais.

A partir de 1979, com a Lei nº 7.831 de 1978 esse órgão passa a ser chamado Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE) e, em 1990, com a criação da Secretaria de Estado da Cultura, através da Portaria nº 11 de 1990, há alteração da denominação das coordenadorias, transformando-as em institutos, surgindo, assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Assim, o IPHAE é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, operacionalização e a execução das ações do IPHAN em âmbito estadual, realizando a proteção e o tombamento do patrimônio cultural estadual.

No Estado do Rio Grande do Sul destaca-se o patrimônio arquitetônico edificado encontrado principalmente nos centros históricos, onde se podem observar alguns bens tombados nos municípios. O município de Caçapava do Sul participa do Programa de Aceleração das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas), lançado em dezembro de 2009 pelo governo federal, no intuito de articulação de projetos de revitalização do patrimônio histórico.

De acordo com o IPHAN, a iniciativa pretende designar recursos anuais para recuperação do patrimônio cultural dos municípios, contando com a participação de governos estaduais, municipais e da iniciativa privada, através de planos de ações pactuados com os municípios. Um dos princípios deste programa é integrar as ações de preservação às demais políticas públicas no campo do turismo, da educação patrimonial e do desenvolvimento econômico e social.

Caçapava do Sul possui um acervo patrimonial significativo, sendo de fundamental importância a preocupação com a sua preservação e de grande relevância para o desenvolvimento local. Nesse sentido se faz necessária a abordagem de conceituações para melhor avaliar as contribuições e limitações sob o aspecto arquitetônico, histórico e cultural, a fim de averiguação de atos do passado no que tange a formação da identidade cultural da sua população e para melhor compreensão dos instrumentos passíveis de serem adotados no município.

2.2. Patrimônio cultural: conceitos e definições

O sentido de patrimônio abriga conceitos diversos, sendo preciso compreender os aportes teóricos sobre o processo de sua formação, refletir sobre suas definições, a fim de estabelecer a noção atual de patrimônio cultural. Em se tratando da etimologia da palavra patrimônio, de acordo com Françoise Choay (2006):

Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito "nômade", ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.²⁵

De acordo com Funari e Pelegrini (2006), “patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia entre os antigos romanos a tudo que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, pai de família”.²⁶ Encontra-se a associação entre a noção de paternidade e de pátria, referindo-se ainda as noções de herança, legado e posse. Fazendo alusão a uma visão mais abrangente de patrimônio, Funari e Pelegrini (2006) ainda declaram: “a definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis”.²⁷

É a partir da perspectiva de posse coletiva no sentido de identidade nacional já contextualizada historicamente, que se tem o uso do termo patrimônio, somando e sobrepondo-se aos valores artísticos e históricos, sobressaindo o valor de nacionalidade e surgindo então a noção de patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse sentido, Gonçalves (1996) afirma que:

O patrimônio histórico e artístico é visto como um objeto de conhecimento profissional, mas, simultaneamente, como o objeto de uma causa nacionalista que, como tal, transcende as fronteiras profissionais. Essa causa é concebida com base em um conhecimento racional, objetivo da história, excluindo toda atitude romântica, simplista e sentimental em relação ao passado.²⁸

²⁵ CHOAY, 2006, p. 11.

²⁶ FUNARI, PELEGRINE, 2006, p.11.

²⁷ Ibid., p. 32.

²⁸ GOLÇAVES, 1996, p. 44.

Em se tratando da historicidade do conceito de patrimônio cultural e se sua procedência for procurada, observa-se a relação com outras noções e conceitos que, de diferentes maneiras ao longo do tempo, tiveram participação para a sua configuração. De modo geral, os conceitos norteadores da preservação, até meados do século XX, voltavam-se para as questões técnicas da conservação e restauração, não apresentando grandes avanços no sentido de uma renovação conceitual. A expressão patrimônio cultural foi recentemente instituída como conceito das ações preservacionistas, sendo que passou por variações e, mesmo depois de oficialmente estabelecida como um conceito, encontra-se em constante processo de reavaliação e ampliação.

A preservação do patrimônio cultural no que tange a ações oficiais realizadas por órgãos públicos juridicamente instituídos para cumprir essa função, pode também ser considerada como uma prática recente. Verificou-se que as primeiras diretrizes internacionais começaram a ser delineadas na década de 1930, iniciando por países europeus e sendo aderidas aos poucos por outros continentes. As constantes transformações mundiais fazem com que as diretrizes e demandas estejam sempre sendo reavaliadas provocando constantes adaptações nas ações oficiais de preservação.

Uma maneira de analisar como o patrimônio se transforma na escala internacional, principalmente a partir de meados do século XX, é a leitura das cartas patrimoniais, já que estas cartas constituem recomendações preservacionistas que indicam os valores atribuídos aos conceitos dentro do contexto social e cultural no qual foram elaboradas. Mais do que um registro histórico, as cartas patrimoniais constituem uma importante fonte para compreender como o conceito de patrimônio se desencadeou na história e as suas transformações.

A Carta de Atenas de 1933 é considerada o primeiro documento de recomendações internacionais visando a salvaguarda dos bens culturais que permanece até a atualidade como referência para os órgãos gestores do patrimônio. A carta traz referências a monumentos artísticos e históricos, não apresentando o termo patrimônio cultural:

A conferência assistiu à exposição dos princípios gerais e das doutrinas concernentes à proteção dos monumentos. Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos - e cada caso pode comportar uma solução própria -, a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais,

evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época. A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que o seu caráter histórico ou artístico.²⁹

Muito embora no século XIX e começo do século XX tenha prevalecido as ideias do francês Viollet-le-Duc, foram os princípios de Camillo Boito que inspiraram o texto da Carta de Atenas. Boito reconhece a autenticidade do objeto, defendida por Ruskin, ao mesmo tempo em que não rejeita a restauração de Viollet-le-Duc, ainda que limitada a casos extremos. Segundo Choay (2006), “Contrapondo com essas duas doutrinas antagônicas (Ruskin x Viollet-le-Duc), Boito recolhe o melhor de cada uma, extraíndo delas, em seus escritos, uma síntese sutil, que aliás nem sempre haverá de aplicar em suas próprias restaurações”.³⁰

Ademais, Boito formulou um conjunto de diretrizes para a conservação e a restauração dos monumentos históricos. Suas ideias auxiliaram na separação precisa entre os conceitos de restauração e conservação, criando assim um sistema de hierarquia de intervenções, que junto com outras proposições constituem a base da restauração como disciplina e inspiram parte das recomendações da Carta de Atenas.

A Carta de Atenas contribuiu para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional, traduzido na elaboração de vários documentos internacionais voltados para a preservação do patrimônio cultural como as chamadas cartas sobre restauro e cartas patrimoniais. Tais documentos servem de base para atuais normas e legislações, sendo que muitas de suas proposições são ainda mantidas nos dias de hoje.

A Carta de Veneza de 1964 apresenta um conceito de monumento histórico duplamente estendido à tipologia e à escala dos objetos, ao compreender não só as obras arquitetônicas isoladas e as grandes criações, mas também os sítios urbanos e as obras modestas. Define ainda como finalidade da conservação e da restauração, a proteção, tanto da obra de arte, quanto do testemunho histórico, valores intrínsecos nos monumentos. A carta define em seus Art. 1º, 2º e 3º:

²⁹ CARTA DE ATENAS, 1931, p. 1.

³⁰ CHOAY, 2006, p. 164.

Artº 1º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.

Artº 2º - A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que podem contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio monumental.

Artº 3º- A conservação e o restauro dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.³¹

Em 1964 a referência a monumentos artísticos e históricos é substituída pela expressão bens culturais em um protocolo de diretrizes da UNESCO intitulado “Recomendações sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais”. Em 1968 o documento da UNESCO intitulado “Recomendações sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas” apresenta os bens culturais de maneira mais abrangente:

1. Para os efeitos da presente recomendação, a expressão bens culturais se aplicará a:

a) Bens imóveis, como os sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluindo os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituam ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos sob a superfície da terra. A expressão bens culturais se estende também ao entorno desses bens.

b) Bens móveis de importância cultural, incluídos os que existem ou tenham sido encontrados dentro dos bens imóveis e os que estão enterrados e possam vir a ser descoberto em sítios arqueológicos ou históricos ou em quaisquer outros lugares.³²

Mesmo com a definição de bens culturais, que pode ser visto como o conceito oficial que antecedeu o de patrimônio cultural, somente em 1972, no documento da UNESCO intitulado “Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural”, se passa a adotar o conceito de patrimônio mundial dividido nas categorias de patrimônio cultural e patrimônio natural. É um conceito mais amplo

³¹ CARTA DE VENEZA, 1964, Art. 1º, 2º e 3º.

³² IPHAN, 1995, p. 149.

que o de bens culturais que continua sendo usado, porém como parte do patrimônio cultural, que passa a englobar uma gama maior de elementos em sua definição.

Art. 1º: Para fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estrutura de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, arte ou da ciência;
- os lugares: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.³³

Mais do que um reconhecimento do valor universal de bens culturais, a convenção de 1972 assumiu um papel político frente à preservação do patrimônio. Instruiu a adoção de ações integradas aos programas de planejamento e a criação de órgãos para tomada de medidas jurídicas, técnicas e administrativas para a preservação do patrimônio.

Na declaração do México, em 1985, durante a Conferência Mundial do ICOMOS sobre as políticas culturais, fica evidente que a noção de patrimônio cultural seguia num crescente processo de ampliação. Percebe-se a abertura do conceito que passa a dialogar com outros mais como o conceito de identidade cultural, sendo definido como:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.³⁴

Na carta referente ao Encontro Internacional de Machu Picchu em 1997 percebe-se que o conceito de patrimônio cultural ganha ainda maior amplitude, com a definição:

Preservação e Defesa dos Valores Culturais e Patrimônio Histórico-Documental

³³ IPHAN, 1995, p. 178.

³⁴ Ibid., p. 314.

A identidade e o caráter de uma cidade são dados não só por sua estrutura física, mas, também, por suas características sociológicas. Por isso, é necessário que não só se preserve e conserve o patrimônio histórico monumental, como também que se assuma a defesa do patrimônio cultural, conservando os valores que são de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm um autêntico significado para a cultura em geral.³⁵

A partir das conferências originaram-se cartas, recomendações, normas internacionais de proteção e ampliação do conceito de patrimônio cultural. Ao retomar a trajetória da expressão patrimônio cultural até sua afirmação como conceito, é percebida a evolução no trato da questão patrimonial nos anos transcorridos desde o encontro em Atenas, onde a referência é a monumentos, até as conferências da UNESCO, onde a referência já passa a patrimônio cultural.

Tais teorias mostram uma conquista no campo disciplinar. No entanto, como lembra Choay (2006), embora se reconheça as contribuições dos principais defensores do patrimônio, não se pode afirmar que elas se difundiram amplamente. Na prática, pode-se dizer que as teorias conservacionistas “(...) continuaram mais ou menos idênticas durante cerca de um século, entre 1860 e 1960”.³⁶

Lemos (1981), define como patrimônio cultural:

(...) tudo o que está ligado às construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas e que, englobadamente, recebem o nome genérico de patrimônio histórico, ao qual, às vezes, também é aposta a palavra artístico. Na verdade essa expressão usual, que é inclusive usada na identificação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, abrange somente um segmento de um acervo maior, que é o chamado Patrimônio Cultural de uma nação ou de um povo.³⁷

A fim de entender o processo do patrimônio cultural, em especial o caso brasileiro, Gonçalves (1996) apresenta reflexões sobre o tema. O autor define que “o patrimônio é uma vasta coleção de fragmentos, na medida em que seus componentes são descontextualizados, retirados dos seus contextos originais, no passado ou no presente, e reclassificados nas categorias das ideologias culturais que informam as políticas oficiais de patrimônio”.³⁸

Em relação à expressão patrimônio cultural, Gonçalves (1996) afirma que:

³⁵ IPHAN, 1995, p. 275.

³⁶ CHOAY, 2006, p. 171.

³⁷ LEMOS, 1981, p.7.

³⁸ GONÇALVES, 1996, p. 112.

(...) é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos; e diferentes modalidades de práticas sociais objetificadas enquanto bens culturais: artesanato, rituais, festas populares, religiões populares, esportes, etc. Enquanto objetos ou práticas sociais objetificadas, são todos apropriados com o propósito de serem exibidos e contemplados.³⁹

Fonseca (1997) aponta que “Em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional é referida pela primeira vez no Brasil (embora não exatamente com essa denominação), como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público, na Constituição de 1934.”⁴⁰ Segundo o Art. 10 da Constituição da República Federativa do Brasil (1934):

Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados:

I - velar na guarda da Constituição e das leis;

II - cuidar da saúde e assistência públicas;

III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte;

IV - promover a colonização;

V - fiscalizar a aplicação das leis sociais;

VI - difundir a instrução pública em todos os seus graus;

VII - criar outros impostos, além dos que lhes são atribuídos privativamente.⁴¹

Na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) foi consolidada uma visão mais diversificada e ampla para o patrimônio cultural brasileiro, reconhecendo o pertencimento da sua identidade e diversidade cultural. O seu Art. 216 traz a seguinte definição:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁴²

A proteção que pretendeu a Constituição Federal (1988) foi de estabelecer e abranger o patrimônio cultural como um conjunto de elementos que tem como

³⁹ GONÇALVES, 1996, p. 83.

⁴⁰ FONSECA, 1997, p. 32.

⁴¹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1934, Art. 10.

⁴² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, Art. 216.

sujeito de interesses toda a sociedade. Segundo o Art. 23, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”.⁴³

Segundo Souza Filho⁴⁴, ampliou-se consideravelmente a autonomia dos municípios brasileiros, inserindo-os na organização político-administrativa da Federação Brasileira, determinando competências legislativa e administrativa em relação às do Estado e da União. Ao mesmo tempo em que o autor reafirma os lugares do patrimônio cultural nacional, estadual ou municipal e até internacional e da necessária atribuição de legislar em cada nível de competência, defende que a todos os entes cabe o dever de proteger. Retomando Souza Filho (1997):

Sendo assim, seria inadmissível que a Constituição não desse competência para os estados e municípios legislarem sobre a forma como protegerão seus patrimônios culturais. Aliás, os três entes estão obrigados a cuidar, proteger, resguardar todos os bens culturais, independente do ente a que tenha referência. Trata-se de um patrimônio da União que deverá ser protegido pelo estado e pelo município, de um patrimônio estadual que deverá ser protegido pela União e pelo Município, e de um patrimônio municipal que deverá ser protegido pela União e pelo Estado.⁴⁵

A partir da Constituição Federal (1988) tem-se então a ampliação da autonomia dos municípios, o debate sobre a competência de legislar, o princípio da descentralização e a ampliação do conceito do que seja patrimônio cultural. A fim de construir o entendimento de quais interesses cabe ao município legislar, Souza Filho (1997), aborda ainda sobre a temática:

Compreende peculiar interesse do município e evidente interesse local o cuidar das coisas da cidade, e é nela que estão concentrados os bens culturais, sejam federais, estaduais ou locais. [...] Os imóveis, com predominância dos conjuntos e prédios urbanos, mas também muitas vezes as paisagens notáveis e mesmo sítios arqueológicos, paleontológicos ou ecológicos, estão inseridos dentro das cidades, exigindo serviços e obrigações às autoridades municipais além da obrigação constitucional de protegê-los.⁴⁶

Ao longo do século XX, o entendimento sobre o patrimônio cultural superou as noções de somente bens monumentais, que foram as bases iniciais da atuação

⁴³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, Art. 23.

⁴⁴ SOUZA FILHO, 1997, p. 89.

⁴⁵ Ibid., p.83.

⁴⁶ SOUZA FILHO, 1997, p.92.

das políticas públicas de cultura. A própria Constituição Federal de 1988 ampliou o entendimento dos bens de interesse e que devem ser alvos de proteção, para abertura de novas perspectivas para absorver noções de urbano, do meio ambiente, do intangível e imaterial, buscando reconhecer e proteger a diversidade cultural em seus mais variados aspectos.

Essa evolução no campo jurídico acompanhou avanços conceituais internacionalmente debatidos, uma vez que de acordo com a nova ordem constitucional, basta que os bens sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória representativa de culturas dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira para que possam receber o reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro. Tal evolução da noção de patrimônio até a fixação de políticas públicas de preservação aponta para o fato de que patrimônio cultural é um conceito em constante transformação e de que as práticas de preservação as acompanham. Os resultados advindos desse processo são positivos na medida da abertura de espaço para a abordagem de diferentes aspectos e justificativas que permeiam as decisões sobre quais bens devem ser protegidos, em acordo com valores atribuídos.

Nesse sentido se faz necessária uma cuidadosa avaliação para verificação da potencialidade dos monumentos e seus respectivos valores, para que se estabeleçam as estratégias e ações apropriadas e os instrumentos legais e administrativos cabíveis. Para melhor compreensão a partir desse enfoque, torna-se importante também a abordagem de conceitos de monumentos e valores.

2.3. Monumentos e valores

Em se tratando do inventário proposto no presente trabalho, centra-se na discussão sobre os bens imóveis, os bens materiais edificados, trazendo a abordagem do termo monumento. A partir daí, discute-se também a importância das definições de valor histórico atribuído ao patrimônio e bens culturais.

Em relação ao sentido denotativo de monumento, tem-se as seguintes definições: “1. Obra ou construção destinada a perpetuar a memória de fato notável

ou pessoa ilustre; 2. Recordação, memória”.⁴⁷ O termo monumento aparece historicamente associado ao conceito de patrimônio, contudo designam etimologicamente aspectos distintos. Segundo Le Goff (1985):

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação.⁴⁸

Semelhante aos conceitos de Le Goff, o historiador Alöis Riegl apresenta um conceito amplo de monumento, com principal referencial teórico o seu livro “*O Culto Moderno dos Monumentos*” (“*Der Modern Denkmalkutus*”, 1903). Em suas teorias não há o conceito de patrimônio e sim de documentos, cujos valores apresentam-se diferenciados. A obra de Riegl é um marco para o estudo da preservação, conservação e restauração, pois foi o primeiro a definir os valores histórico e artístico e a introduzir novas nomenclaturas de monumentos. Segundo Riegl (1987):

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada dentro do fim preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras a lembrança de tal ação ou tal vida (ou as combinações de uma e de outra).⁴⁹

A respeito das noções de monumentos, Riegl traz uma linha de discussão que mantém a relação de monumentos artísticos e históricos, considerando que todo monumento tem uma dimensão histórica e outra estética, ampliando-se a abrangência da valorização patrimonial. Como aponta Fonseca (1997):

[...] ele parte do pressuposto de que todo monumento da arte é, simultaneamente, um monumento histórico, na medida em que representa um estágio determinado na evolução das artes plásticas, de que não é possível, *stricto sensu*, encontrar um equivalente. Por outro lado, todo monumento histórico é também um monumento artístico, pois mesmo um manuscrito tão mínimo como uma folha rasgada trazendo uma nota breve e sem importância, comporta, além do seu valor histórico, que concerne à evolução da fabricação do papel, da escritura, dos meios materiais utilizados para escrever etc.⁵⁰

⁴⁷ FRANCISCO FERNANDES, PEDRO LUFT, 1993, p. 487.

⁴⁸ LE GOFF, 1985, p. 95

⁴⁹ RIEGL, 1987, p.35.

⁵⁰ FONSECA, 1997, p.66.

Em seu livro “*A Alegoria do Patrimônio*”, Françoise Choay (2006), em relação à definição de monumento, expõe:

Nesse sentido, primeiro chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.⁵¹

Segundo Choay (2006), “O papel do monumento, porém, entendido em seu sentido original, foi perdendo progressivamente sua importância nas sociedades ocidentais, tendendo a se empanar, enquanto o próprio termo adquiria outros significados.”⁵² Fonseca (1997), aponta para atributos e significados que foram somados à noção de monumento ao longo do tempo, afirmando que “o próprio termo monumento foi mudando de significação e passou a ser entendido como monumento histórico e artístico, ou seja, toda obra tangível de valor histórico e artístico.”⁵³

De acordo Choay (2006), “Pode-se situar o nascimento do monumento histórico em Roma, por volta do ano 1420.”⁵⁴ Por monumento histórico define como bens culturais construídos em determinados períodos “pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte que o selecionaram da massa dos edifícios existentes, dentro os quais os monumentos representam apenas uma parte”⁵⁵ a importância de testemunho histórico.

Choay (2006) aborda diferenças entre monumento e monumento histórico, apontando que “O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a

⁵¹ CHOAY, 2006, p. 18.

⁵² Ibid, p. 19.

⁵³ FONSECA, 1997, p. 51.

⁵⁴ CHOAY, op. cit., p. 31.

⁵⁵ Ibid., p. 26.

memória viva e com a duração.”⁵⁶ Ainda em tratando das relações com o tempo, a autora afirma:

As relações diferentes que mantêm entre si, respectivamente, os monumentos e os monumentos históricos com o tempo, a memória e o saber, determinam uma diferença maior quanto à sua conservação. Aparentemente, essa noção é consubstancial aos dois. Contudo, os monumentos são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido.⁵⁷

Segundo Choay, a obra de Riegl trata-se da primeira interpretação da conservação dos monumentos de acordo com uma teoria dos valores. Isso foi de grande importância para a definição de conceitos de preservação através de inventários, tendo contribuído para o inventário de bens patrimoniais. Além da análise da noção de monumentos, a obra de Alöis Riegl apresenta a fundamentação teórica para a reflexão sobre valores atribuídos a determinados bens e o seu uso nas ações de preservação patrimonial.

Em acordo com cada momento da sociedade foram revelados diferentes sentidos e valores relacionados às definições e atribuições de patrimônio, como histórico, artístico, cultural, material, imaterial, entre outros. Em algumas fases do processo de preservação legal a atenção esteve voltada para o valor artístico, em outras para o valor histórico e, mais recentemente, para o valor cultural.

A atribuição de valores para que um determinado bem seja considerado patrimônio requer embasamentos que sejam capazes de legitimá-lo. Promovendo o reconhecimento dos bens mediante o seu potencial, propiciam-se as bases para definir o que preservar, sendo que as estratégias de proteção e preservação podem mudar de acordo com o contexto e os valores associados ao bem. De acordo com Fonseca (1997):

É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam a sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar [...] e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação.⁵⁸

⁵⁶ CHOAY, 2006, p. 26.

⁵⁷ Ibid., p. 27.

⁵⁸ FONSECA, 1997, p. 36.

Em seu ensaio, Riegl versa sobre os valores atribuídos aos monumentos e sua evolução histórica, dividindo em valores de rememoração, que estão ligados ao passado e à memória, e valores de contemporaneidade, que pertencem ao tempo presente, demonstrando as suas diferenças.

Segundo Riegl (1985), os valores de rememoração estão subdivididos em valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional. O valor de antiguidade se refere à idade do monumento e às marcas do tempo, sendo percebido de imediato. O valor histórico se diferencia por se remeter a um saber, e não a uma aparência estética. O valor de rememoração intencional diz respeito à conservação e durabilidade no tempo da condição original do monumento.

No que tange aos valores de contemporaneidade, o autor divide em valor de uso e valor artístico, sendo este último subdividido em valor de novidade e valor artístico relativo. O valor de uso refere-se às condições materiais, devendo o monumento atender às necessidades materiais do homem. O valor artístico atende às necessidades do espírito. O valor de novidade está ligado à aparência de obra nova, recém acabada, que os monumentos podem conter, seguindo a tendência humana de ver o que é novo de maneira superior ao que é velho. O valor artístico relativo refere-se à sensibilidade artística de cada época e às obras de arte antigas que continuam acessíveis à sensibilidade contemporânea.

Em cada tipo de valor identificado por Riegl encontram-se distintas formas de classificação dos monumentos em cada momento e contexto específicos, expondo a melhor maneira e os meios para sua preservação. Suas considerações assumiram grande importância por não se restringirem aos processos e ações de preservação, inovando ao inserir a forma como se dá a apropriação dos bens pela sociedade.

A partir desse novo panorama, ampliam-se as variações nas interpretações e motivações que fundamentam a atribuição de valores aos bens. A perspectiva histórica, embora com múltiplos sentidos, passa a ser um dos elementos essenciais no processo de valorização e significação patrimonial e para a determinação da importância da salvaguarda de um patrimônio. De acordo com Fonseca (1997):

Entretanto, se essa mudança de perspectiva veio possibilitar a inclusão de novos tipos de bens no patrimônio cultural brasileiro falta muito para cobrir as lacunas, mesmo em relação à histórias dos 'grandes eventos', deixados pela orientação anterior [...] O dilema entre a ênfase na visibilidade do bem [...] e a consideração do valor do monumento enquanto documento, enquanto referência a significações históricas às vezes fluidas, sem

precisão cronológica ou em função da carga afetiva que pressupõem as noções de identidade ou de qualidade de vida, constitui um problema levantado nesse período-problema que, como vem sendo apontado, assumiu uma dimensão não apenas conceitual como também política.⁵⁹

O valor histórico para Riegl (1985) tem relação direta com a noção de história, considerando histórico “tudo aquilo que foi, e não é mais hoje em dia. No momento atual, nós acrescentamos ainda a esse termo a ideia de que aquilo que foi não poderá jamais se reproduzir, e que tudo aquilo que foi constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento.”⁶⁰ Ainda segundo o autor:

O valor histórico de um monumento está no fato de representar uma etapa determinada, de certo modo individual, na evolução de algum dos campos criativos da humanidade. [...] O valor histórico de um monumento será tanto maior quanto menores forem as alterações por ele sofridas em seu estado original, que possui imediatamente após a sua criação.⁶¹

Nesse contexto, as reflexões sobre o patrimônio estão ligadas a questão do valor. Considera-se a existência de possibilidades simultâneas para atribuição de valores a um bem, abrangendo uma série de aspectos que variam em função dos atores envolvidos que influenciam e justificam as decisões sobre o que preservar oficialmente. De acordo com Fonseca (1997):

E, se os valores que se pretende preservar são apreendidos na coisa e somente nela, não se pode deixar de levar em consideração o fato óbvio de que os significados nela não estão contidos, nem lhe são inerentes, são valores atribuídos em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto, indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social.⁶²

Paralelo a isso, as referências para atribuição de valores, assim como o conceito de patrimônio cultural, não estão estagnadas e sim em constante transformação, o que pode ampliar a gama de justificativas para que o bem seja elevado à categoria de patrimônio. Verifica-se que a escolha do bem se fundamenta nas interpretações sobre os valores atribuídos, sendo necessário tal conhecimento desde as primeiras etapas para a preservação, como a documentação do bem através de inventário, que segue no item a seguir.

⁵⁹ FONSECA, 1997, p. 195.

⁶⁰ RIEGL, 1985, p. 37.

⁶¹ Ibid., p. 57.

⁶² FONSECA, 1997, p. 40-41.

2.4. Inventário arquitetônico como etapa para a preservação

O inventário é uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio cultural em nível internacional. Na Carta de Atenas já se preconizava a publicação, pelos Estados, de um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e informações (CURY).⁶³

Os instrumentos de preservação vêm sendo utilizados no Brasil desde a década de 1930 quando se implanta pelo governo federal o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Somente com o advento da Constituição Federal (1988), o inventário foi instituído em nosso país como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, expresso em seu Art. 216, §1º “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.⁶⁴

A primeira iniciativa legislativa brasileira sobre inventário é do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se da Lei Estadual nº 10.116 de 1994, que abordou o inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural, disciplinando o seu regime jurídico, nos seguintes termos:

Art. 40 - Prédios, monumentos, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, antropológico, paleontológico, científico, de proteção ou preservação permanente, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não poderão, no, todo ou em parte, ser demolidos, desfigurados ou modificados sem autorização.

§1º - Para identificação dos elementos a que se refere este artigo, os municípios, com o apoio e a orientação do Estado e da União, realizarão o inventário de seus bens culturais.

§2º - O plano diretor ou as diretrizes gerais de ocupação do território fixarão a volumetria das edificações localizadas na área de vizinhança ou ambiência dos elementos de proteção ou de preservação permanente, visando a sua integração com o entorno.

§3º - O Estado realizará o inventário dos bens culturais de interesse regional ou estadual.⁶⁵

⁶³ CURY, 2000, p. 17.

⁶⁴ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, Art. 216, §1º.

⁶⁵ LEI ESTADUAL Nº 10.116, 1994, ART. 40, §1º-3º.

O inventário de bens culturais, apesar de possuir registro constitucional, ainda não possui uma lei regulamentadora que trate de procedimentos a serem observados. Segundo Souza Filho (1997):

Agora reconhecido pela Constituição, o inventário é uma forma de proteção que carece de lei reguladora. Independente da lei os órgãos públicos responsáveis pela preservação dos valores culturais podem e devem promover o inventário dos bens, para ter uma fonte de conhecimento das referências de identidade de que fala a Constituição em vigor. Uma lei que regulamente o inventário não necessita estabelecer o seu procedimento mas, os seus efeitos. É necessário estabelecer que consequências advirão para o bem incluído em inventário. [...] É evidente que a própria existência do inventário tem, como consequência, a preocupação sobre o bem e o reconhecimento de que ele é relevante. Desta forma, o inventário pode servir de prova nos processos de ação civil pública. Sua realização criteriosa estabelece a relação dos bens culturais portadores de referência de identidade, cujo efeito jurídico é, no mínimo, prova da necessidade de sua preservação, em juízo ou fora dele.⁶⁶

Para que sejam traçadas as ações para a defesa do patrimônio se torna indispensável um conhecimento prévio dos bens que se pretende defender, sendo de fundamental importância o procedimento de inventário, tendo em vista que a documentação é parte integrante do processo de reconhecimento dos bens. O inventário consiste em um instrumento utilizado na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, incentivando ações no sentido de valorização e defesa, sendo realizado antes de haver uma ação concreta de preservação.

Em se tratando de bens materiais edificados, a arquitetura constitui-se como elemento de relevância para a compreensão e análise de uma cidade, agindo como testemunha da história e incorporando a função de suscitar a rememoração do passado. A realização do inventário urbano de Caçapava do Sul torna-se importante ferramenta de documentação e mostra-se como um meio eficaz de proteção, no sentido de orientar e definir, com melhor pertinência e precisão, ações que visem à preservação dos bens inventariados.

A metodologia utilizada para o inventário baseou-se no “Guia Básico de Educação Patrimonial” do IPHAN, material desenvolvido por Horta, Grunberg e Monteiro (1999)⁶⁷, que demonstra como identificar, explorar e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, assim como no aprendizado no decorrer da própria pesquisa.

⁶⁶ SOUZA FILHO, 1997, p. 100.

⁶⁷ HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, passim.

2.5. Município de Caçapava do Sul

O município de Caçapava do Sul conforme dados do sítio eletrônico <<http://www.cacapava.rs.gov.br>> é um dos mais antigos do Rio Grande do Sul. Os indígenas precursores da ocupação do estado já haviam estabelecido povoamento dos índios charruas na 'Clareira da Mata', significado na língua Tupi Guarani de 'Caa-ça-paaba'. No século XVIII, a clareira conhecida como 'Paragem de Cassapava' já era utilizada por tropeiros e bandeirantes que agrupavam gado xucro na região para pastoreá-lo nas suas imediações, antes de levar para o norte do país. De acordo com Rubert (1956):

Após o Tratado de Sto. Ildefonso em 1 de outubro de 1777 entre Espanha e Portugal, houve nova demarcação de limites no Continente do Rio Grande do Sul, assim que, paulatinamente, o território, onde se ergue hoje Caçapava, foi conquistado pela expansão luso-brasileira. Contudo, não cessaram de todo as pretensões dos espanhóis sobre esse território. Tornava-se necessário defendê-lo de um possível ataque.⁶⁸

Segundo Abrão (1992), a necessidade de vigiar o movimento dos espanhóis fez com que soldados portugueses buscassem um local apropriado para defesa, tendo sido a localização estratégica de Caçapava determinante para sua origem, por volta do ano 1777 em um acampamento militar, pelos Dragões de Rio Pardo. Segundo o autor:

A história de Caçapava, anterior ao ano de 1800, é bastante obscura, mas é certo que aqui havia um pequeno núcleo de povoação, originário da aldeia dos índios. [...] Na povoação, havia um cemitério (onde hoje está a Capela do Bom Fim) e uma rústica capelinha de barro e pau-a-pique, coberta de capim santa-fé. Estava situada no local ocupado pelo Ginasio S.S. Nome de Jesus. Consta que a capelinha foi destruída por um incêndio. Havia também um moinho movido à água (azinha), localizado na "cachoeirinha". [...] Havia ainda uma atafona para fabricar farinha de mandioca, no local que até hoje conserva esse nome. E diversas casas, com paredes de pedra ou barro (pau-a-pique, atada com tiras de couro cru). Eram as residências de estancieiros e de outras pessoas que se haviam fixado no povoado. [...] O primeiro dono dos terrenos de novel povoado foi Vicente Venceslau Gomes de Carvalho, que vendeu ao Capitão de Dragões Francisco de Oliveira Porto, em 20 de janeiro de 1792, pela quantia, vultuosa na época, de quatro contos de réis.⁶⁹

⁶⁸ RUBERT, 1956, p. 5.

⁶⁹ ABRÃO, 1992, p. 7-8.

O povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de Caçapava pelo decreto nº 13 de 25 de outubro de 1831, desmembrado da Vila de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira e, feita freguesia em 22 de julho de 1833. Caçapava foi elevada à categoria de distrito pela lei provincial nº 129 de 28 de junho de 1848 e à categoria de cidade pela lei provincial nº 1535 de 9 de dezembro de 1885. A alteração toponímica municipal de 'Caçapava' para 'Caçapava do Sul' ocorreu pelo decreto-lei estadual nº 720 de 29 de dezembro de 1944 (IBGE, 2010).

De acordo com Abrão⁷⁰, pela situação privilegiada em termos de estratégia militar, Caçapava sempre se fez presente nos movimentos revolucionários, aproveitando-se de suas serras e de seus vales intercalados entre elas. A história é repleta de lutas, destacando-se pela busca por ideais de liberdade e justiça e desempenhando importante papel durante a Revolução Farroupilha, através do Regimento dos Lanceiros de Caçapava. Pela bravura de seus habitantes conquistou, posteriormente a cidade de Piratini, o título de 2ª Capital Farroupilha, antes mesmo de se tornar oficialmente cidade, no período de fevereiro de 1839 a maio de 1840, quando foi retomada pelas tropas do Império. Também durante a Revolução Federalista de 1893, Caçapava teve o seu território percorrido durante inúmeros combates e deslocamentos de tropas e, nos anos posteriores, a localização privilegiada sempre a manteve em evidência.

Esse espírito de bravura fica evidente pela expressão "Caçapava não se entrega", atribuído ao soldado Caçapavano Lino Azambuja durante uma batalha na Guerra do Paraguai, apresentado por Abrão (1992):

O toque do clarim ordenava ataque as trincheiras inimigas. Então o grito de 'Caçapava não se entrega' partiu do peito do valoroso soldado Lino Azambuja. Ressoou aos ouvidos de seus companheiros, tocou-lhes as fibras da alma e fê-los lançarem-se a luta, sem temor. E durante a batalha, sobrepujando o toque do clarim, o tinir dos sabres, toda aquela algazarra infernal, sobrepujando até o troar dos canhões, a voz de Lino Azambuja se fazia ouvir: 'Caçapava não se entrega'.⁷¹

Para Abrão⁷², apesar da importância histórica reservada pelos feitos políticos e militares, Caçapava jamais alcançaria relevância econômica duradoura longe da

⁷⁰ ABRÃO, 1992, passim.

⁷¹ Ibid., p. 112.

⁷² Ibid., p. 41.

produção mineral e primária. Os primeiros registros de licença para exportação do cobre datam de 4 de janeiro de 1868.

Segundo Paim (2009), por volta de 1865 as atenções econômicas voltaram-se para as atividades mineiras de extração do cobre, descoberto por mineiros ingleses que garimpavam ouro na região. Esta descoberta resultou na localização da jazida e na abertura de uma galeria, local que foi denominado de Minas do Camaquã, constituindo-se em um marco da história da mineração no Sul do Brasil, sendo considerada entre as décadas de 1940 e 1990, durante o auge da mineração de cobre na região, a 'Capital Brasileira do Cobre'.

Segundo dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal, Caçapava do Sul tem atualmente como base de sua economia o setor primário na pecuária, agricultura, indústria e mineração, que é responsável pela produção de mais de 85% do calcário do Estado do Rio Grande do Sul. Possui uma população em torno de 34.000 habitantes, sendo 75% (setenta e cinco por cento) residentes na área urbana, em uma área de aproximadamente 3.000km² (três mil quilômetros quadrados).

Em relação a sua localização, Caçapava do Sul está na região chamada sudeste rio-grandense, distante 260km (duzentos e sessenta quilômetros) da capital Porto Alegre. Considerada portal do pampa pois é servida pelas rodovias BR 392, que liga a região das Missões ao Porto de Rio Grande, pela BR 290 que liga Uruguaiana a Porto Alegre, e a BR 153 que faz a ligação da BR 290 com a cidade de Bagé, privilegiando o município como via de ligação com os países da Argentina e Uruguai, tornando importante rota nos caminhos do Mercosul.

A Figura 01 ilustra a localização do município no estado e a Figura 02 mostra uma vista aérea da área urbana central da cidade.



Figura 01: Mapa do RS: Localização de Caçapava do Sul.

Fonte: <http://www.cacapava.rs.gov.br>. Acesso em: 14 de julho de 2012.



Figura 02: Imagem aérea da Zona Urbana: Caçapava do Sul/RS.
Fonte: Google Earth. Imagem capturada on-line, em 12 de janeiro de 2013.

2.5.1. Bens tombados

Quanto à representação do patrimônio cultural no Rio Grande do Sul, o patrimônio edificado no período de revoluções é marca de grande relevância, sendo o valor histórico preponderante e representado através da arquitetura. Embora o

tema seja de grande valia para o meio preservacionista, são poucas as ações efetivadas. Segundo dados do IPHAN, em Caçapava do Sul são em número de quatro as edificações tombadas pelo IPHAE e uma tombada pelo IPHAN.

Na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, localizada no centro histórico de Caçapava do Sul, encontram-se as edificações tombadas pelo IPHAE. Em 26 de agosto de 1985 foram tombados, a partir de um único processo, o prédio do Fórum e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção. No parecer do processo de tombamento sobre o Fórum é referida a localização e a reforma realizada por ocasião do centenário da Revolução Farroupilha, destacando-se o uso do prédio pelos revolucionários, constando “Velho edifício do reduto dos farroupilhas que pela primeira vez viu drapejar o pavilhão tricolor dos republicanos de 35”.⁷³

Embora reconheça os valores históricos, o parecer se limita aos aspectos arquitetônicos dos dois imóveis, sendo finalizado com o referimento “à importância e influência da História, que se conserva e se faz viva na arquitetura através de suas características construtivas, principalmente a do período farroupilha, por ter sido palco de acontecimentos históricos relevantes”.⁷⁴

Em 24 de fevereiro do ano de 1994 foram tombados, também a partir de um único processo, a Casa Ulhôa Cintra (ou Casa dos Ministérios ou Casa de Reunião dos Farrapos) e a Casa onde nasceu o Dr. Antônio Borges de Medeiros, conforme “Ato de Tombamento – Abertura”:

[...] considerando os fatos históricos que elevaram a cidade de Caçapava do Sul à condição de Capital Farroupilha no período de fevereiro de 1839 até 22 de março de 1840; considerando os termos do Projeto de Preservação das Cidades Históricas Farroupilhas; considerando a instalação do Governo do Estado nesta cidade, como forma de homenagear seus diletos filhos, RESOLVE proceder a abertura do ato de tombamento do prédio [...] Antiga Residência de Ulhôa Cintra, onde [...] passa a considerar o referido prédio como objeto de reserva para fins de tombamento [...].⁷⁵

O parecer vincula a historicidade dos bens ao contexto político em que estavam inseridos. Sobre a Casa Ulhôa Cintra destaca-se que a justificativa para o tombamento é embasada mais na natureza histórica do que em aspectos arquitetônicos, afirmando-se que:

⁷³ PROCESSO Nº 21.308-19.00-SEC/85. Fl.3.

⁷⁴ Ibid., Fl.22.

⁷⁵ PORTARIA Nº 17/1991.

Desta maneira através de uma pequena casa em uma cidade do interior, a história regional integrou-se à História Nacional no episódio Farroupilha. A memória deste acontecimento pode e deve ser resgatada, a partir inclusive de uma materialidade, com a reflexão que pode proporcionar a lembrança da preservação dos locais onde há tantos anos atrás, reuniram-se e deliberaram homens que transformaram-se em mitos e símbolos do não conformismo. A importância da casa [...] deve-se ao fato de ter sido palco fundamental como sede do Governo Republicano e local onde elaborou-se o famoso jornal 'O Povo'. O enriquecimento que a preservação de locais que testemunharam fatos tão importantes pode proporcionar ao estudo da nossa História, dificilmente pode ser medido, porque o projeto de uma nação que sirva à coletividade, só pode ser elaborado e efetivado por sujeitos com consciência de sua própria História.⁷⁶

Sobre a Casa onde nasceu o Dr. Antônio Borges de Medeiros, o parecer inicia com referências historiográficas e biográficas, com sua atuação na presidência do Estado e seus projetos e realizações em relação à política e economia. Em relação à edificação, o parecer aponta:

De Caçapava do Sul, podemos ainda contemplar a casa de onde saiu essa figura política de fundamental importância na compreensão de nossa história. A referida casa ao longo do tempo sofreu algumas alterações externas, mas é reconhecida por todos os biógrafos de Borges de Medeiros como a residência em que nasceu. [...] Preservar essa casa é uma importante oportunidade de, a partir de uma materialidade, resgatar os acontecimentos e discutir as consequências da influência desta figura que modelou parte de nosso perfil atual.⁷⁷

Outra importante edificação é o Forte D. Pedro II, localizado no centro da cidade, que foi construído para guarnecer a cidade de invasores na época do Império. É considerada a única fortificação remanescente no estado do Rio Grande do Sul, sendo o único bem tombado pelo IPHAN em Caçapava do Sul, em 16 de maio de 1938, sob o processo nº 0141-T-38, inscrito no Livro Belas Artes nº 064, Vol. 1, Fl. 012.

A história da ocupação de Caçapava do Sul atrelada a batalhas e revoluções testemunha a origem de importantes edificações representantes desta cultura de bravura e tradições reconhecidas e que se apresentam como consequência do próprio processo de formação da sociedade. A existência desta cultura, presente de maneira tão forte, tem que ser considerada e respeitada na busca da preservação de uma memória coletiva representativa do passado regional.

⁷⁶ PROCESSO Nº 00.927-11.00-SEDAC/91.9 Fl. 44.

⁷⁷ Ibid. 34-37.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

As fontes desta pesquisa foram os autores de referência na área de patrimônio cultural e de preservação e a base de dados cadastrada na Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal da Fazenda. Também foram utilizados documentos disponibilizados por cidadãos e estudiosos locais sobre a história e evolução urbana da cidade, e documentos do Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol e da Biblioteca Pública Domingos José de Almeida, principalmente o 'Inventário dos bens culturais do município de Caçapava do Sul' intitulado 'Projeto Caçapava' realizado no ano de 1987.

O principal objeto de estudo é o inventário urbano de bens de valor arquitetônico, histórico e cultural de Caçapava do Sul, consistindo no registro, pesquisa e levantamento apenas do meio externo das edificações. Para tal, foram definidos dois aspectos: o método a ser utilizado na catalogação com a definição da ficha de inventário e a escolha dos bens a serem inventariados.

Como base para a definição da Ficha de Inventário Urbano de Caçapava do Sul, foi utilizada a ficha do IPHAN, e encontra-se nos anexos do trabalho para análise e melhor compreensão dos dados levantados de cada bem inventariado. As informações foram classificadas em itens, resultando na estruturação do modelo de ficha catalográfica a seguir.

3.1. Modelo de ficha a ser preenchida para o inventário urbano de Caçapava do Sul

A) Identificação

- a) Denominação: nome pelo qual é conhecida.
- b) Município / Estado: nome do município e estado.
- c) Endereço: nome completo da rua, número e bairro, juntamente com complementos e referência de localização.

- d) Dados cadastrais: indicar o número de cadastro, o setor, a numeração da quadra e do lote na qual se insere, de acordo com a planta cadastral da cidade.
- e) Situação: inserir a planta de situação indicando uma área de abrangência maior que a quadra, a fim de demonstrar a relação com os logradouros adjacentes.

B) Dados

- a) Grau de proteção: descrever se apresenta algum tipo de proteção legal.
- b) Data da construção: ano em que a construção foi iniciada ou inaugurada e, em casos de não haver comprovação de datas, identificar a década.
- c) Área do lote.
- d) Área construída.
- e) Uso original.
- f) Uso atual.
- g) Propriedade: pública ou privada.
- h) Situação de ocupação: próprio ou alugado.
- i) Nome do proprietário: preencher com o nome do proprietário.

C) Documentação fotográfica: inserir fotografias relevantes, sendo estas antigas ou recentes, contemplando a fachada principal e detalhes significativos.

D) Elementos construtivos

- a) Cobertura: descrever o tipo de material utilizado no telhamento (capa/canal, francesa, fibrocimento), qual acabamento existente em relação às paredes externas (beiral, platibanda, lambrequim), detalhes do coroamento (cimalha, friso, frontão), o número de águas (quatro, duas, uma água).
- b) Estrutura: descrever a estrutura da edificação, sendo independente se houver presença de pilares e vigas que a sustentam, servindo as paredes apenas como vedação e, sendo autoportante se as paredes estiverem dispostas sobre paredes, suportando seu próprio peso e da cobertura.
- c) Vergas: especificar o tipo de verga sobre portas e janelas (verga reta, verga em arco).

- d) Materiais: descrever os materiais em relação a cada pavimento da edificação como a vedação da estrutura, o revestimento da fachada, o tipo de esquadria e o material utilizado.
 - e) Informações relevantes: descrever demais informações sobre a parte externa da edificação e se há elementos diferenciados como arcadas, balaústres, varandas, rampas, bem como elementos decorativos.
- E) Estado de conservação: especificar o atual estado de conservação da edificação em relação às modificações dos elementos originais, sendo homogêneo se apresenta características originais, heterogêneo se apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos, descaracterizado se apresenta substituição de muitos elementos. Informar o estado físico com o estado de degradação dos elementos construtivos. Informar, dentro do possível, o grau de risco de desaparecimento do bem.
- F) Entorno: descrever as características da edificação em relação ao entorno próximo, situação e ambiência. Se a edificação é considerada um referencial urbano, se faz parte de um conjunto ou se é conformadora do perfil urbano. Descrever o tratamento da área externa, qual a relação da edificação com as vias públicas, seus alinhamentos, seus recuos, fechamento do lote.
- G) Histórico: descrição geral e breve histórico da implantação da edificação.
- H) Data e autoria do levantamento: período do levantamento e identificação do responsável pelo inventário do imóvel.

Os itens resultam no modelo de ficha catalográfica a seguir, que deve ser preenchida de forma a padronizar os levantamentos.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação	
Município / Estado	Endereço
Setor / Quadra / Lote	Cadastro IPTU

SITUAÇÃO

DADOS	
Data de construção	Nome do proprietário
Área do lote	Área construída
Uso original	Uso atual
Propriedade	Situação de ocupação
Grau de proteção	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying most of the page below the header. It is intended for the user to provide photographic documentation.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas				
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input type="checkbox"/> Outro:	
Vergas	Portas:		Janelas:	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura				
Revestimento da fachada				
Pintura da fachada				
Esquadria				
Informações relevantes				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	

ENTORNO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	

HISTÓRICO

LEVANTAMENTO	
Data _/_/____	Pesquisador

4. INVENTÁRIO URBANO DE CAÇAPAVA DO SUL

O 'Inventário dos bens culturais do município de Caçapava do Sul' intitulado 'Projeto Caçapava' realizado no ano de 1987 contemplou setenta e oito imóveis urbanos e trinta e nove imóveis rurais, que possuíam algum valor arquitetônico, histórico ou cultural para a cidade. A fim de pesquisar a situação atual de tais bens, realizando-se o registro de quantos ainda resistem ou que mantenham suas características originais, estabeleceu-se o critério de delimitação territorial para a seleção dos bens a serem inventariados nesta pesquisa.

Será contemplada a 'Zona de interesse do patrimônio' segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Caçapava do Sul, estabelecido pela Lei nº 2004 de 05 de setembro de 2006. Segundo seu Art. 81, fica expressa a importância da referida zona sendo "caracterizada por área constituída de um conjunto de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio cultural do Município".⁷⁸

Em janeiro de 2013 houve alteração no Plano Diretor, de forma a adequar a 'Zona de interesse do patrimônio' à Portaria do entorno nº 11/2009, emitida pela Secretária de Estado da Cultura, considerando a necessidade de proteção do entorno dos quatro bens tombados pelo IPHAE no município, que resolve:

Art. 1º - Determinar a delimitação do entorno dos bens culturais acima referidos, tombados pela Secretaria de Estado da Cultura através do IPHAE, conforme parecer técnico nº 05/09, constante do Processo Administrativo 0879-11.00/09-5, com área de proteção de entorno definida pelo polígono:

- Vértice 1: Situa-se no cruzamento de um segmento do eixo da Rua Júlio de Castilhos, com o eixo de um segmento da Rua General Osório.
- Vértice 2: Situa-se no cruzamento do último segmento descrito com o eixo de um segmento da Rua Baltazar Bem.
- Vértice 3: Situa-se no cruzamento do último segmento descrito com o eixo de um segmento da Rua Lúcio Jaime.
- Vértice 4: Situa-se no cruzamento do último segmento descrito com o eixo do segmento da Rua Júlio de Castilhos.

Art. 2º - O zoneamento de alturas prevê edificação de no máximo 2 pavimentos ou 6 metros (mais cobertura), preservando a visibilidade do bem tombado e a homogeneidade volumétrica da área do entorno.⁷⁹

⁷⁸ Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Caçapava do Sul, Art. 81.

⁷⁹ Portaria do entorno nº 11/2009/SEDAC.

A Figuras 03 apresenta a 'Zona de interesse do patrimônio' em meados dos anos 1950.



Figura 03: Vista aérea da 'Zona de interesse do patrimônio' em meados dos anos 1950.
Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, 2012.

Na 'Zona de Interesse do Patrimônio' são vinte e quatro bens listados no inventário de 1987, sendo que destes, dois bens foram destruídos e vinte e dois bens são remanescentes e serão inventariados nesta pesquisa, todos situados conforme a Figuras 04 e a Figura 05, que apresentam a delimitação da área de estudo.

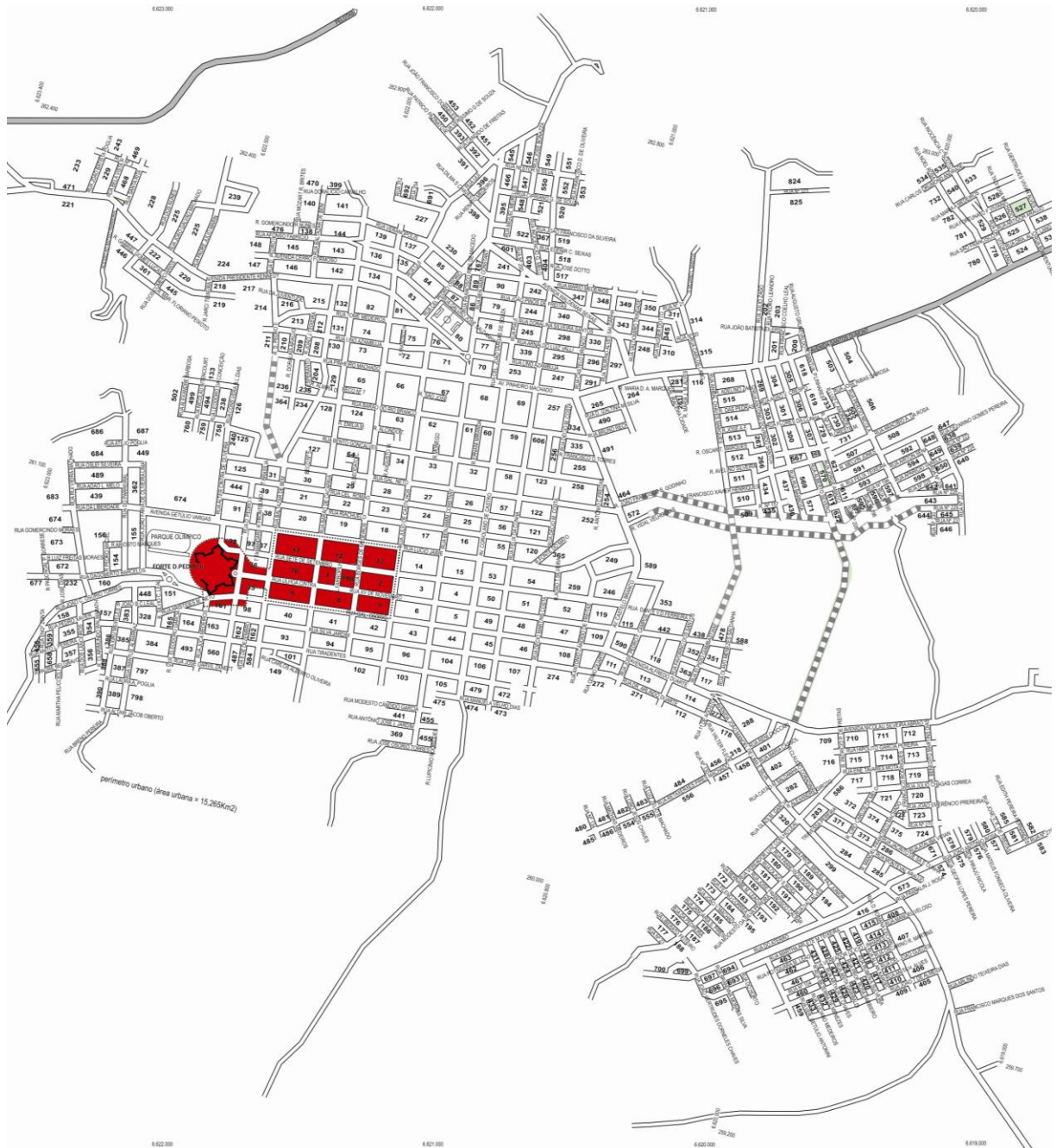


Figura 04: Malha urbana e a delimitação da área de estudo.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Caçapava do Sul, 2006.

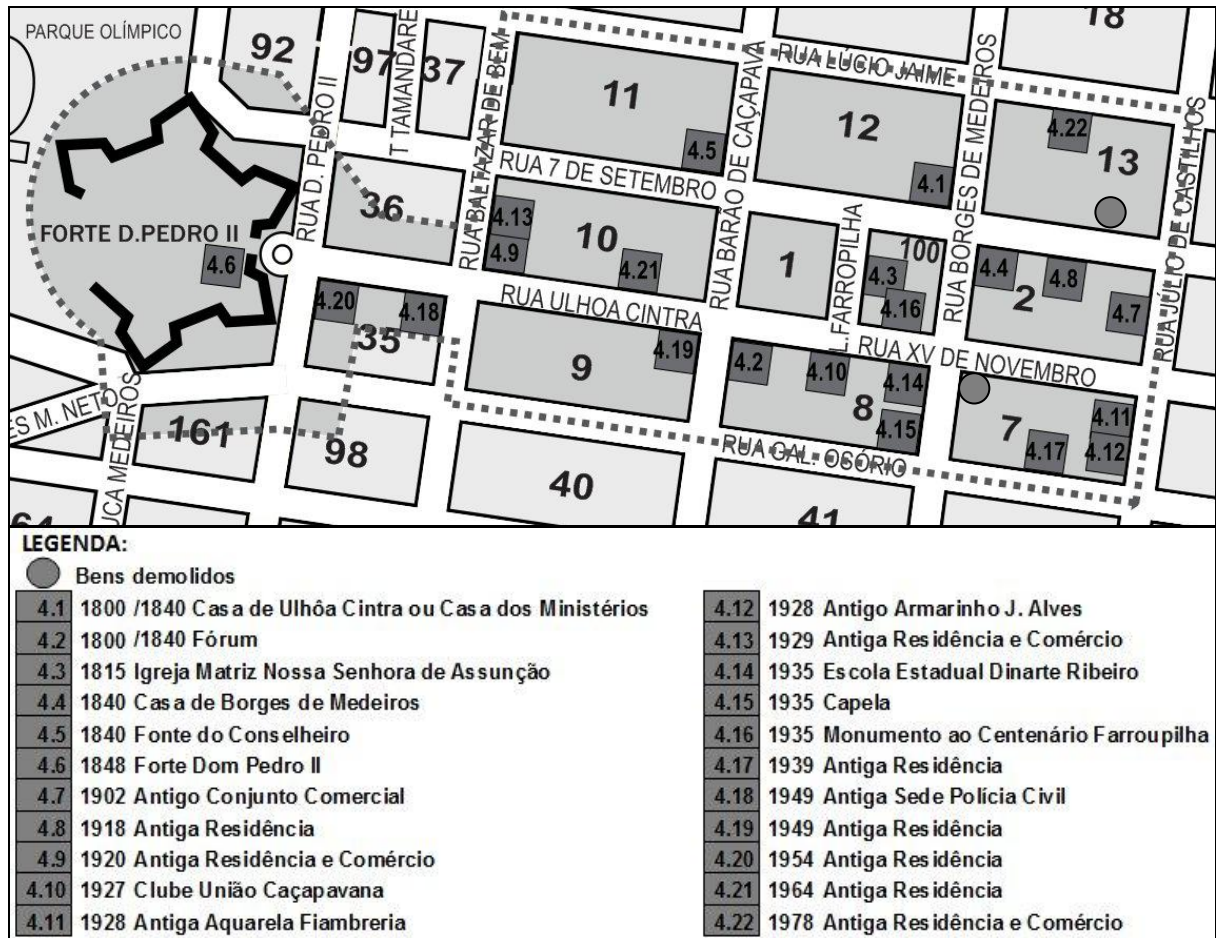


Figura 05: Delimitação da área de estudo.
Fonte: A autora, 2013.

A partir do inventário dos bens municipais de Caçapava do Sul realizado no ano de 1987, pode-se fazer o registro das seguintes informações acerca dos dois bens destruídos:

IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Bar	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua XV de Novembro, nº180/546 esq. Rua Borges de Medeiros, Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 7 / 18	Cadastro IPTU 343000 / 344000 / 345000 / 346000 / 347000 / 348000 / 349000
SITUAÇÃO	
Figura 09: Planta de situação do bem demolido. Fonte: A autora, 2012.	
DADOS	
Data de construção -	Nome do proprietário Wantuil Ribeiro Alves
Área do lote 215,00m ² (12,40x17,50x17,30x12,40)	Área construída Edificação demolida
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	
Figura 10: Perspectiva da edificação original. Fonte: Projeto Caçapava.	Figura 11: Perspectiva da edificação atual. Fonte: A autora, 2012.
HISTÓRICO	
<p>A edificação original era de uso residencial e comercial, situada em esquina, composta por um pavimento, construída em alvenaria tijolos de barro cozido. Esquadrias com verga reta, em madeira e vidro, sendo janelas e portas, ambas com duas folhas de abrir com postigos internos. Em relação à cobertura, possuía telhas do tipo capa canal e acabamento com platibanda. Possuía frontão em forma de arco com ornamentos em alto-relevo sobre a platibanda, que possuía tratamento decorativo em alto-relevo. Uma nova edificação com quatro pavimentos foi construída no local no ano de 1993.</p>	
LEVANTAMENTO	
Data 06/10/2012	Pesquisador Michelle Campos Morais

As fichas catalográficas dos vinte e dois bens remanescentes encontram-se a seguir e seguem uma sequência cronológica de início da construção do bem, inserindo-se a um intervalo de tempo entre as datas de 1800 a 1978. A sequência é apresentada abaixo:

4.1. Casa de Uilhôa Cintra ou Casa dos Ministérios – entre 1800 e 1840

4.2. Fórum – entre 1800 e 1840

4.3. Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção – 1815

4.4. Casa de Borges de Medeiros – por volta de 1840

4.5. Fonte do Conselheiro – por volta de 1840

4.6. Forte Dom Pedro II – 1848

4.7. Antigo Conjunto Comercial – 1902

4.8. Antiga Residência – 1918

4.9. Antiga Residência e Comércio – 1920

4.10. Clube União Caçapavana – 1927

4.11. Antiga Aquarela Fiambreteria – 1928

4.12. Antigo Armário J. Alves – 1928

4.13. Antiga Residência e Comércio – 1929

4.14. Escola Estadual Dinarte Ribeiro – 1935

4.15. Capela – 1935

4.16. Monumento ao Centenário Farroupilha – 1935

4.17. Antiga Residência – 1939

4.18. Antiga Sede Polícia Civil – 1949

4.19. Antiga Residência – 1949

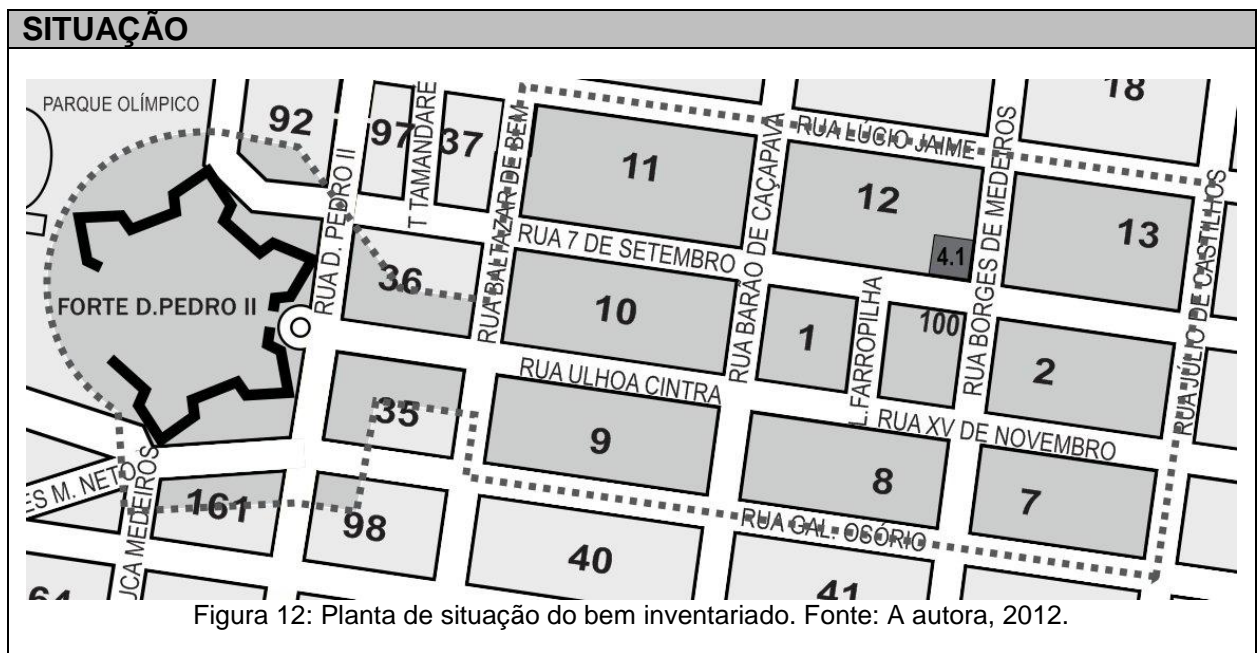
4.20. Antiga Residência – 1954

4.21. Antiga Residência – 1964

4.22. Antiga Residência e Comércio – 1978

4.1.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL ÇAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Casa de Ulhoa Cintra ou Casa dos Ministérios ou Casa de Reunião dos Farrapos	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Sete de Setembro, nº 521 esq. Rua Borges de Medeiros - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 12 / 1	Cadastro IPTU 511000 / 511010 / 512000



DADOS	
Data de construção Entre 1800-1840	Nome do proprietário Maria Amélia Antunes / Tânia Conceição Antunes
Área do lote 329,00m ² (17,70x19,00x17,50x17,10)	Área construída 435,00m ² (214,00+186,00+35,00)
Uso original Residência	Uso atual Sem uso
Propriedade Privada	Situação de ocupação Própria, desocupada
Grau de proteção Bem tombado pelo IPHAE, em 24 de fevereiro de 1994, sob o processo nº 00.927-11.00-SEDAC/91.9, inscrito no Livro do Tombo nº 76 pela Portaria nº 05/94 de 24 de fevereiro de 1994, publicada no D.O.E. em 28 de fevereiro de 1994. Por erro a Portaria nº 05/94, saiu como Portaria nº 05/93, sendo retificada em 13 de maio de 1994 e publicada no D.O.E. em 20 de maio de 1994 como retificação da publicação. Originalmente o prédio foi tombado pela Portaria nº 17/91 de 19 setembro de 1991 e publicada no D.O.E. em 30 de setembro de 1991, mas não homologada. Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00022.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 13: Vista superior. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 14: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 15: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 16: Fachada lateral. Fonte: A autora, 2012.



Figura 17: Detalhe telhado danificado e com vegetação daninha. Fonte: A autora, 2012.



Figura 18: Escudo da família na fachada e janelas em arco abatido. Fonte: A autora, 2012.



Figura 19: Detalhe cimalha. Fonte: A autora, 2012.



Figura 20: Detalhe fachada. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input checked="" type="checkbox"/> Beiral	<input type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input checked="" type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	4			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: arco abatido		Janelas: arco abatido	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	Alvenaria de tijolo de barro cozido	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	Reboco e argamassa	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	Tinta plástica	Tinta plástica	-	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea, exemplar da arquitetura colonial luso-brasileira, construída entre 1800-1840. Possui fachada assimétrica, escudo em alto-relevo supostamente da família Cintra, beiral com cimalha, esquina em cunhal. Anexo com platibanda com tratamento decorativo em alto-relevo. Esquadrias com verga em arco abatido e moldura na parte superior. Acesso pelas duas ruas, com escadas no passeio. Portas em madeira e vidro com 2 folhas de abrir, postigo interno e bandeira alta. Janelas em madeira e vidro, guilhotina ou 2 folhas de abrir, com postigo interno. Portão da garagem metálico.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input checked="" type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em péssimo estado de conservação e com diversas patologias. Situação agravada com o desabamento de parte da cobertura, deixando exposta às intempéries. Apesar de ser um bem tombado, apresenta risco de desaparecimento, sendo prioritária para preservação.	

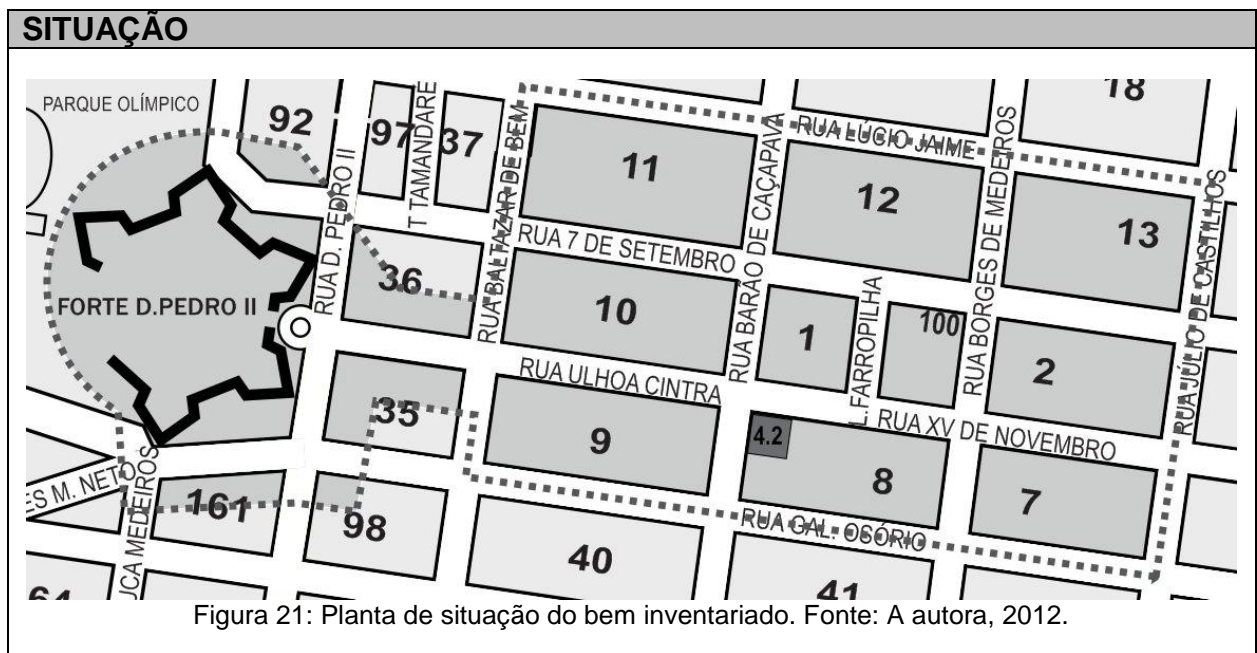
ENTORNO PRÓXIMO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação próxima a outros bens tombados (IPHAE). Situada em esquina, construída sobre o alinhamento dos passeios. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal em ambas as ruas e possui recuo em uma lateral. Lote fechado com muros. Passeio calçado. Logradouro bloco basalto.	

HISTÓRICO	
A edificação pertenceu a José Pinheiro de Ulhôa Cintra, ministro de diversas pastas da República Rio-grandense. No período da Revolução Farroupilha a casa abrigou os ministérios do Governo. Os Farroupilhas deram o nome de "Casa de Reunião dos Farrapos". No prolongamento do prédio, na Rua Dr. Borges de Medeiros, ainda existe o portão de um galpão (hoje transformado em garagem), onde foram instaladas as oficinas do jornal oficial da revolução, "O Povo". No local foram impressos 115 dos 160 números do jornal. Depois de cessados os combates, a casa foi residência do ex-ministro Ulhôa Cintra e sua família. De 1902 a 1908 foi sede do Clube União Caçapavana. Em 1970, foi sede do Museu Lanceiros do Sul. Houve uma sucessão de proprietários, entre eles Percival Antunes, que restaurou sem alterar as linhas originais. Estava sendo locada pela gestão municipal 2008-2012, até o desabamento de parte da cobertura em 25 de fevereiro de 2012.	

LEVANTAMENTO	
Data	Pesquisador
08/09/2012	Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.2.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Fórum	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua XV de Novembro, s/nº esq. Rua Barão de Caçapava - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 8 / 4	Cadastro IPTU 393000



DADOS	
Data de construção Entre 1800-1840	Nome do proprietário Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Área do lote 495,00m ² (20,40x24,30x24,30x20,40)	Área construída 222,00m ²
Uso original Fórum	Uso atual Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol
Propriedade Público	Situação de ocupação Próprio (cedido para uso municipal)
Grau de proteção Bem tombado pelo IPHAE, em 26 de agosto de 1985, sob o processo nº 21.308-19.00-SEC/85, inscrito no Livro do Tombo nº 32 pela Portaria nº 07/85 de 10 de setembro de 1985, publicada no D.O.E. em 04 de novembro de 1985. Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00020. Isento de tributos de IPTU.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 22: Edificação à direita. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 23: Fachada frontal. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 24: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 25: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 26: Fachada lateral. Fonte: A autora, 2012.



Figura 27: Detalhe frontão triangular com símbolo da justiça. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	4			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: arco pleno		Janelas: arco pleno	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria pedras e tijolo barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	-	-
Esquadria	-	Madeira, metálica, vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea. Possui fachada simétrica com acesso central e frontão triangular com o símbolo da justiça em alto-relevo, platibanda com frisos, demarcação de colunas. Esquadrias com verga em arco pleno, cercadura e bandeira cega decorada em alto-relevo. Portas em madeira e vidro com 2 folhas de abrir, postigo interno, bandeira alta e grades de ferro. Janelas em madeira e vidro com 2 folhas de abrir, postigo interno e bandeira alta.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input checked="" type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
A edificação foi reformada em 1935, por ocasião do centenário da Revolução Farroupilha, tendo sido respeitada a sua estrutura, quando foram retiradas as bases dos canhões que até então estavam no passeio. Edificação em mau estado de conservação e com diversas patologias. Por ser um bem tombado, não apresenta risco de desaparecimento, sendo prioritária para preservação.	

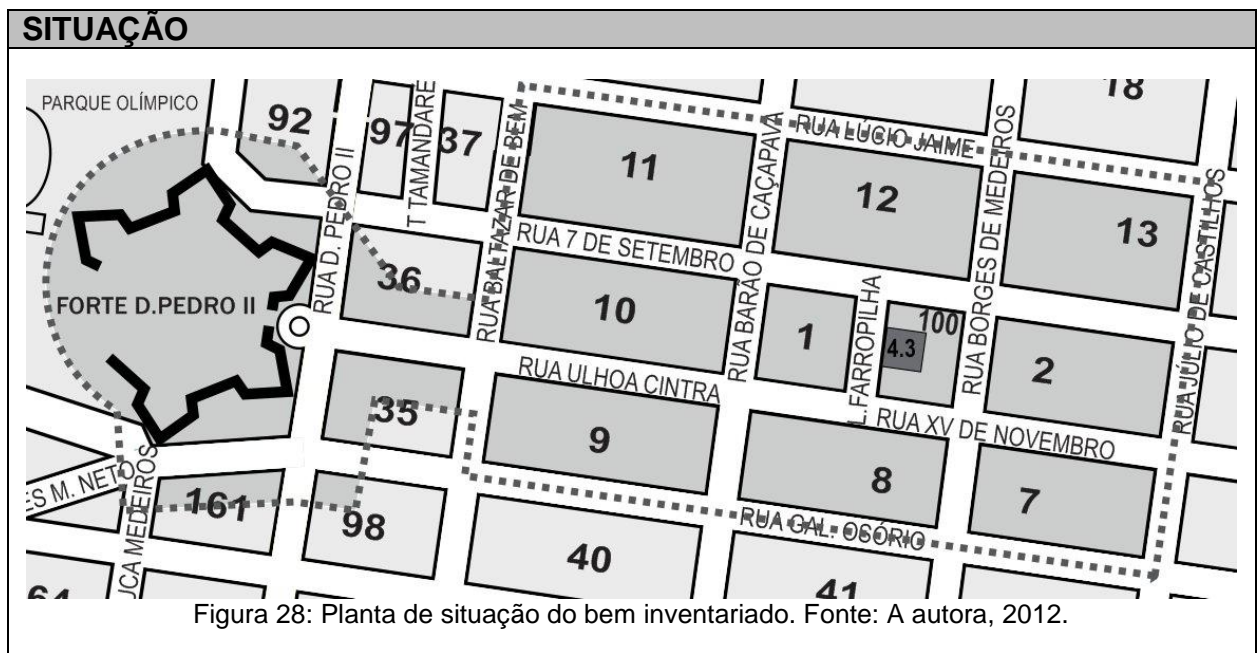
ENTORNO PRÓXIMO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação próxima a outros bens tombados (IPHAE). Em frente à Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes. Situada em esquina, construída sobre o alinhamento dos passeios públicos. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal em ambas as ruas e possui recuo em uma das laterais. Lote fechado com muros com arte em grafite. Passeio calçado. Logradouro asfaltado e em bloco basalto.	

HISTÓRICO	
A edificação já existia no período da Revolução Farroupilha, onde funcionou o Fórum - Palácio da Justiça, palco de diversos acontecimentos importantes, dentre eles a primeira apresentação do "Hino da República Rio-grandense", em 30 de abril de 1839, em comemoração às vitórias do exército farroupilha, instalado no município. Desde 2003 encontra-se hasteada permanentemente a Bandeira Farroupilha. A edificação foi cedida ao município pelo Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente abriga o Centro Municipal de Cultura Arnaldo Luiz Cassol, que compreende o Arquivo Histórico, a Biblioteca Pública Municipal Domingos José de Almeida e o Museu Lanceiros do Sul, este último criado em 15 de julho de 1970, através da Lei Municipal nº 12.	

LEVANTAMENTO	
Data	Pesquisador
08/09/2012	Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.3.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Largo Farroupilha - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 100 / 1, 2 e 3	Cadastro IPTU 1351000 (lote 1) / 1352000 (lote 2) / 1353000 (lote 3)



DADOS	
Data de construção 1815 - pedra fundamental	Nome do proprietário Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul
Área do lote 4.027,00m ² (somatório dos três lotes) lote 1: 1.135,00m ² (57,00x21,30x21,80x57,00)+ lote 2: 1.955,00m ² (37,80x57,00x57,00x32,70)+ lote 3: 937,00m ² (17,20x54,50x54,50x17,20)	Área construída 857,00m ² integralmente sobre o lote 2.
Uso original Culto religioso	Uso atual Culto religioso
Propriedade Privado	Situação de ocupação Próprio
Grau de proteção Bem tombado pelo IPHAE, em 26 de agosto de 1985, sob o processo nº 21.308-19.00-SEC/85, inscrito no Livro do Tombo nº 33 pela Portaria nº 06/85 de 10 de setembro de 1985, publicada no D.O.E. em 04 de novembro de 1985. Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00021. Isento de tributos de IPTU.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 29: Início da construção. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 30: Fachada lateral, em construção. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 31: Fachada frontal, em construção. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 32: Obra finalizada. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, 1936.



Figura 33: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 34: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 35: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 36: Detalhe da porta principal com arco pleno com cercadura e bandeira cega decorada. Fonte: A autora, 2012.



Figura 37: Detalhe frontão triangular e nichos com imagens. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

Cobertura

Telhamento	<input type="checkbox"/> Capa/canal	<input checked="" type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input checked="" type="checkbox"/> Beiral	<input type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:

Nº de águas

Estrutura	<input checked="" type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input type="checkbox"/> Outro:
------------------	--	---------------------------------------	---------------------------------

Vergas Portas: arco pleno Janelas: arco pleno, retas

Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de pedra e argila	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	-	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-

Informações relevantes

Edificação em um pavimento com amplo pé-direito. Apresenta linhas portuguesas de estilo barroco. Possui fachada simétrica ornamentada, frontão triangular com ornamentos em alto-relevo, colunatas, galerias laterais, coro, duas torres, nichos com imagens. Zimbórios das torres foram confeccionados com cobre das Minas de Cobre do município. A cobertura original era de telhas coloniais portuguesas. As telhas francesas a Igreja ganhou em uma reforma no final dos anos 1960. Possui portas na parte frontal com acesso por escadas e na lateral com acesso por escada e rampa. Portas principais com verga em arco pleno, cercadura e bandeira cega decorada com imagens em alto-relevo, sendo em madeira e vidro com 2 folhas de abrir e bandeira alta. Janelas frontais com verga em arco pleno e cercadura, com folha fixa de vidro ou de veneziana de madeira. Outras são com verga reta, com vidro fixo. Janelas laterais com verga em arco pleno com vitrais decorados e mosaicos coloridos. Nas torres as janelas são com verga em arco pleno e cercadura com folha fixa de veneziana de madeira.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- Homogêneo (original)
 Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
 Descaracterizado (muitos elementos substituídos)

Informações relevantes

Edificação em bom estado de conservação, não apresentando risco de desaparecimento, devido ao grande número de fiéis ativos. Por mais de treze anos a Igreja Matriz recebeu obras de restauração, em um projeto financiado pela AESSUL e por ações da comunidade local. A primeira fase iniciou em 1998, onde toda a pintura interna e estrutura de madeira que sustenta o telhado ganharam reparos, e foi até outubro de 2001. A segunda etapa do restauro envolvia toda a parte externa, sendo concluídas as obras em 2011.

ENTORNO PRÓXIMO

- Edificação de referencial urbano
 Edificação como parte de um conjunto
 Edificação conformadora do perfil urbano

Informações relevantes

Edificação próxima a outros bens tombados (IPHAE). Em frente à Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes. É a única edificação construída na quadra. Em relação aos afastamentos, possui pequeno recuo frontal e aos fundos, e amplo recuo nas laterais. Sem fechamento do lote. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto. Na lateral há equipamentos públicos como fontes e bancos.

HISTÓRICO

Caçapava foi Capela curada, sendo rubricado o 1º Livro Tombo e outros livros paroquiais em 5 de julho de 1800, pertencente a Comarca de Nª Srª do Rosário de Rio Pardo de 1800 a 1815 e a Comarca de Nª Srª da Conceição de Cachoeira de 1815 a 1832. A Freguesia de Nª Srª da Assunção de Caçapava foi erigida canonicamente a 5 ou 6 de outubro de 1832.

A pedra fundamental da igreja foi lançada a 15 de agosto de 1815. O início de sua construção se deve ao zelo do cônego Fidencio Ortiz. Em 1824 as obras já estavam bem adiantadas. Em 25 de dezembro de 1828 foi a inauguração da Capela Mor da nova Igreja. As obras continuaram até 1834 e cessaram durante a Revolução Farroupilha. Graças a uma comissão, presidida pelo Pe. Chiaramonte, no dia 24 de dezembro de 1927 foram prosseguidas as obras, pelo construtor Augusto Grunewald. Finalmente, em 20 de setembro de 1935 a matriz foi solenemente benta por Dom Antônio Reis.

A Igreja Matriz possui alfaias de muito valor artístico e histórico:

- Sinos: possui dois sinos provenientes de São Borja, das Missões Jesuíticas. Possuem inscrições do local de origem, a data e a dedicação. Um deles até o nome do índio fundidor. Um data de 1715 e outro de 1732;
- Altar: o antigo altar mor também proveniente das Missões Jesuíticas, foi doado a um particular que, por sua vez, vendeu-o ao Museu de Júlio de Castilhos;
- Custódia: de prata maciça, de lavra artística portuguesa. Serviu na procissão da transferência da capital da República Farroupilha para Caçapava;
- Imagem da padroeira Nª Srª da Assunção: de madeira, de origem portuguesa. Consta sua existência já na inauguração da Capela Mor em 1828;
- Cálices: encontram-se dois cálices bastante antigos, sem registros de sua origem.

LEVANTAMENTO

Data	Pesquisador
08/09/2012	Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 39: Vista superior. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 40: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 41: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 42: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 43: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 44: Fachada lateral. Fonte: A autora, 2012.



Figura 45: Detalhe cimalha e cunhal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 46: Detalhe esquadria com verga reta com cercadura. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input checked="" type="checkbox"/> Beiral	<input type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input checked="" type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	4			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	-	-
Esquadria	-	Madeira, metálica, vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea, exemplar da arquitetura colonial portuguesa, construída por volta do ano de 1840. Possui fachada simétrica com acesso central por pequena escada, beiral com cimalha, esquina em cunhal. Esquadrias com verga reta e cercaduras demarcadas na alvenaria. Porta em madeira e vidro com 2 folhas de abrir. Janelas em madeira e vidro com 2 folhas de abrir e venezianas de empacotar que abrem para exterior. Portão da garagem em madeira e chapa metálica.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input checked="" type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em mau estado de conservação e com diversas patologias. Segundo informações orais, houve alteração no fechamento dos vãos, sendo que o acesso se dava pela Rua Sete de Setembro. Por ser um bem tombado, não apresenta risco de desaparecimento, sendo prioritária para preservação.	

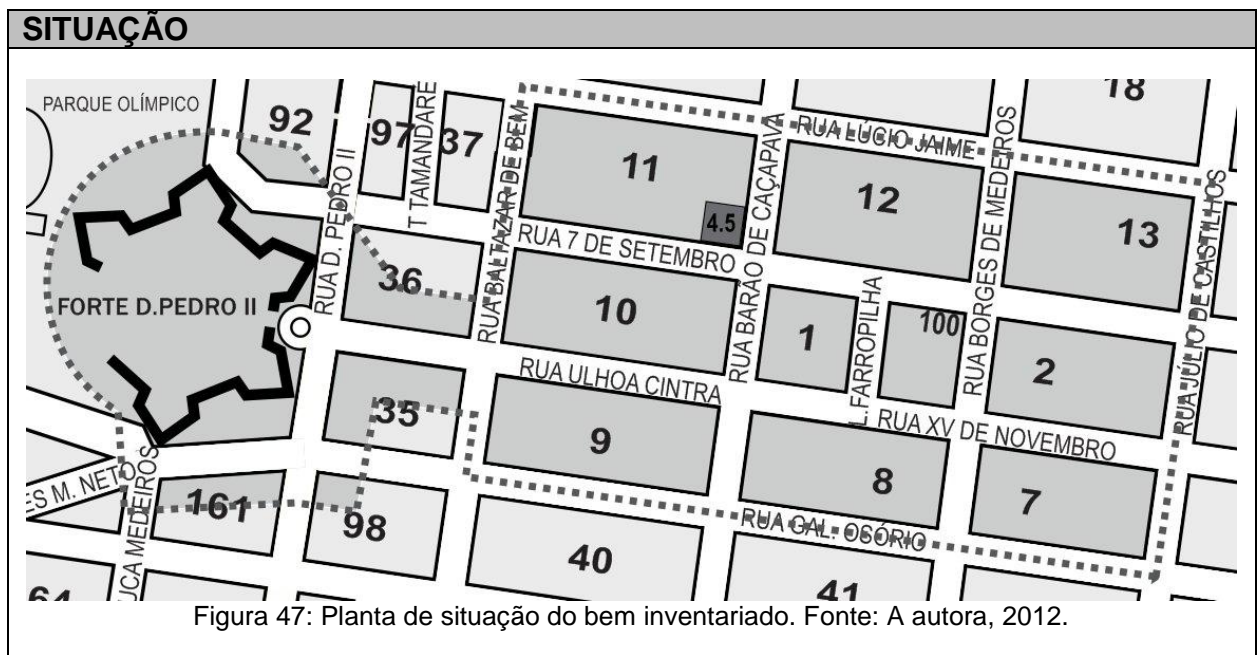
ENTORNO PRÓXIMO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação próxima a outros bens tombados (IPHAE). Situada em esquina, construída sobre o alinhamento dos passeios públicos. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal em ambas as ruas e possui recuo em uma das laterais. Lote fechado com muros. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Casa em que nasceu Antônio Augusto Borges de Medeiros, em 19 de novembro de 1864. Advogado e político, sucessor de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros assumiu a presidência do Estado em 1898, permanecendo como líder do PRR - Partido Republicano Rio-Grandense por 25 anos, durante o período conhecido como República Velha. Pelo Pacto de Pedras Altas, que encerrou a Revolução de 1923, a oposição aceitava seu novo mandato, mas o impossibilitava de buscar outra reeleição. Atualmente a edificação é ocupada pela Casa Paroquial e pela administração.

LEVANTAMENTO	
Data 08/09/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.5.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Fonte do Conselheiro	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Barão de Caçapava, s/nº esq. Rua Sete de Setembro - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 11 / 6	Cadastro IPTU 478000



DADOS	
Data de construção Por volta de 1840	Nome do proprietário Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul
Área do lote 87,84m ² (5,90x12,70x11,20x5,00)	Área construída -
Uso original Fonte d'água	Uso atual Ponto turístico
Propriedade Público	Situação de ocupação Próprio
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00013. Isento de tributos de IPTU.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 48: Vista a partir do interior do lote. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 49: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 50: Vista a partir da Rua Barão de Caçapava. Fonte: A autora, 2012.



Figura 51: Vista a partir do interior do lote. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

Cobertura

Telhamento	<input type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: cúpula
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas				

Estrutura Portante Independente Outro:

Vergas

Portas:

Janelas:

Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de pedra	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Calafinação	-	-
Esquadria	-	-	-	-

Informações relevantes

Cobertura com cúpula em alvenaria de tijolos.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- Homogêneo (original)
 Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
 Descaracterizado (muitos elementos substituídos)

Informações relevantes

A fonte está descaracterizada, tendo suas pedras sido revestidas por reboco e pintura na cor branca. Atualmente está desativada pelo difícil acesso a fonte. Não apresenta risco de desaparecimento.

ENTORNO PRÓXIMO

- Edificação de referencial urbano
 Edificação como parte de um conjunto
 Edificação conformadora do perfil urbano

Informações relevantes

Edificação próxima a bens tombados (IPHAE). Em diagonal à Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes. Situada em esquina, com pequenos recuos em relação aos passeios. Lote revestido com laje grês e sem tratamento paisagístico. Fechamento do lote com muros. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.

HISTÓRICO

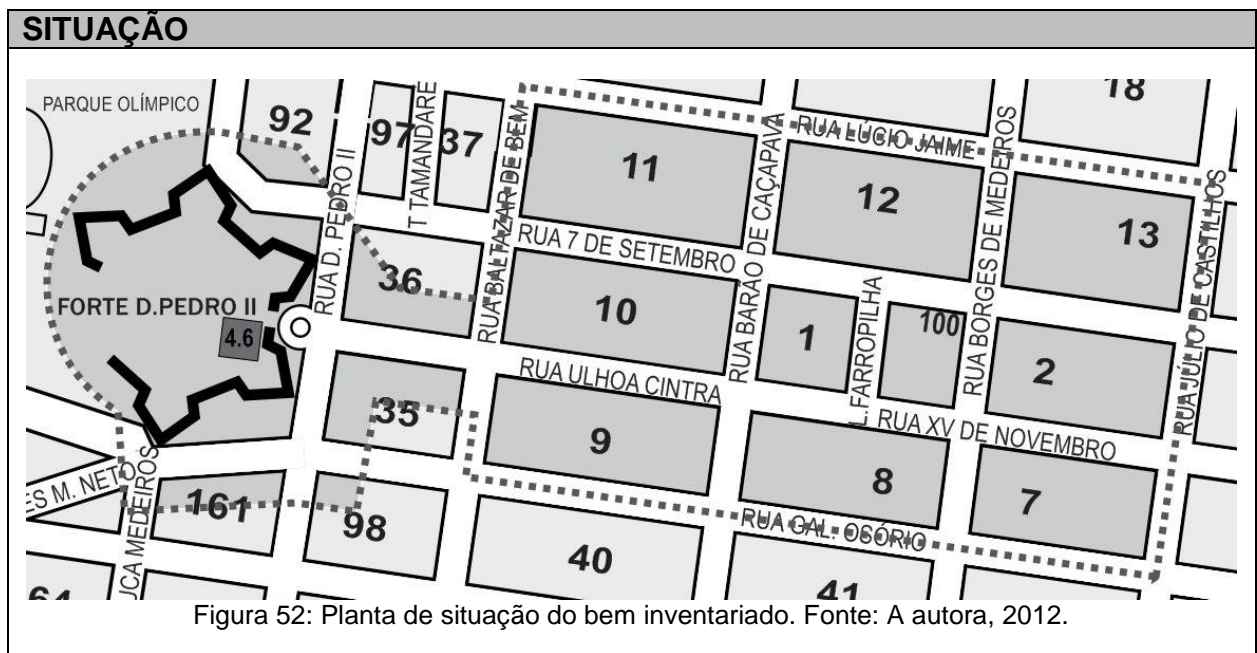
O reservatório desta fonte foi construído para abastecer de água as construções do Forte D. Pedro II e da Igreja Matriz, e serviu a comunidade por muitos anos. Seu nome deve-se ao fato de que o General Francisco José de Souza Soares de Andrea, o Barão de Caçapava, era conselheiro da Corte Real Portuguesa.

LEVANTAMENTO

Data	Pesquisador
08/09/2012	Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.6.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Forte Dom Pedro II	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua D. Pedro II - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1	Cadastro IPTU -



DADOS	
Data de construção Iniciado em 1848	Nome do proprietário -
Área do lote -	Área construída 27.000,00m ² exterior / 19.000,00m ² interior
Uso original Fortificação	Uso atual Ponto turístico
Propriedade Público	Situação de ocupação -
Grau de proteção Bem tombado pelo IPHAN, em 16 de maio de 1938, sob o processo nº 0141-T-38, inscrito no Livro Belas Artes nº 064, Vol. 1, Fl. 012. Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00001.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 53: Forte com Igreja Matriz ao fundo.
 Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, 1936.



Figura 54: Exposições agropecuárias no Forte.
 Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, 1936.



Figura 55: Vista superior.
 Fonte: <http://turismocacapavadosul.com.br>, s/d.



Figura 56: Vista lateral. Fonte: A autora, 2012.



Figura 57: Presença de vegetação daninha.
 Fonte: A autora, 2012



Figura 58: Presença de vegetação daninha.
 Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas				
Estrutura	<input checked="" type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input type="checkbox"/> Outro:	
Vergas	Portas:		Janelas:	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de pedra	-	-
Revestimento da fachada	-	-	-	-
Pintura da fachada	-	-	-	-
Esquadria	-	-	-	-
Informações relevantes				
Construção em alvenaria de pedra em forma de um polígono hexagonal. Suas paredes possuem largura aproximada de 1m e altura entre 8m e 10m, conforme a relação ao nível do terreno. Seu volume é de 18.824m ³ e sua área é de 27.000m ² na parte exterior e de 19.000m ² na parte interior.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Foi cortado para prolongamento da Rua Ulhôa Cintra. Presença intensa de vegetação daninha comprometendo a estrutura. A partir de intervenção do Ministério Público, em 2011 o IPHAN informou sobre as iniciativas, como levantamento, avaliação e abertura de processo administrativo para contratação de empresa que realizará a limpeza e manutenção do forte, ainda não realizada. Por ser um bem tombado, não apresenta risco de desaparecimento, sendo prioritário para preservação.	

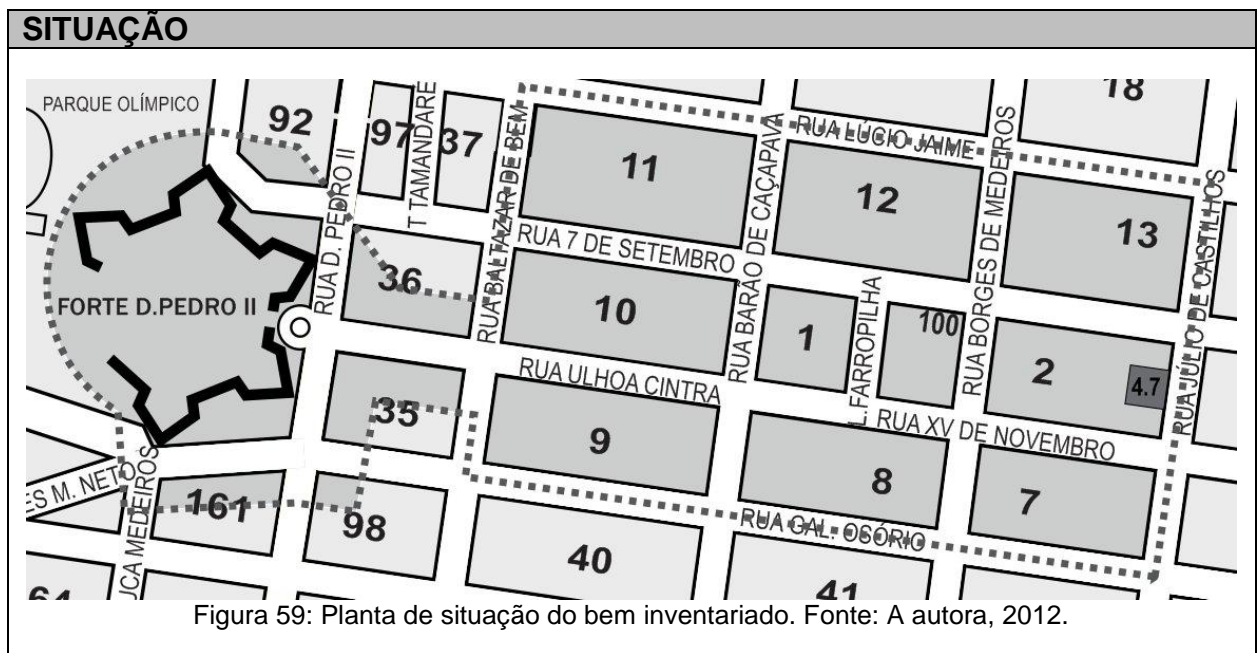
ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Entorno com gramado e canteiros. Passeio inexistente. Logradouro em bloco basalto. Instalação de equipamentos e brinquedos infantis de madeira não autorizados pelo IPHAN.	

HISTÓRICO	
O forte com capacidade para comportar 20.000 pessoas começou a ser construído para proteção de invasores em 1848 com mão-de-obra escrava e sob o comando do General Soares de Andréa - Barão de Caçapava, Presidente da Província e Comandante das Armas, com consentimento do Governo Imperial, em terreno adquirido pela Fazenda Nacional de Manuel Lourenço de Brito. Sua construção contou com o abastecimento de água da Fonte do Conselheiro. O Forte teve o seu projeto feito pelo próprio Gal. Andréa, que possuía os cursos de matemática, astronomia, navegação e engenharia militar. Sua construção se desenvolveu num bom ritmo até 17 de fevereiro de 1850, quando o Gal. Andréa foi substituído. Daí em diante as obras prosseguiram lentamente, supervisionada pelo Major Jose Maria Pereira de Campos e Tenente Engenheiro Augusto d'Aruuda, até 1855, quando pararam definitivamente por não ter se concretizada a invasão argentina.	

LEVANTAMENTO	
Data 22/09/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.7.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Conjunto comercial	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Julio de Castilhos, nº 605 - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 2 / 12	Cadastro IPTU 30000 / 30010 (anexo) / 31000 / 32000 / 33000 / 34000



DADOS	
Data de construção 1902	Nome do proprietário Jorge Raul e Nilo Antunes de Freitas
Área do lote 666,00m ² (22,70x31,10x31,50x20,60)	Área construída 423,00m ² (223,00+28,00+34,00+37,00+101,00) Em 1945 foi edificado um anexo de 17,00m ² , totalizando 440,00m ² .
Uso original Comércio	Uso atual Comércio (Loja Confecções Real)
Propriedade Privado	Situação de ocupação Próprio
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00035.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Figura 60: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 61: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 62: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 63: Detalhe da platibanda. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	4			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Ciação	-	-
Esquadria	-	Vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea. Apresenta vestígios de tratamento decorativo em alto-relevo na platibanda. Possui marquise e toldo sobre as esquadrias. Esquadrias com verga reta, sendo quatro vitrines do tipo porta-janela por onde se dá o acesso a edificação, em vidro temperado e grades de ferro, com 2 folhas fixas e 2 folhas de abrir para o interior.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em regular estado de conservação. Passou por diversas reformas, estando totalmente descaracterizada. Os elementos existentes originalmente na fachada foram em grande parte retirados, restando alguns vestígios, sem uniformidade na fachada. Fechamento dos vãos alterados, sendo as esquadrias originalmente de madeira substituídas por vidro temperado e as cercaduras retiradas. Edificação destinada ao comércio, com identidade visual da empresa inserida na fachada. Apresenta risco de desaparecimento pela localização em área de comércio concentrado e tendo em vista que outros imóveis no entorno foram demolidos devido a especulação imobiliária.	

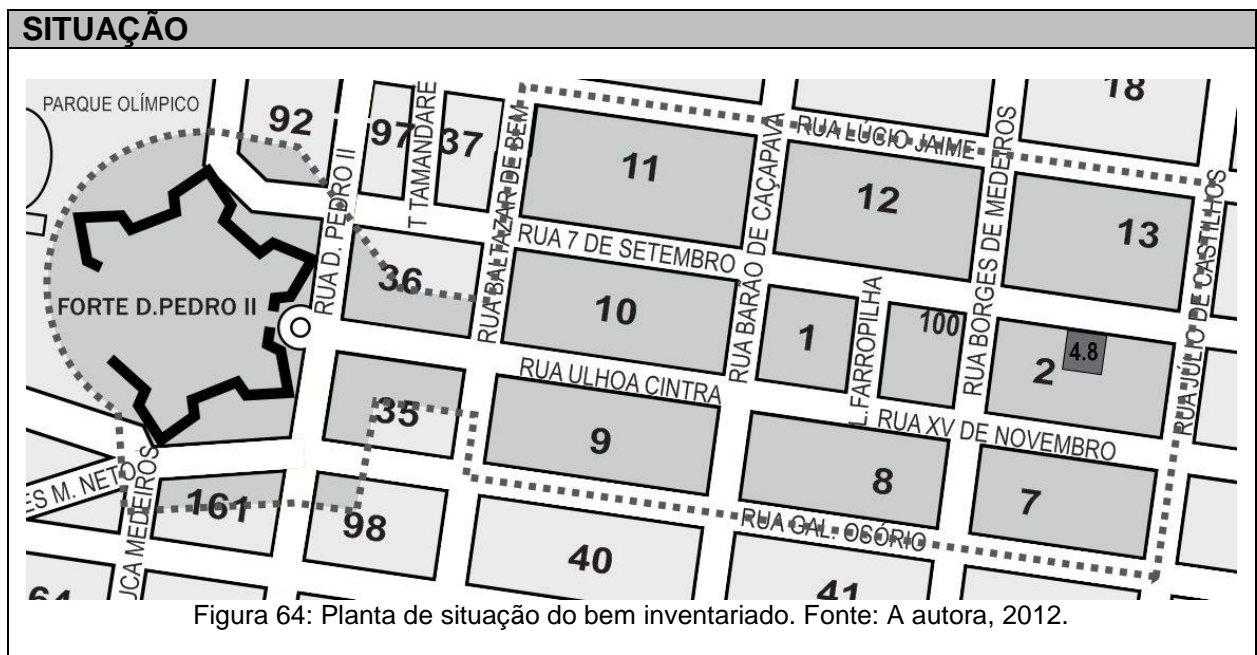
ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação remanescente que enquanto mantinha suas características originais dialogava com outras do entorno, bem como com outras que já foram demolidas. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público, onde atualmente tem-se o calçadão na extensão desta quadra. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal e possui pequeno recuo na lateral direita e aos fundos. Lote fechado com muros e portão de ferro na lateral direita.	

HISTÓRICO
A edificação já teve diversos proprietários e já foi ocupada por diversos estabelecimentos comerciais.

LEVANTAMENTO	
Data 22/09/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.8.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL ÇAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Antiga Residência	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Sete de Setembro, nº 586 e 587 - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 2 / 20	Cadastro IPTU 64000 / 64010 (anexo) / 65000 / 65010 (anexo)



DADOS	
Data de construção 1918	Nome do proprietário Liane Elena de Oliveira T. Dias
Área do lote 814,00m ² (21,40x38,20x38,50x21,40)	Área construída 169,00m ² (106,00+63,00) Em 1956 foi edificado um anexo de 23,00m ² e em 1986 um anexo de 90,00m ² , totalizando 282,00m ² .
Uso original Residência	Uso atual Residência e Comércio (Casa Oliveira)
Propriedade Privada	Situação de ocupação Própria
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00031.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 65: Fachada Frontal. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 66: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 67: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 68: Detalhe frontão recortado e indicação do ano de construção. Fonte: A autora, 2012.



Figura 69: Detalhe esquadria com verga reta e cercaduras decorativas na parte superior. Fonte: A autora, 2012.



Figura 70: Detalhe da esquadria com falsos balaustres e balcão. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: pináculos
Nº de águas	2			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Caiação	-	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea que possui desdobramento em duas partes: residência e comércio. Possui fachada assimétrica, frontão recortado sobre platibanda com indicação do ano de construção em alto-relevo, demarcação de colunas, platibanda possui tratamento decorativo com frisos, pilastras, falsos balaustres e pináculos. Esquadrias com verga reta, molduras decorativas na parte superior e bandeira envidraçada. Porta de acesso a residência em madeira com 1 folha de abrir. Janela da residência em madeira e vidro, com 2 folhas de abrir, postigo interno, bandeira alta e falsos balaustres e falso balcão na parte inferior. Porta de acesso ao comércio em vidro temperado com 2 folhas de abrir. Janelas fixas em vidro temperado servindo como vitrines.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em bom estado de conservação. No entanto foi bastante descaracterizada, com fechamento dos vãos alterados, sendo algumas esquadrias originalmente de madeira substituídas por vidro temperado. Passou por acréscimos de construções no lote em outros períodos. Parte da edificação destinada ao comércio, com identidade visual da empresa inserida na fachada. Apresenta risco de desaparecimento pela localização em área de comércio concentrado e tendo em vista que outros imóveis no entorno foram demolidos devido a especulação imobiliária.	

ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação próxima a bens tombados (IPHAE). Edificação remanescente que dialogava com outras do entorno que foram demolidas. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal, possuindo amplo recuo nos fundos e na lateral esquerda onde há acesso à garagem, e pequeno recuo na lateral direita. Lote fechado com muros e portões de ferro nas laterais. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Construída na década de 1910, sendo uma importante edificação remanescente na área de concentração comercial do centro histórico.

LEVANTAMENTO	
Data 22/09/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

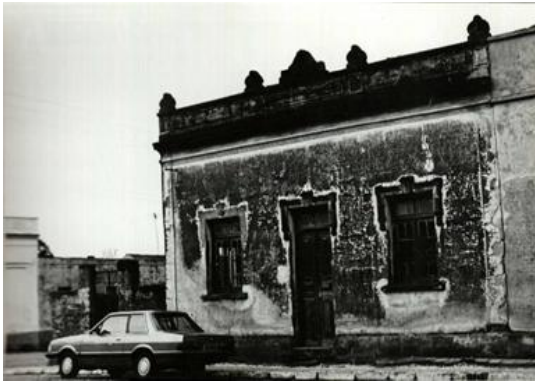


Figura 72: Fachada Frontal. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 73: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 74: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 75: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 76: Detalhe esquadria com verga reta e cercaduras decorativas na parte superior. Fonte: A autora, 2012.



Figura 77: Detalhe da platibanda com pequeno frontão e pináculos. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input checked="" type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: pináculos
Nº de águas	2			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco	-	-
Pintura da fachada	-	Caiação (somente vestígios)	-	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea com desdobramento em duas partes. A parte direita possui fachada assimétrica e vãos preenchidos com alvenaria de tijolos. A parte esquerda possui fachada simétrica com acesso central por pequena escada, pequeno frontão recortado sobre platibanda com indicação do ano de construção em alto-relevo, platibanda com tratamento decorativo em alto-relevo, frisos, pilastras e pináculos. Esquadrias com verga reta e molduras decorativas na parte superior. Porta em madeira e vidro com 2 folhas de abrir e bandeira alta. Janelas em madeira e vidro com 2 folhas de abrir e postigo interno.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em péssimo estado de conservação e com diversas patologias, já sem grande parte dos elementos que originalmente compunham a fachada, bem como sem parte do revestimento ou pintura. A cobertura original com telhas de barro do tipo capa/canal foi substituída por de fibrocimento. Apresenta risco de desaparecimento tendo em vista a sua situação precária e de abandono.	

ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno. Situada em esquina, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal, possuindo recuo nos fundos e nas laterais. Lote fechado com muros e portão de ferro na lateral esquerda. Passeio aterrado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Construída na década de 1910, sendo uma importante edificação remanescente, localizada na área de início da urbanização e na possível primeira rua configurada no município.

LEVANTAMENTO	
Data 22/09/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 79: Edificação adquirida. Fonte: 100 Anos de "União", 1908.



Figura 80: Construção do 2º piso da ala esquerda. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 81: Ampliação do segundo pavimento. Fonte: 100 Anos de "União", 1928.



Figura 82: Construção da ala direita. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 83: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 84: Detalhe torre e frontão triangular. Fonte: A autora, 2012.



Figura 85: Detalhe sacada. Fonte: A autora, 2012.



Figura 86: Detalhe balcão. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro: metálica
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro: torre
Nº de águas	2			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: arco pleno		Janelas: reta, arco pleno, óculo	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	Reboco e argamassa	-
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	Tinta plástica	-
Esquadria	-	Madeira, metálica, vidro	Madeira e vidro	-
Informações relevantes				
Edificação com dois pavimentos em estilo eclético, construída em etapas. Possui fachada assimétrica visto que não possui todos elementos na 2ª ala, com torre e óculo apenas na 1ª ala. Demais elementos duplicados como frontão triangular com ornamentos em alto-relevo, sacadas, balcões, balaustres, imagens, colunatas, platibanda com pilastras e tratamento decorativo em alto-relevo. Possui dois acessos principais por portas com verga em arco pleno e cercadura decorativa, metálicas e vidro com 2 folhas de abrir e bandeira alta. Janelas com verga reta e moldura, em madeira e vidro com 2 folhas de abrir e postigo interno, e sobre elas, bandeira alta em arco pleno em madeira e vidro. No segundo pavimento, portas e janelas com verga reta com 2 folhas de abrir, postigo interno e bandeira alta.				

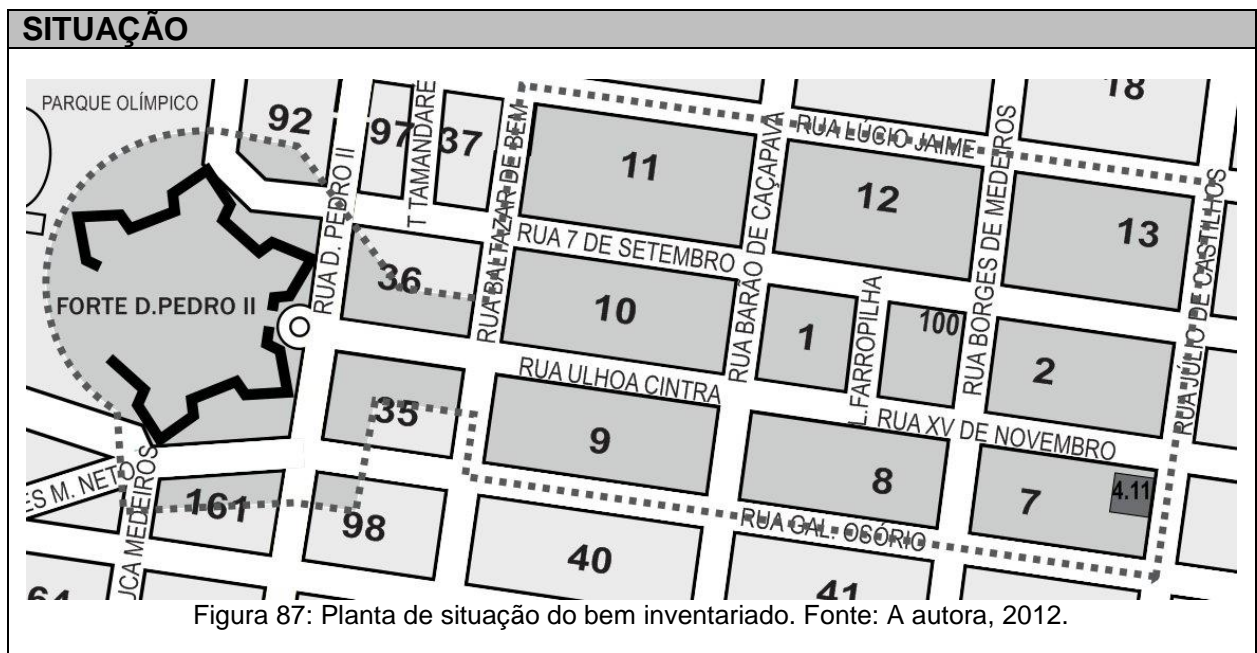
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input checked="" type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em bom estado de conservação e não apresenta risco de desaparecimento.	

ENTORNO PRÓXIMO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação próxima à bem tombado (IPHAE). Em frente à Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal, possuindo recuo em uma lateral e aos fundos. Fechamento do lote com muros e portões de ferro. Passeio calçado. Logradouro asfaltado e em bloco basalto.	

HISTÓRICO	
Fundado em 20 de maio de 1900 por iniciativa do Dr. Mathias de Campos Velho, em sua residência na Rua Julio de Castilhos esquina com Rua General Osório. Em 1902 transferiu-se para a residência do ex-ministro José Pinheiro de Ulhôa Cintra, na Rua Sete de Setembro esquina com a Rua Borges de Medeiros-Casa dos Ministérios. Em 1908 adquiriu-se a atual sede, residência de Alquino de Bem, que foi sendo remodelada em etapas. Em 1922 iniciaram-se planos para ampliação, com projeto do Arq. Julio Richt. Não tendo verba, a execução foi iniciada em 1927. Em 20 de maio de 1928 foi inaugurada a ampliação do segundo pavimento, com projeto revisado pelo construtor Augusto Grunewald, sob a presidência de Dario Manuel Alves. Em 1963, na administração de Aldo Garcia, iniciou campanha para ampliação de nova ala a direita imitando a antiga, projeto do Engº. Ricardo Barbiero. As obras foram paralisadas, retomadas na administração de Atico Tronco e inaugurada em 15 de fevereiro de 1969.	
LEVANTAMENTO	
Data	Pesquisador
08/09/2012	Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.11.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Aquarela Fiambreteria	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Julio de Castilhos, nº 673 - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 7 / 6	Cadastro IPTU 308000 / 309000 / 310000



DADOS	
Data de construção 1928	Nome do proprietário Jorge Raul e Nilo Antunes de Freitas
Área do lote 559,90m ² (20,90x33,15x32,00x15,40)	Área construída 150m ² (33,00+69,00+48,00)
Uso original Comércio e Residência	Uso atual Comércio (Lancheria Aquarela)
Propriedade Privada	Situação de ocupação Alugado
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00036B.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 88: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012



Figura 89: Detalhe frontão em arco. Fonte: A autora, 2012

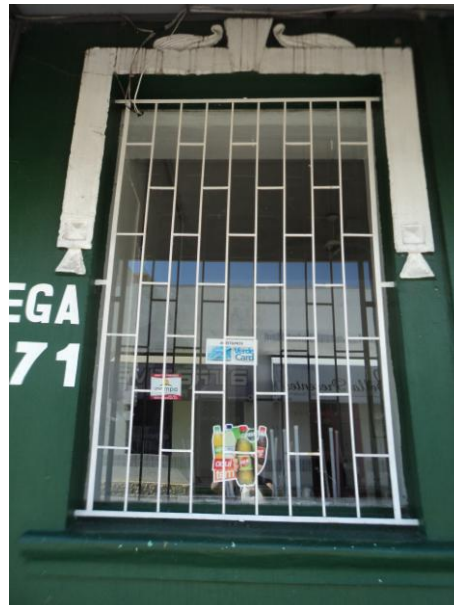
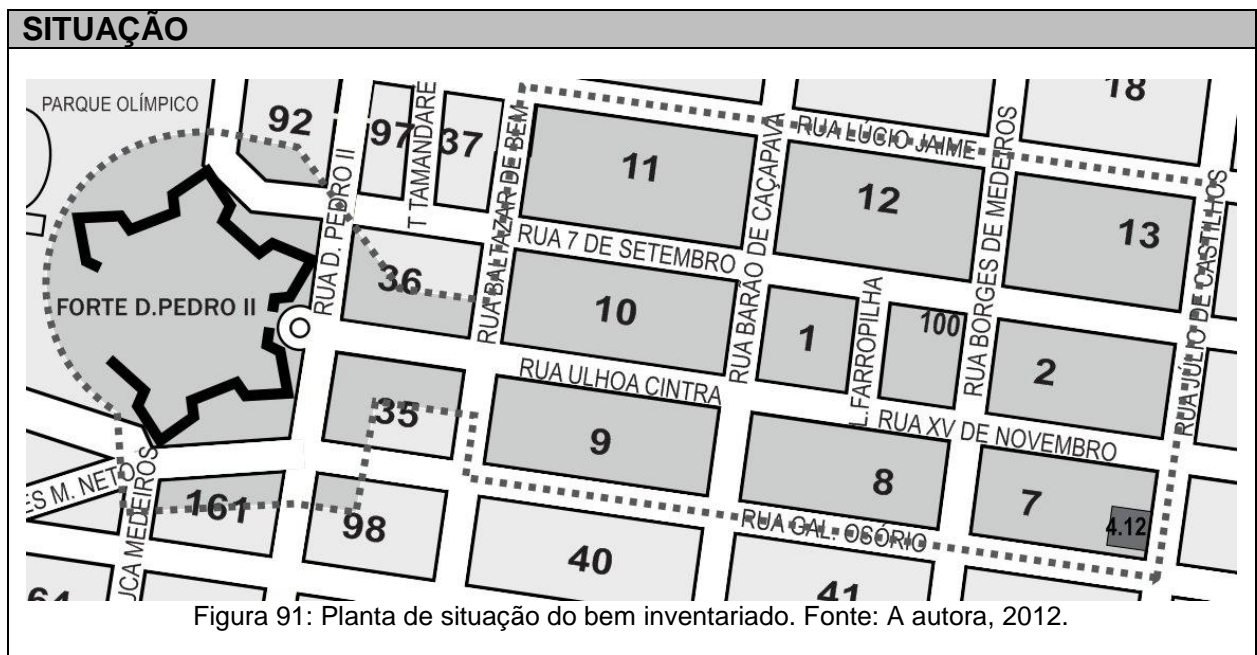


Figura 90: Detalhe esquadria com verga reta com cercadura na parte superior. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	não levantado			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	-	-
Esquadria	-	Metálica, vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea. Possui fachada original simétrica, mas devido a alteração no fechamento dos vãos, configura-se atualmente assimétrica. Apresenta demarcação de colunas, frontão em arco com ornamentos em alto-relevo incorporado a platibanda, que possui tratamento decorativo em alto-relevo e pilastras. Esquadrias com verga reta e molduras decorativas na parte superior. Possui três acessos, por portas metálicas e vidro com 2 folhas de abrir, bandeira alta e grades de ferro. Janela em vidro temperado com folha fixa.				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO				
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)			
<input checked="" type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)			
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)			
Informações relevantes				
Edificação em regular estado de conservação. Fechamento dos vãos alterados, sendo algumas esquadrias originalmente de madeira substituídas por metálicas. Edificação destinada ao comércio, com identidade visual da empresa inserida na fachada. Apresenta risco de desaparecimento pela localização em área de comércio concentrado e tendo em vista que outros imóveis no entorno foram demolidos devido a especulação imobiliária.				
ENTORNO PRÓXIMO				
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano			
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto			
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano			
Informações relevantes				
Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal e nas laterais e possui amplo recuo aos fundos. Fechamento do lote com muros. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.				
HISTÓRICO				
Construída na década de 1920, sendo uma importante edificação remanescente na área de concentração comercial do centro histórico.				
LEVANTAMENTO				
Data	Pesquisador			
06/10/2012	Arq. e Urb. Michelle Campos Morais			

4.12.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Armarinho J. Alves	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Julio de Castilhos, nº 673 - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 7 / 6	Cadastro IPTU 308000 / 309000 / 310000



DADOS	
Data de construção 1928	Nome do proprietário Jorge Raul e Nilo Antunes de Freitas
Área do lote 559,90m ² (20,90x33,15x32,00x15,40)	Área construída -
Uso original Comercial	Uso atual Comercial (Essencial Presentes e Confecções)
Propriedade Privada	Situação de ocupação Alugado
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00036A.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Figura 92: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012



Figura 93: Detalhe segundo pavimento. Fonte: A autora, 2012



Figura 94: Detalhe frontão em arco. Fonte: A autora, 2012

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	2			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	Reboco e argamassa	-
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	Tinta plástica	-
Esquadria	-	Metálica e vidro	Madeira e vidro	-
Informações relevantes				
Edificação com desdobramento em duas partes. A parte direita com dois pavimentos possui fachada original simétrica, mas devido a alteração no fechamento dos vãos, configura-se atualmente assimétrica, com frontão em arco com ornamentos em alto-relevo incorporado a platibanda, que possui tratamento decorativo em alto-relevo e frisos, demarcação de colunas somente no segundo pavimento. Esquadrias com verga reta. Porta em vidro temperado e grades de ferro, com 2 folhas de abrir. A janela no segundo pavimento, em madeira e vidro, possui venezianas de empacotar que abrem para exterior. A parte esquerda com um pavimento, trata-se de uma edificação anexa, sem nenhum elemento decorativo e acesso por porta com verga reta, metálica e vidro com 4 folhas do tipo camarão.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input checked="" type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em regular estado de conservação. Fechamento dos vãos alterados, sendo algumas esquadrias originalmente de madeira substituídas por metálicas. Passou por acréscimos de construções no lote em outros períodos. Edificação destinada ao comércio, com identidade visual das empresas inseridas na fachada. Apresenta risco de desaparecimento pela localização em área de comércio concentrado e tendo em vista que outros imóveis no entorno foram demolidos devido a especulação imobiliária.	

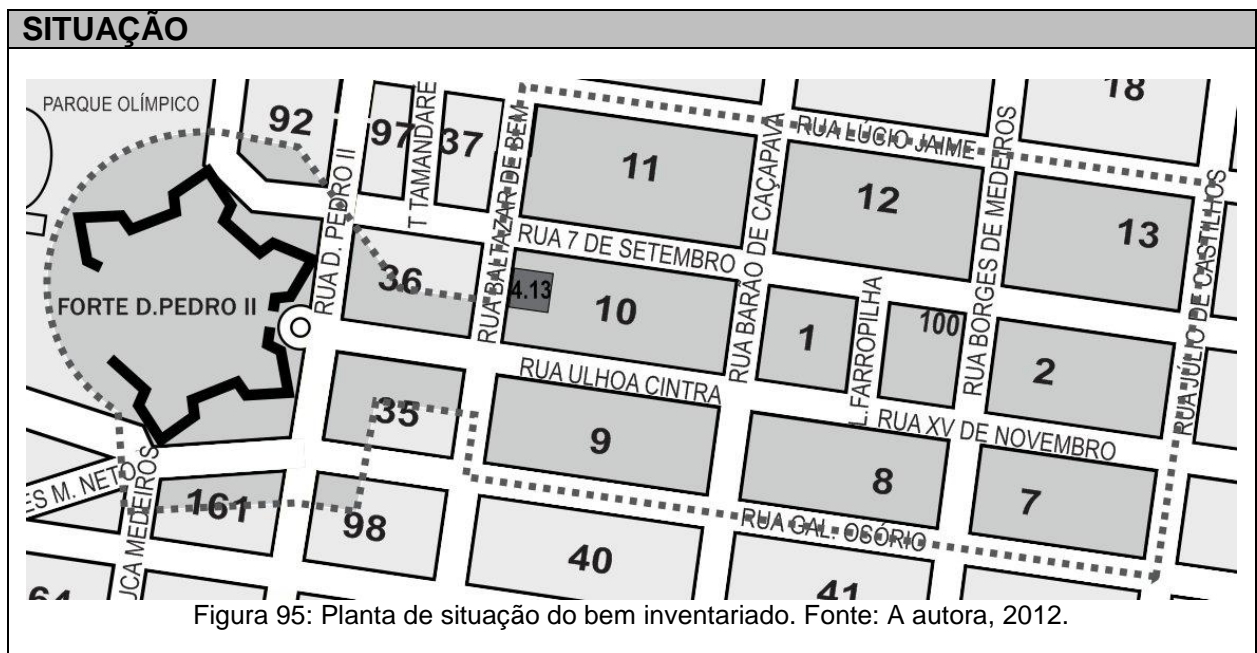
ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal e nas laterais. Fechamento do lote com muros. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Construída na década de 1920, sendo uma importante edificação remanescente na área de concentração comercial do centro histórico.

LEVANTAMENTO	
Data 06/10/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.13.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Antiga Residência e Comércio	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Cel. Baltazar de Bem, nº 610 - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 10 / 14	Cadastro IPTU 454000 / 454010 (anexo)



DADOS	
Data de construção 1929	Nome do proprietário Doralice do Nascimento Lima
Área do lote 599,00m ² (18,50x32,50x32,50x18,40)	Área construída 106,00m ² . Em 1972 foi edificado um anexo de 136,00m ² , totalizando 242,00m ² .
Uso original Residência e Comércio	Uso atual Residência e Comércio (Center Mecânica)
Propriedade Privado	Situação de ocupação Próprio
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00005.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 96: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 97: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 98: Detalhe da platibanda com elementos decorativos. Fonte: A autora, 2012.



Figura 99: Detalhe esquadria com verga reta com cercadura. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	2			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Caiação	-	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea. Possui fachada com demarcação de colunas, platibanda com tratamento decorativo em alto-relevo e frisos. Esquadrias com verga reta e cercaduras demarcadas na alvenaria, com entorno decorado. Porta de acesso pela lateral direita. Janelas em madeira e vidro com 2 folhas de abrir e postigo interno.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em mau estado de conservação e com diversas patologias. Passou por acréscimos de construções no lote em outros períodos. Edificação destinada ao comércio, com identidade visual da empresa no acesso lateral. Apresenta risco de desaparecimento devido a especulação imobiliária e tendo em vista que outros imóveis no entorno foram demolidos.	

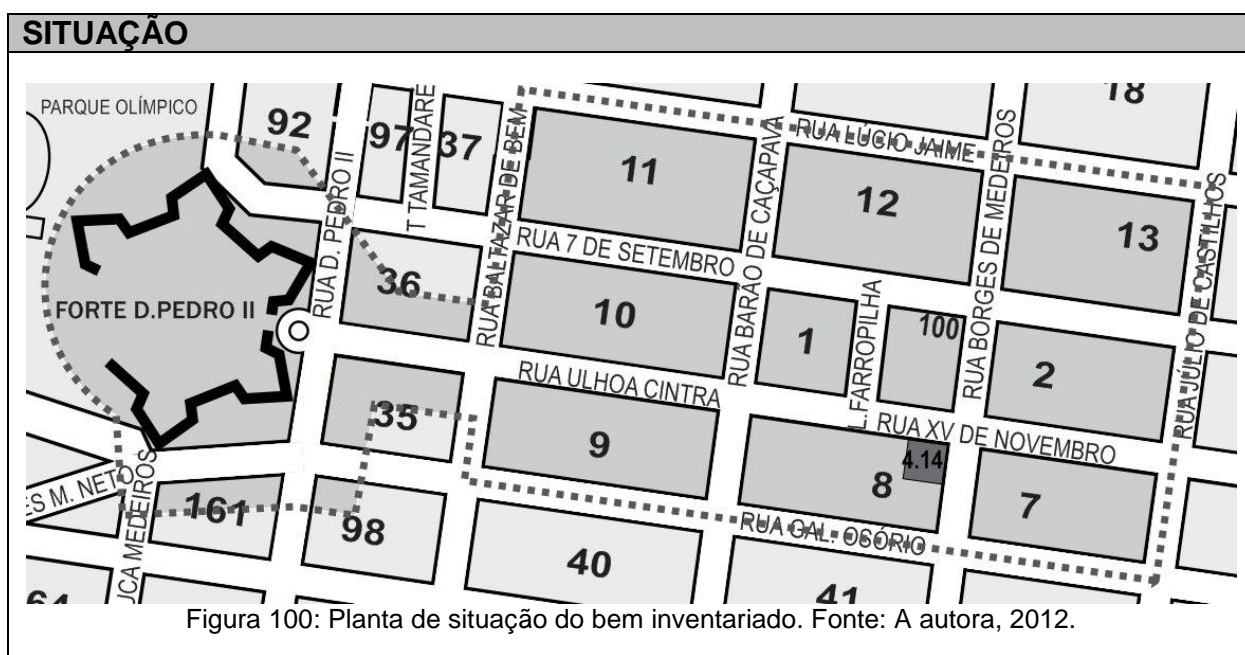
ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal, possuindo recuo nos fundos e nas laterais. Lote fechado com muros e portão de ferro na lateral direita. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Construída na década de 1920, sendo uma importante edificação remanescente, localizada na área de início da urbanização no município.

LEVANTAMENTO	
Data 06/10/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.14.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Escola Estadual Dinarte Ribeiro	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua XV de Novembro, s/nº esq. Rua Borges de Medeiros - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 8 / 1	Cadastro IPTU 387000 / 387010 / 387030 (anexo) / 387040 (anexo)



DADOS	
Data de construção 1935	Nome do proprietário Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Área do lote 4.680,00m ² (65,00x72,00x72,00x65,00)	Área construída 924,00m ² (439,00+485,00). Em 1984 foi edificado um anexo de 660,00m ² (317,00+343,00), totalizando 1584,00m ² construídos.
Uso original Escola	Uso atual Escola
Propriedade Pública	Situação de ocupação Própria
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00018. Isento de tributos de IPTU.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 101: Perspectiva. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 102: Perspectiva. Fonte: acervo de Gelson Nunes de Oliveira, s/d.



Figura 103: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 104: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 105: Acesso principal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 106: Detalhe frontão triangular e colunas. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input checked="" type="checkbox"/> Beiral	<input type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	4			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	Reboco e argamassa	-
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	Tinta plástica	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	Madeira e vidro	-
Informações relevantes				
Edificação de dois pavimentos. Possui fachada simétrica com acesso central por escada, com frontão triangular sobressaindo na fachada, sustentado por duas colunas e beiral. Esquadrias com verga reta e moldura na parte inferior. Porta de acesso principal em madeira e vidro com 2 folhas de abrir e bandeira alta. Janelas em madeira e vidro, com 2 folhas fixas e 2 folhas de abrir e bandeira alta, sendo que no primeiro pavimento há grades de ferro e, no segundo pavimento, há floreira na parte inferior.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input checked="" type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em bom estado de conservação e não apresenta risco de desaparecimento. Passou por acréscimos de construções no lote em outros períodos. No período de maio a julho de 2012 passou por uma reforma em sua cobertura e pintura exterior, executadas pelo Governo Estadual.	

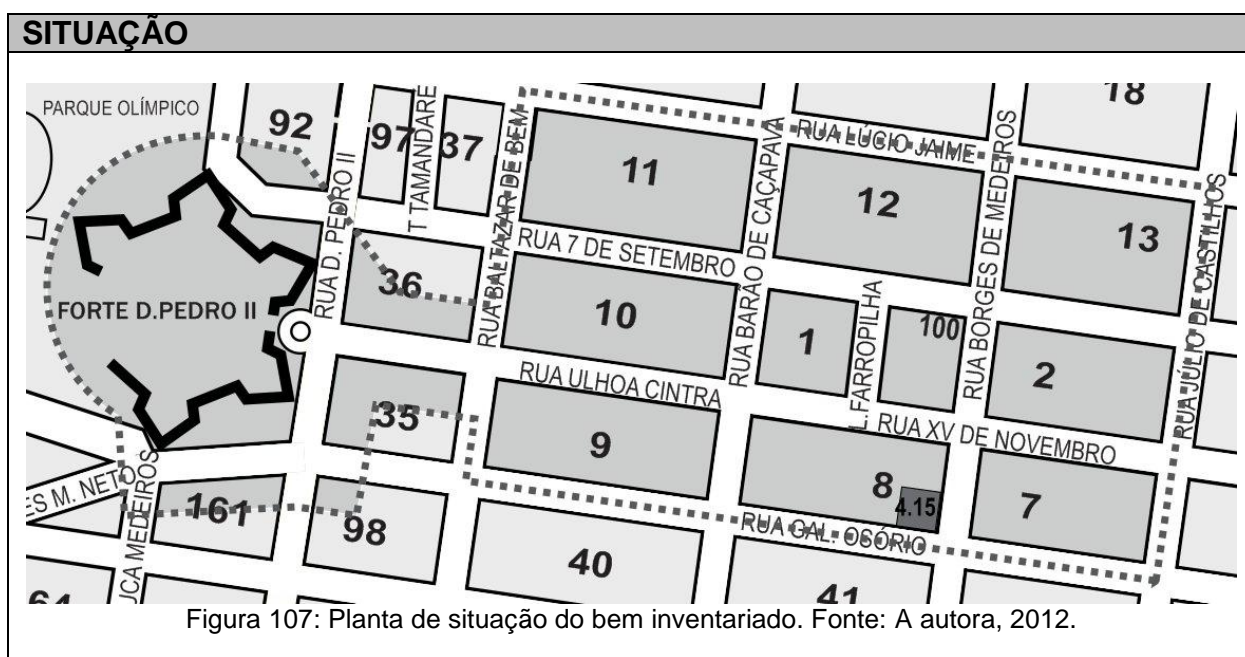
ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação próxima à bem tombado (IPHAE). Situada em esquina, construída sobre o alinhamento dos passeios públicos. Em relação aos afastamentos, possui recuos em todo entorno. Fechamento do lote com muros, grades e portões de ferro. Passeio calçado. Logradouro asfaltado e em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Teve sua origem em 19 de outubro de 1919, quando o Governo Estadual criou um grupo escolar com o objetivo de reunir as quatro "Aulas Isoladas" existentes na cidade, cujas instalações foram na edificação situada na esquina da Rua General Osório com a Rua Júlio de Castilhos, onde funcionava o Ginásio S. S. Nome de Jesus, antiga residência do Dr. Mathias de Campos Velho. Em 1935, pelas comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha, houve uma série de melhoramentos em Caçapava, dentre eles a construção do edifício destinado ao funcionamento do Colégio Elementar Dinarte Ribeiro. De acordo com o Decreto nº 6.072 de 02 de outubro de 1935, o educandário recebeu o nome de Dinarte Ribeiro, nome de ilustre personalidade caçapavana, jornalista e líder republicano, com inúmeros préstimos e serviços prestados à comunidade rio-grandense.

LEVANTAMENTO	
Data	Pesquisador
06/10/2012	Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.15.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Igreja da Escola Estadual Dinarte Ribeiro	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua XV de Novembro, s/nº esq. Rua Borges de Medeiros - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 8 / 1	Cadastro IPTU 387020



DADOS	
Data de construção 1935	Nome do proprietário Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Área do lote 4.680,00m ² (65,00x72,00x72,00x65,00)	Área construída 85,00m ²
Uso original Igreja	Uso atual Pastoral da Criança
Propriedade Pública	Situação de ocupação Própria
Grau de proteção Bem inventariado em 10/08/1987 sob o registro PRS/87-0001.00064.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 108: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d



Figura 109: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 110: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.

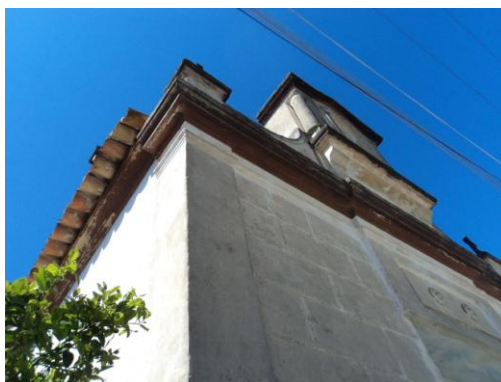


Figura 111: Acabamento em cunhal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 112: Detalhes na fachada. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: pináculos
Nº de águas	2			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Caiação	-	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação em um pavimento com amplo pé-direito. Possui fachada simétrica com acesso central, com campanário, pináculos nas extremidades, frisos, demarcação de colunas. As esquadrias apresentam verga reta. Porta de acesso em madeira, com 2 folhas de abrir.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em mau estado de conservação e com diversas patologias. Não apresenta risco de desaparecimento.	

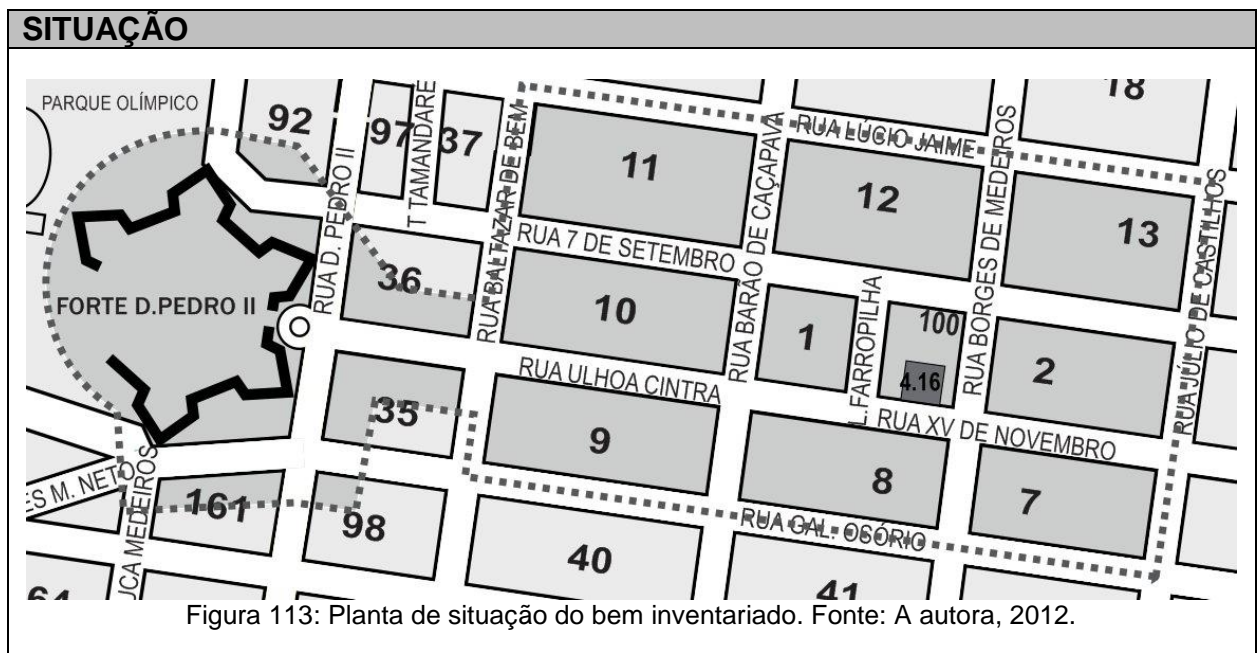
ENTORNO PRÓXIMO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação em esquina, construída sobre o alinhamento do passeio público, distinta do entorno devido a sua arquitetura religiosa. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal, possuindo recuo nos fundos e nas laterais. Lote fechado com muros e grades de ferro. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Segundo informações orais a edificação foi construída juntamente com Escola Dinarte Ribeiro, fazendo parte de seu conjunto de edificações.

LEVANTAMENTO	
Data 06/10/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.16.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Monumento ao Centenário Farroupilha	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Largo Farroupilha - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 100 / 3	Cadastro IPTU 1353000



DADOS	
Data de construção 1935	Nome do proprietário Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul
Área do lote 937,00m ² (17,20x54,50x54,50x17,20)	Área construída
Uso original Monumento comemorativo	Uso atual Monumento comemorativo
Propriedade Público	Situação de ocupação Próprio
Grau de proteção Bem inventariado em 10/08/1987 sob o registro PRS/87-0001.00063.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 114: Vista frontal do monumento. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 115: Vista frontal do monumento. Fonte: A autora, 2012.



Figura 116: Detalhe do monumento. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas				
Estrutura	<input checked="" type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input type="checkbox"/> Outro:	
Vergas	Portas:		Janelas:	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	-	-	-
Revestimento da fachada	-	-	-	-
Pintura da fachada	-	-	-	-
Esquadria	-	-	-	-
Informações relevantes				
Monumento com estrutura em concreto e busto de Bento Gonçalves em bronze.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Monumento em regular estado de conservação, estando a estrutura em concreto riscada. Não apresenta risco de desaparecimento.	

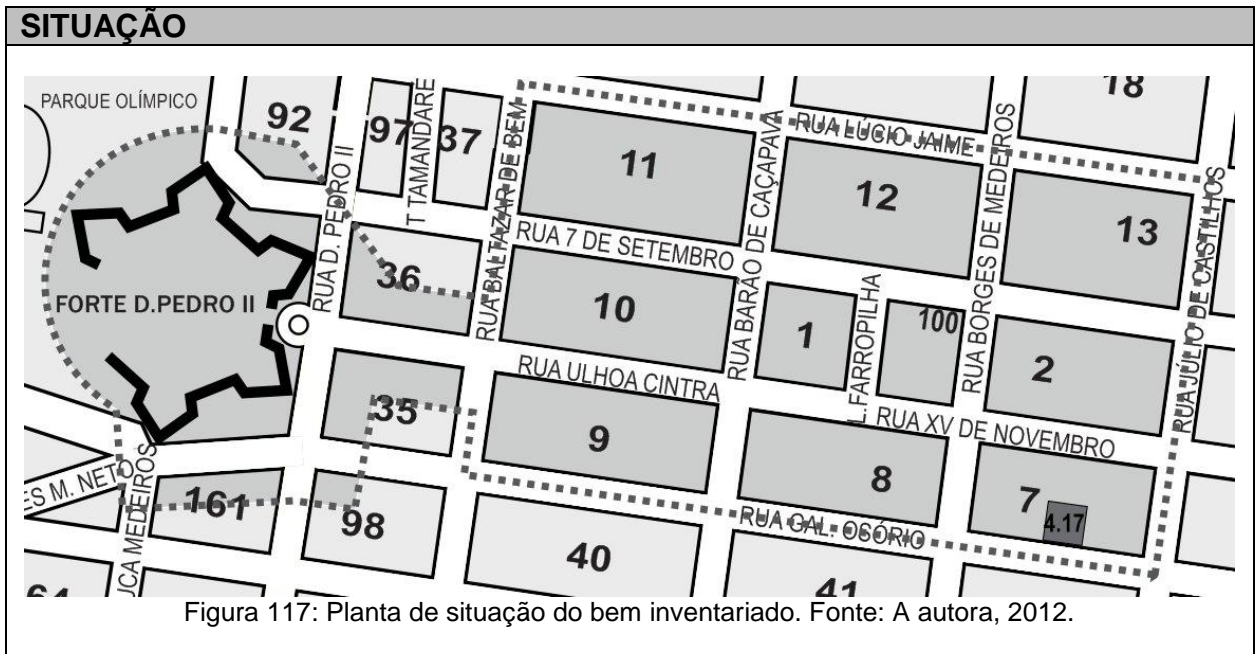
ENTORNO PRÓXIMO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Monumento integrado ao Largo Farroupilha, próximo à bem tombado (IPHAE). Passeio calçado. Logradouro asfaltado e em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Monumento comemorativo ao Centenário Farroupilha (1835-1935).

LEVANTAMENTO	
Data 20/10/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.17.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Antiga Residência	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua General Osório, nº 617 - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 7 / 2	Cadastro IPTU 304000 / 304010 (anexo)



DADOS	
Data de construção 1939	Nome do proprietário Notofoli Alves Soares
Área do lote 548,76m ² (13,30x33,30x33,30x17,60)	Área construída 274,84m ² . Em 1964 foi edificado um anexo de 22,00m ² , totalizando 296,84m ²
Uso original Residência	Uso atual Comércio (Rádio Caçapava / Escritório Contábil)
Propriedade Privada	Situação de ocupação Alugada
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00039.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Figura 118: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 119: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.

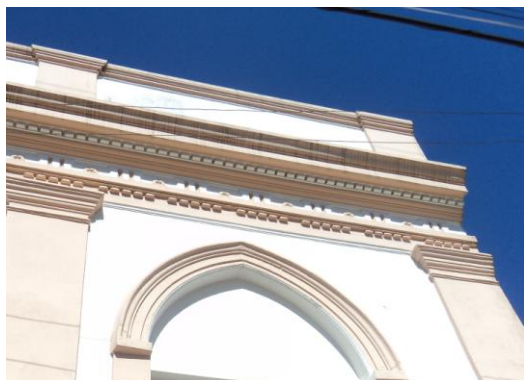


Figura 120: Detalhe frisos e cunhal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 121: Detalhe esquadria com verga em arco ogival com cercadura. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	4			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: arco ogival		Janelas: arco ogival	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	Reboco e argamassa
Pintura da fachada	-	Caiação	-	Caiação
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea com desdobramento em duas partes. Possui fachada assimétrica, com demarcação de colunas, platibanda com tratamento decorativo em alto-relevo e frisos. Esquadrias com verga em arco ogival, cercadura e bandeira cega. Sótão fechado. Porta de acesso a parte esquerda da edificação em madeira e vidro, com 2 folhas de abrir e bandeira alta. A parte direita tem acesso pela lateral. Janelas em madeira e vidro, tipo guilhotina e venezianas de empacotar que abrem para exterior.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input checked="" type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em regular estado de conservação. Não apresenta risco de desaparecimento. Foi subdividida em duas partes e, apesar de estar sendo utilizada, apresenta problemas de conservação e patologias. Prioritária para preservação.	

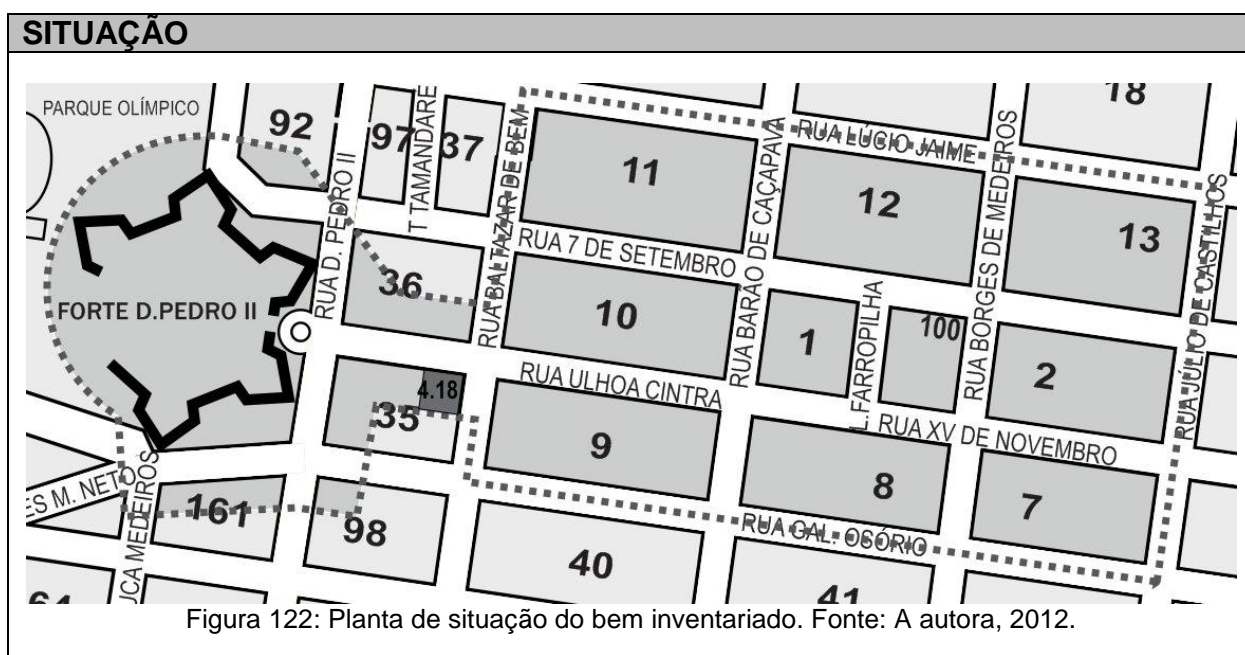
ENTORNO PRÓXIMO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal, possuindo recuo nos fundos e nas laterais. Lote fechado com muros e portões de ferro nas laterais. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Construída em 1939, sendo importante edificação que compõe os bens de interesse pertencentes ao centro histórico.

LEVANTAMENTO	
Data 20/10/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.18.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Antiga Sede Polícia Civil	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Ulhoa Cintra, nº 102 esq. Rua Baltazar de Bem - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 35 / 1	Cadastro IPTU 913000



DADOS	
Data de construção 1949	Nome do proprietário Ubiratã Jose Mendes Soares
Área do lote 262,57m ² (12,10x21,70x21,70x12,10)	Área construída 214,12m ²
Uso original Sede Polícia Civil	Uso atual Comercial (Bira Móveis)
Propriedade Privada	Situação de ocupação Própria
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00003.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 123: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 124: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 125: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 126: Fachada lateral. Fonte: A autora, 2012.



Figura 127: Detalhe frisos e cunhal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 128: Detalhe esquadria com verga reta com cercadura. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input checked="" type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	4			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Caiação	-	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea. Possui fachada simétrica com acesso central por pequena escada. Possui ornamentação em alto-relevo, demarcação de colunas, acabamento em cunhal, platibanda com tratamento decorativo em alto-relevo e frisos. Esquadrias com verga reta e moldura decorativa na parte superior. Porta e janelas em madeira e vidro, com 2 folhas de abrir, postigo interno e bandeira alta. Possui também janelas fixas em vidro temperado com bandeira alta, servindo como vitrines.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em bom estado de conservação e não apresenta risco de desaparecimento. No entanto foi bastante descaracterizada, com fechamento dos vãos alterados, sendo algumas esquadrias originalmente de madeira substituídas por vidro temperado e a cobertura de telhamento de barro trocado por fibrocimento. Passou por acréscimos de construções no lote em outros períodos, com materiais diferenciados do original, sendo utilizados madeira e vidro. Na lateral, foi inserida uma porta em maior altura, juntamente com sacada em madeira com guarda-corpo em madeira e vidro. Edificação destinada ao comércio, com identidade visual da empresa inserida na fachada.	

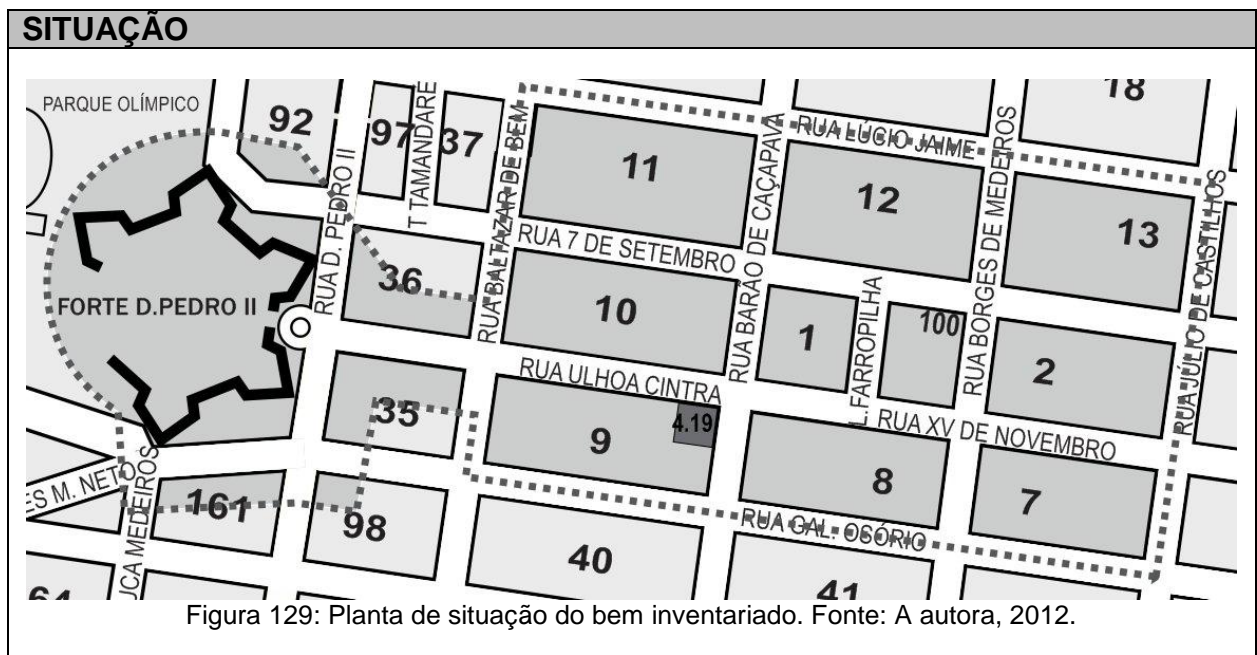
ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno. Situada em esquina, construída sobre o alinhamento do passeio público em ambas as ruas, possuindo recuo nos fundos e na lateral esquerda onde há acesso à garagem. Lote fechado com muros e portão de ferro na lateral esquerda. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Construída na década de 1940, sendo uma importante edificação remanescente, localizada na área de início da urbanização e na possível primeira rua configurada no município.

LEVANTAMENTO	
Data 20/10/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.19.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL ÇAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Antiga Residência	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Ulhoa Cintra, nº 284 e 274 esq. Rua Barão de Caçapava - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 9 / 29 e 2	Cadastro IPTU parte 1: 435000; parte 2: 403000 / 403010 / 403020 (anexo)



DADOS	
Data de construção 1949	Nome do proprietário Moacir Carvalho de Freitas
Área do lote parte 1: 539,96m ² (6,65x34,70x34,70x21,70) parte 2: 639,84m ² (27,35x34,70x34,70x12,30)	Área construída parte 1: 140,50m ² parte 2: 153,00m ² térreo + 16,00m ² 2º pavimento + 24,00m ² anexo, totalizando 193,00m ²
Uso original Residência	Uso atual Residência e Comércio (Elegance Presentes)
Propriedade Privada	Situação de ocupação Própria
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00014.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 130: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 131: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 132: Fachada frontal: parte 1 e parte 2 da edificação. Fonte: A autora, 2012.



Figura 133: Fachada lateral. Fonte: A autora, 2012.



Figura 134: Detalhe frisos e cunhal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 135: Detalhe frontão em arco e sótão. Fonte: A autora, 2012.



Figura 136: Detalhe esquadria com verga em arco pleno com cercadura. Fonte: A autora, 2012.



Figura 137: Detalhe do 2º pavimento da parte 2. Fonte: A autora, 2012.



Figura 138: Detalhe tratamento decorativo na platibanda. Fonte: A autora, 2012.



Figura 139: Detalhe esquadria com verga reta e elementos da fachada. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

Cobertura

Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	2			

Estrutura Portante Independente Outro: a levantar

Vergas Portas: arco pleno, reta Janelas: arco pleno, reta

Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	Alvenaria de tijolo de barro cozido	Alvenaria de tijolo de barro cozido
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	Reboco e argamassa	Reboco e argamassa
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	Caiação	Tinta plástica
Esquadria	-	Madeira e vidro	Madeira e vidro	Madeira

Informações relevantes

Segundo informações orais, a edificação passou por um desdobramento sendo atualmente subdivida em dois lotes e duas residências.

A parte esquerda, junto à esquina, é térrea com pé-direito amplo. Possui fachada assimétrica, com frontão em arco com ornamentos em alto-relevo incorporado a platibanda, que possui tratamento decorativo em alto-relevo, frisos e abertura para o sótão, demarcação de colunas, acabamento em cunhal. Esquadrias com verga em arco pleno, cercaduras e bandeira cega decorada em alto-relevo. Porta em madeira e vidro com folha de abrir. Janelas em madeira e vidro com 2 folhas de correr, persiana metálica e grades de ferro. Sótão com janelas com veneziana fixa.

A parte direita, em igual altura, possui o pé-direito mais baixo, configurando-se em dois pavimentos, e possuindo tratamento da fachada diferenciado. Possui fachada assimétrica, com frisos e tratamento

decorativo em alto-relevo na platibanda. Esquadrias com verga reta e percebem-se vestígios de vãos de outras esquadrias que foram fechadas. Possui sacada com guarda-corpo de tubos metálicos. Porta em madeira e vidro, com 1 folha de abrir. Janelas em madeira e vidro, com 2 folhas fixas e 3 do tipo maximar que abre para exterior, e pequena bandeira alta com vidros coloridos. No segundo pavimento, janelas com venezianas de empacotar que abrem para exterior.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- Homogêneo (original)
 Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
 Descaracterizado (muitos elementos substituídos)

Informações relevantes

Edificação em estado regular estado de conservação e não apresenta risco de desaparecimento. No entanto foi bastante descaracterizada, com fechamento dos vãos alterados. Parcela da edificação destinada ao comércio, com identidade visual da empresa inserida na fachada da parte 1. Aplicação de revestimentos cerâmicos na fachada da parte 2.

ENTORNO PRÓXIMO

- Edificação de referencial urbano
 Edificação como parte de um conjunto
 Edificação conformadora do perfil urbano

Informações relevantes

Edificação próxima à bem tombado (IPHAÉ). Em diagonal à Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes. Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno. Situada em esquina, construída sobre o alinhamento dos passeios públicos. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal em ambas as ruas e possui recuo nas laterais, onde há acesso às suas respectivas garagens. Lotes fechados com muros e portões de ferro nas laterais. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.

HISTÓRICO

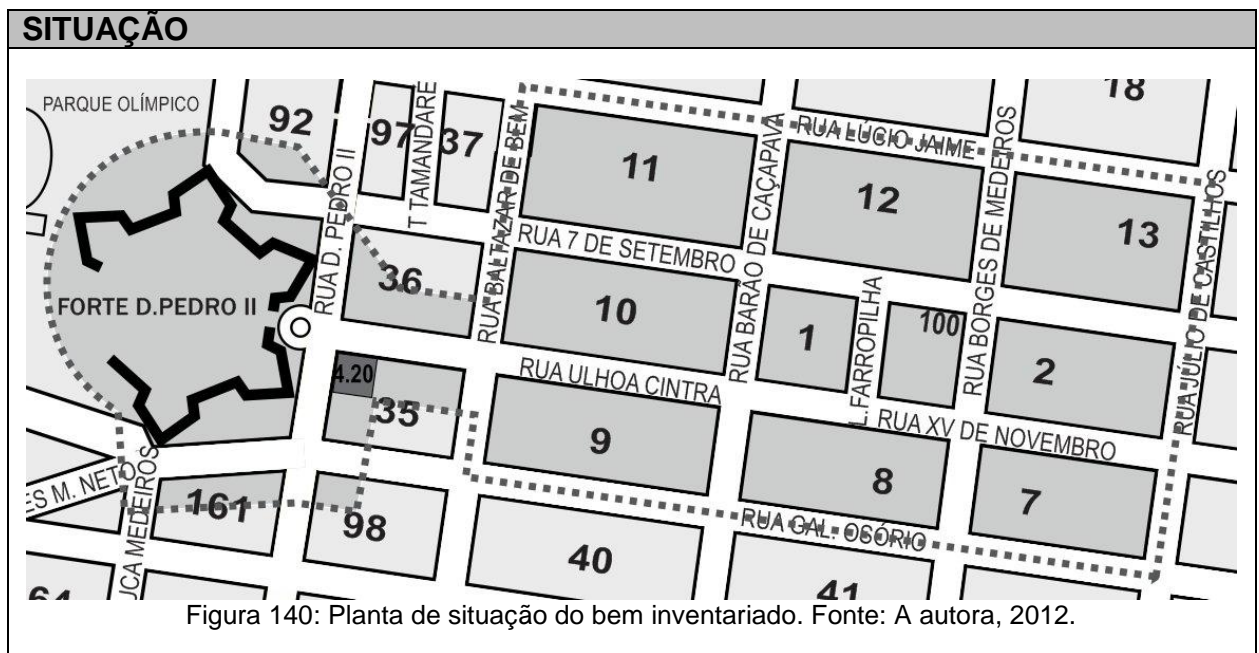
Construída na década de 1940, sendo importante edificação que compõe os bens de interesse pertencentes ao centro histórico.

LEVANTAMENTO

Data 20/10/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Moraes
---------------------------	--

4.20.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Antiga Residência	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Ulhõa Cintra, nº 10 esq. Rua D.Pedro II - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 35 / 5	Cadastro IPTU 917000 / 917010



DADOS	
Data de construção 1954	Nome do proprietário Modesta da Silva Lima
Área do lote 562,00m ² (16,60x34,00x34,00x16,50)	Área construída 189,04m ² (172,04+17,00)
Uso original Residência	Uso atual Residência
Propriedade Privada	Situação de ocupação Alugada
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00002. Isento de tributos de IPTU.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 141: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 142: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 143: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 144: Fachada lateral. Fonte: A autora, 2012.



Figura 145: Detalhe frontão em arco e sótão. Fonte: A autora, 2012.



Figura 146: Detalhe tratamento decorativo na platibanda. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	2			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	Reboco e argamassa
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	-	Tinta plástica
Esquadria	-	Madeira, metálica, vidro	-	Madeira e vidro
Informações relevantes				
Edificação térrea. Possui fachada assimétrica, com dois pequenos frontões recortados sobre a platibanda e com um frontão em arco incorporado a platibanda, que possui tratamento decorativo em alto-relevo e abertura para o sótão. Esquadrias com verga reta e cercadura decorativa demarcadas na alvenaria. Porta de acesso principal em madeira e vidro, com 1 folha fixa e 1 folha de abrir, e pequena bandeira alta. Outra porta também em madeira e vidro, com 1 folha de abrir e pequena bandeira alta, sobreposta por porta de vidro temperado em 1 folha que abre para exterior. Janelas em madeira e vidro, com 2 folhas abrir e venezianas de abrir. Possui também janelas metálicas e vidro do tipo basculantes. Portão da garagem metálico.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em bom estado de conservação e não apresenta risco de desaparecimento. No entanto foi bastante descaracterizada, com fechamento dos vãos alterados, sendo algumas esquadrias originalmente de madeira substituídas por metálicas.	

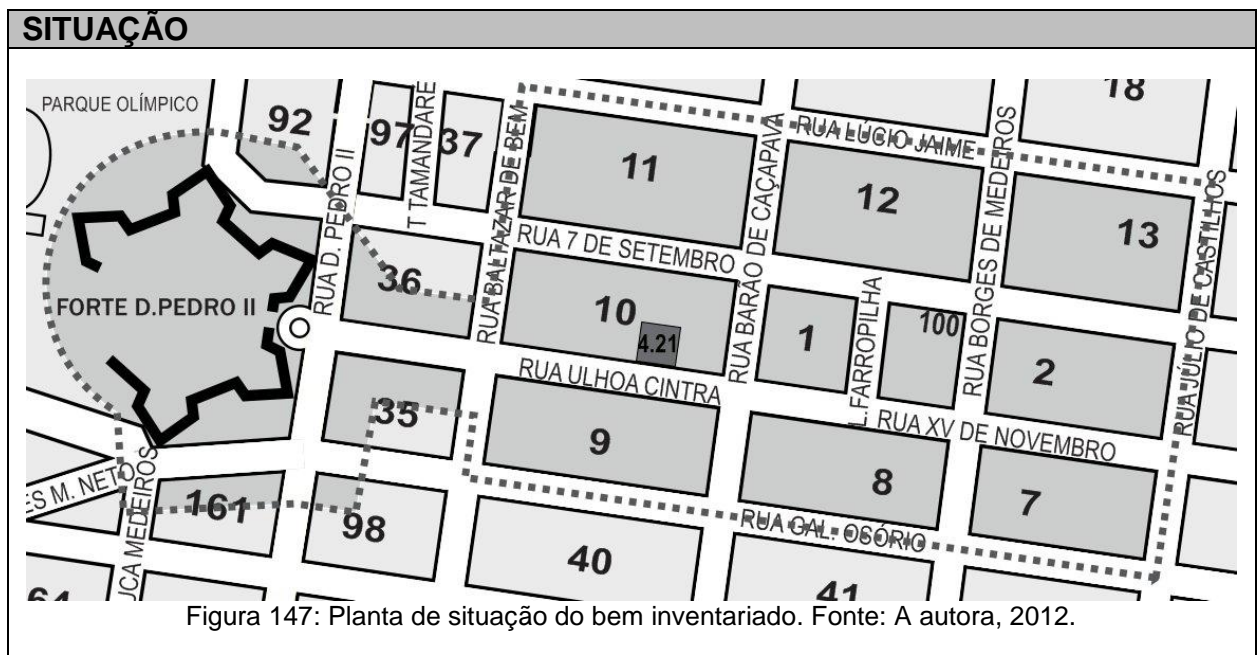
ENTORNO PRÓXIMO	
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação próxima à bem tombado (IPHAN). Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno. Situada em esquina, construída sobre o alinhamento dos passeios públicos. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal em ambas as ruas e possui recuo em uma das laterais. Lote fechado com muros. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Construída na década de 1950, sendo uma importante edificação remanescente, localizada na área de início da urbanização e na possível primeira rua configurada no município.

LEVANTAMENTO	
Data 20/10/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Morais

4.21.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL CAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Antiga Residência	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Ulhoa Cintra, nº 241 - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 10 / 27	Cadastro IPTU 471000



DADOS	
Data de construção 1964	Nome do proprietário Mercia Umbilina Haag
Área do lote 422,00m ²	Área construída 83,00m ²
Uso original Residência	Uso atual Residência
Propriedade Privada	Situação de ocupação Alugada
Grau de proteção Bem inventariado em 10/08/1987 sob o registro PRS/87-0001.00060. Isento de tributos de IPTU.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 148: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d.



Figura 149: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 150: Detalhe platibanda. Fonte: A autora, 2012.



Figura 151: Detalhe esquadria com verga reta e cercadura decorativa. Fonte: A autora, 2012.



Figura 152: Detalhe elementos decorativos na fachada. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input type="checkbox"/> Outro:
Nº de águas	2			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa	-	-
Pintura da fachada	-	Caiação	-	-
Esquadria	-	Madeira e vidro	-	-
Informações relevantes				
Edificação térrea. Possui fachada assimétrica, com colunatas, frontão em arco, em volume saliente, com ornamentos em alto-relevo incorporado a platibanda, que possui tratamento decorativo em alto-relevo e frisos. Esquadrias com verga reta e cercadura decorativa demarcadas na alvenaria. Porta de acesso pela lateral esquerda. Janelas em madeira e vidro com 2 folhas de abrir e venezianas de empacotar que abrem para exterior.				

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)
Informações relevantes	
Edificação em estado regular de conservação e não apresenta risco de desaparecimento. Foi realizada reforma da edificação, mas mantiveram-se os elementos da fachada.	

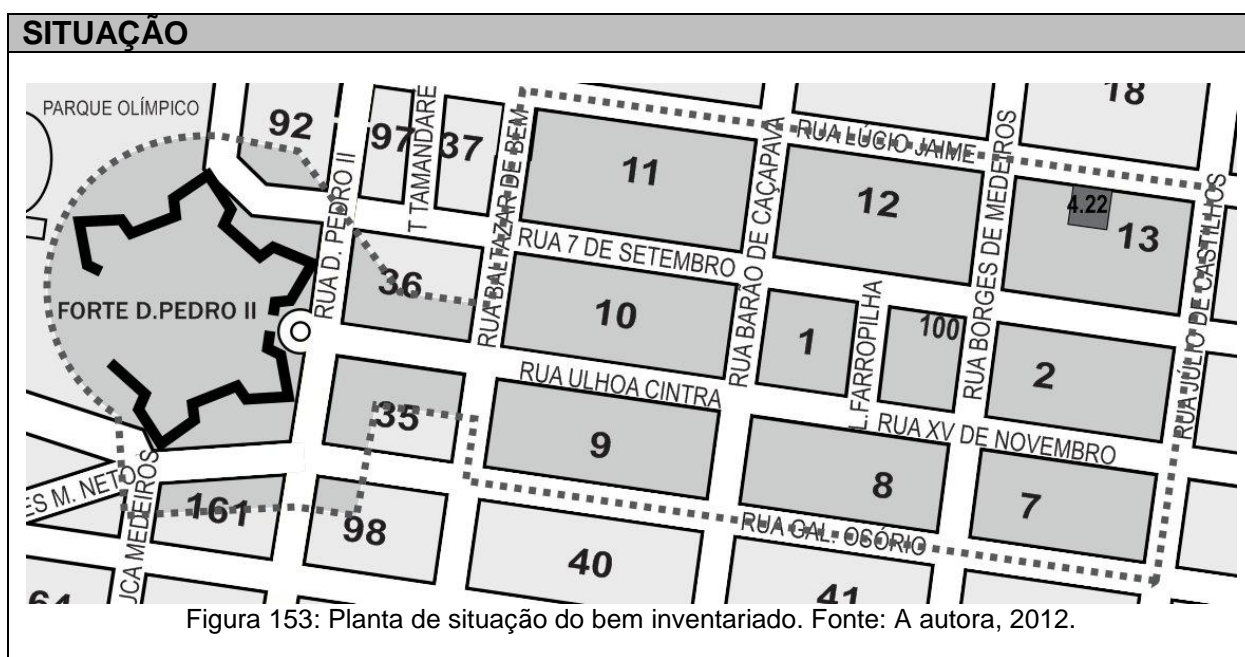
ENTORNO PRÓXIMO	
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano
<input type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano
Informações relevantes	
Edificação próxima à bem tombado (IPHAE). Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento dos passeios públicos. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal e possui recuo em uma das laterais. Lote fechado com muros. Passeio calçado. Logradouro em bloco basalto.	

HISTÓRICO
Construída na década de 1960, sendo importante edificação que compõe os bens de interesse pertencentes ao centro histórico.

LEVANTAMENTO	
Data 22/12/2012	Pesquisador Arq. e Urb. Michelle Campos Moraes

4.22.

INVENTÁRIO URBANO PATRIMÔNIO DE VALOR ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL ÇAÇAPAVA DO SUL - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL	
IDENTIFICAÇÃO	
Denominação Antiga Residência e Comércio	
Município / Estado Caçapava do Sul / RS	Endereço Rua Lúcio Jaime, nº 612 - Bairro Centro
Setor / Quadra / Lote 1 / 13 / 16	Cadastro IPTU 586000 / 586010 / 586020 / 587000 (anexo) / 588000 (anexo)



DADOS	
Data de construção 1978	Nome do proprietário Otaviano Batista Severo
Área do lote 656,00m ² (16,00x41,00x41,00x16,00)	Área construída 217,00m ² (182,00+21,00+14,00). Em 1985 foi edificado um anexo de 86,00m ² e um de 24,00m ² , totalizando 327,00m ²
Uso original Residência e Comércio	Uso atual Residência e Comércio (Stella Hair Salão de Beleza e Ciclosul Oficina de Bicicleta)
Propriedade Privada	Situação de ocupação Alugada
Grau de proteção Bem inventariado em 06/03/1987 sob o registro PRS/87-0001.00027.	

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 154: Perspectiva. Fonte: Projeto Caçapava, s/d .



Figura 155: Perspectiva. Fonte: A autora, 2012.



Figura 156: Fachada frontal. Fonte: A autora, 2012.



Figura 157: Detalhe frontão em arco. Fonte: A autora, 2012.

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS				
Cobertura				
Telhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Capa/canal	<input type="checkbox"/> Francesa	<input checked="" type="checkbox"/> Fibrocimento	<input type="checkbox"/> Outro:
Acabamento	<input type="checkbox"/> Beiral	<input checked="" type="checkbox"/> Platibanda	<input type="checkbox"/> Lambrequim	<input type="checkbox"/> Outro:
Coroamento	<input type="checkbox"/> Cimalha	<input checked="" type="checkbox"/> Friso	<input checked="" type="checkbox"/> Frontão	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: pináculos
Nº de águas	não levantado			
Estrutura	<input type="checkbox"/> Portante	<input type="checkbox"/> Independente	<input checked="" type="checkbox"/> Outro: a levantar	
Vergas	Portas: reta		Janelas: reta	
Materiais	Subsolo	1º Pavimento	2º Pavimento	Sótão
Vedação da estrutura	-	Alvenaria de tijolo de barro cozido	Alvenaria de tijolo de barro cozido	-
Revestimento da fachada	-	Reboco e argamassa tijolo aparente	Reboco e argamassa	-
Pintura da fachada	-	Tinta plástica	Tinta plástica	-
Esquadria		Metálica e vidro	Madeira, metálica, vidro	
Informações relevantes				
Edificação com dois pavimentos. Possui fachada assimétrica, com frontão com ornamentos em alto-relevo incorporado a platibanda, que possui tratamento decorativo em alto-relevo, frisos e pináculos. Esquadrias com verga reta. No primeiro pavimento, as portas de acesso são metálicas e vidro, com 1 folha de abrir. Janela metálica e vidro, com 2 folhas de correr e grades de ferro. Junto ao passeio há um portão em ferro do lado direito que dá acesso ao segundo pavimento por escadas, onde se tem uma área coberta. Porta de acesso ao segundo pavimento pela lateral direita. Possui sacada com guarda-corpo em ferro com porta de madeira, vidro e grades de ferro. Janela metálica e vidro, com 2 folhas de correr e persiana metálica. No seu entorno possui elementos decorativos demarcados na fachada.				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO				
<input type="checkbox"/>	Homogêneo (original)			
<input type="checkbox"/>	Heterogêneo (apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos)			
<input checked="" type="checkbox"/>	Descaracterizado (muitos elementos substituídos)			
Informações relevantes				
Edificação em bom estado de conservação. No entanto passou por acréscimos de construções no lote em outros períodos. Parte das esquadrias originalmente de madeira foram substituídas por metálicas. O telhamento de barro da área coberta na lateral direita foi substituído por fibrocimento. Pavimento térreo destinado ao comércio, com identidade visual das empresas inseridas na fachada. Apresenta risco de desaparecimento tendo em vista que outros imóveis no entorno foram demolidos devido a especulação imobiliária..				
ENTORNO				
<input type="checkbox"/>	Edificação de referencial urbano			
<input checked="" type="checkbox"/>	Edificação como parte de um conjunto			
<input type="checkbox"/>	Edificação conformadora do perfil urbano			
Informações relevantes				
Edificação remanescente que dialogava com outras do entorno que foram demolidas. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal e possui em uma das laterais. Lote fechado com muros, grades e portão de ferro.				
HISTÓRICO				
Construída na década de 1970, sendo das mais recentes edificações que compõe os bens de interesse pertencentes ao centro histórico.				
LEVANTAMENTO				
Data	Pesquisador			
22/12/2012	Arq. e Urb. Michelle Campos Morais			

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após o período de atenção ao foco de pesquisa foi possível identificar aspectos relevantes da conformação e evolução urbana de Caçapava do Sul com relação ao patrimônio edificado. Sua arquitetura remonta a um passado que consolida relações de identidade coletiva, sendo que através de seu conhecimento é possível saber de parte da história da cidade.

Os resultados indicam o grande valor das edificações tanto pelos individuais atributos formais e simbólicos quanto relacionados ao contexto e contribuição na qualidade visual do cenário urbano. Permitiu-se uma leitura mais detalhada da evolução do bem arquitetônico, suas transformações, as deformações que a estrutura vem sofrendo, suas subtrações e adições, que facilitam o entendimento da história da edificação, de forma a facilitar futuras intervenções e aplicação de novos usos, integrando o passado no presente.

Em se tratando do centro histórico, foi possível constatar a grande quantidade de exemplares que constituem essa área acessada por toda a comunidade. A vivência junto aos bens e a comunidade e o acesso à documentação que embasou a pesquisa foram de grande valia para acentuar o despertar da autora para o sentimento de pertencimento do lugar em um determinado tempo histórico.

Se por um lado a pesquisa aponta para a contribuição positiva dos bens remanescentes de períodos mais antigos no cenário urbano atual, por outro, a falta de preservação do patrimônio gera avaliações negativas. Fica evidente a necessidade de implementação de planos de ações que coíbam tal descaracterização, mutilação e demolição de edificações, que colocam em risco de completa extinção importantes bens arquitetônicos.

A memória dos feitos políticos e heroicos do passado são conformadores e ainda fortemente inseridos na identidade coletiva, porém cada vez mais a comunidade se distancia da alusão aos significados simbólicos dos bens edificados, não promovendo a sua preservação. Uma das formas de afirmar essa identidade coletiva é por meio da valorização do patrimônio, onde a materialidade representativa do passado propicia o resgate histórico na contemporaneidade.

Uma das contribuições da pesquisa é que, a partir da sua publicação, tem-se a possibilidade de aproximar a comunidade das questões relativas aos mecanismos de preservação, para que se consiga a apropriação dos bens pelos cidadãos, com destaque para a importância da educação patrimonial. Muitas vezes as ações são de pouca visibilidade e pouco envolvimento local, sendo necessário mobilizar a comunidade, a partir de sua cultura e de sua história, em direção às mudanças almejadas para este processo de desenvolvimento.

Verificando-se o conjunto dessa problemática da falta de consciência por parte da comunidade, aliada a omissão pública, foi que durante o desenvolvimento da pesquisa estreitou-se os contatos com os gestores locais no sentido de conhecer o que o município propiciava para a preservação do patrimônio. Evidenciou-se a importância de inserir a questão patrimonial no processo de planejamento da cidade, de forma a implementar ações concretas visando salvaguardar os remanescentes do patrimônio edificado, visto que as escassas medidas existentes não estavam sendo aplicadas.

Nesse sentido, foi possível participar ativamente e ter acesso a conteúdos acerca de alguns procedimentos, como a adequação da delimitação da área do centro histórico, a partir da alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal em conformidade com a Portaria de Entorno emitida pelo IPHAE, sendo a pesquisa desenvolvida com base na área atualizada. Também o fato de Caçapava do Sul participar junto ao Programa do IPHAN de Aceleração das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas) tem sido fator importante para destacar a necessidade de inserir a questão patrimonial no município.

No que tange ao inventário realizado, será disponibilizado para consulta pela comunidade, bem como junto a Prefeitura Municipal, sendo incluso como instrumento de referência para o planejamento de ações de valorização e preservação do patrimônio, de forma a articular-se às políticas e planos constantes no Plano Diretor Municipal. Tem-se a expectativa de novos estudos referentes ao tema abordado, com a continuidade do inventário contemplando as demais áreas urbanas e as áreas rurais, podendo contribuir para o desenvolvimento do direito ao patrimônio e promoção da preservação dos bens de interesse arquitetônico, histórico e cultural.

CONCLUSÃO

Embora seja crescente a preocupação com o patrimônio cultural, sabe-se que constitui um tema complexo, objeto de estudo em todas as épocas. Ao longo da pesquisa, algumas reflexões foram feitas quanto às concepções de patrimônio cultural, seus marcos teóricos e limites cronológicos, e de como se alteram com as mudanças ocorridas na história, sendo possível inferir que a medida que o processo histórico avança, esses conceitos se ampliam e ganham novas perspectivas a fim de responder às necessidades da sociedade. No caso do patrimônio edificado, verificou-se como as normas internacionais foram se ampliando, tratando o patrimônio cultural como um todo dentro da diversidade cultural dos povos e como um direito e propriedade da humanidade.

Revisar a legislação brasileira sobre patrimônio cultural apontou que um amplo aparato jurídico, como medida isolada, não constitui garantia de legitimação na preservação do patrimônio, sendo necessário pensar em instrumentos integrados que zelem pela preservação. Expõe-se o desafio em conciliar a preservação com os novos processos de desenvolvimento, conscientes, sobretudo, da dimensão socioeconômica assumida na contemporaneidade.

É importante ressaltar que a valorização do patrimônio é uma das formas de afirmar-se uma identidade, sendo que a materialidade atingida por esse patrimônio representa os vestígios do passado e constitui a memória de cada indivíduo ou do coletivo. Partindo do princípio de que a valorização do patrimônio depende principalmente de seu conhecimento e, sua preservação, do valor atribuído à história, para valorar e preservar esse patrimônio é necessário fazer um trabalho efetivo sobre a questão patrimonial, que seja instrumento de motivação individual e coletiva para a prática da cidadania. Isso porque o fortalecimento do sentimento de identidade é dado pelo conhecimento do patrimônio e pela apropriação consciente da comunidade.

A pesquisa contemplou parte do patrimônio de Caçapava do Sul que lhe confere identidade e rememora seu passado, mas que muitas vezes esse patrimônio não é reconhecido pela comunidade. Contribui-se com o papel de destacar o valor do patrimônio local, propondo a reflexão através da história do município de modo a

provocar o despertar desta sociedade e sensibilizar a comunidade e o poder público para a necessidade da questão patrimonial e assim corroborar para a preservação dos bens locais, visto que o patrimônio é de responsabilidade de todos, tanto do poder público em que a comunidade se sente representada, quanto da própria comunidade.

Assim, a aplicação desse trabalho colabora para que a comunidade de Caçapava do Sul reconheça este passado e compreenda que é um ser social e histórico e, como tal, responsável pela preservação desta herança cultural, sendo que esse patrimônio remanescente é o que perpassa ao longo do tempo e cabe a cada geração preservar. Ao mesmo tempo que se apresenta o desafio da aspiração e concretização da preservação do patrimônio de valor arquitetônico, histórico e cultural em Caçapava do Sul, espera-se que o trabalho sirva para abrir caminhos para a continuidade e a aprofundamento de futuros estudos e planos de ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Nicolau da Silveira. **História do Município de Caçapava do Sul – lendas, folclore e turismo**. 3ª edição. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>.

Último acesso em: 30 de jun de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>.

Último acesso em: 30 de jun de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Último

acesso em: 30 de jun de 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.116**. Março de 1994. Institui a Lei do Desenvolvimento Urbano.

Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=LegislacaoAc&Clr=1>>.

Último acesso em: 30 de jun de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 25**. Novembro de 1937. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Último acesso em: 30

de jun de 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas, CIAM, 1933**. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Último acesso em: 07

de jul de 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Machu Pichu, ENCONTRO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS, 1977**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=29194FBA305B2610B5EB3CA4A3A30AFC?id=250>>. Último acesso em: 07 de jul de 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza, ICOMOS, 1964**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=29194FBA305B2610B5EB3CA4A3A30AFC?id=236>>. Último acesso em: 07 de jul de 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Declaração do México, ICOMOS, 1985**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=29194FBA305B2610B5EB3CA4A3A30AFC?id=255>>. Último acesso em: 07 de jul de 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Recomendação Paris, UNESCO, 1972**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>. Último acesso em: 07 de jul de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Documentos nº 3: Cartas Patrimoniais**. Brasília, DF: MEC/IPHAN, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília, DF: MEC/SPHAN, 1980.

CAÇAPAVA DO SUL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal**. Lei municipal nº 2004 de 05 de Setembro de 2006. Disponível em: <www.cacapava.rs.gov.br>. Último acesso em: 18 de ago de 2012.

CAÇAPAVA DO SUL. **Prefeitura Municipal**. Disponível em: <www.cacapava.rs.gov.br>. Último acesso em: 18 de ago de 2012.

CASSOL, Arnaldo Luiz. **Dinarte Ribeiro 1854-1919 – biografia, história, jornalismo, política**. Passo Fundo: Ed. Pe. Berthier, 1987.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª edição. São Paulo: Estação Liberdade - UNESP, 2006.

CLUBE UNIÃO, DIRETORIA. **100 anos de “União – 1900/2000”**. Caçapava do Sul, 2000.

CURY, Isabelle. (Org.) **Cartas Patrimoniais**. Edições do Patrimônio. 2ª edição – Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FRANCISCO FERNANDES, Celso e PEDRO LUFT, F. Marques Guimarães. **Dicionário Brasileiro Globo**. São Paulo: Globo, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINE, Sandra C. A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Iphan, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430280#>>. Último acesso em: 18 de ago de 2012.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi, Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v. 1, 1985.

LEMOS, Carlos A. C., **O que é Patrimônio**. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEMOS, Cristian Iribarrem. O comércio de materiais de demolição. A análise histórica e conceitual sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural. Arqtextos. Portal VITRUVIUS, edição 239 – junho 2004.

PAIM, P. S. G. **Minas do Camaquã, RS – marco da história da mineração de cobre no Brasil**. Sítios Publicados, v. I, SIGEP, 2009. Disponível em: <<http://www.ig.unb.br/sigep/sitio064/sitio064.pdf>>. Último acesso em: 18 de ago de 2012.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

RUBERT, Pe. Arlindo. **A Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul**. Santa Maria. 1956

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. **Bens Culturais e Proteção Jurídica**. Porto Alegre: UE/ Porto Alegre. 1997.

ANEXOS

Ficha de inventário - IPHAN

INVENTÁRIO DOS BENS EDIFICADOS DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO - IPHAÉ

1 - IDENTIFICAÇÃO MUNICÍPIO: QUARTEIRÃO: DENOMINAÇÃO: USO ORIGINAL/ ATUAL: ENDEREÇO: PROPRIETÁRIO:		2 - FICHA Nº
		3 - GRAU DE PROTEÇÃO:
4 - SITUAÇÃO	5 - CROQUI DA PLANTA BAIXA	
6 - FOTOGRAFIA DA EDIFICAÇÃO		

ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

7 - COBERTURA: Nº DE ÁGUAS: _____ TELHAMENTO <input type="checkbox"/> CAPA/CANAL <input type="checkbox"/> FRANCESA <input type="checkbox"/> FIBROCIM. <input type="checkbox"/> OUTRO ACABAMENTO <input type="checkbox"/> BEIRA BICA <input type="checkbox"/> BEIRA SEVEIRA <input type="checkbox"/> LAMBREQUIM <input type="checkbox"/> OUTRO COROAMENTO <input type="checkbox"/> CIMALHA <input type="checkbox"/> PLATIBANDA <input type="checkbox"/> FRONTÃO <input type="checkbox"/> OUTRO						8 - TIPO DE ESTRUTURA: <input type="checkbox"/> INDEPENDENTE <input type="checkbox"/> PORTANTE	
9 - MATERIAIS						10 - ESQUADRIAS (TIPO DE VERGA)	
	SUBSOLO	1ºPAVIMENTO	2ºPAVIMENTO	3ºPAVIMENTO	SÓTÃO	VERGAS DAS PORTAS: _____ VERGAS DAS JANELAS: _____	
ESTRUTURA							
VEDAÇÃO DA ESTRUTURA							
ESQUADRIAS							
REVESTIMENTO DE FACHADA							
PINTURA DA FACHADA							
11 - ESTADO CONSERVAÇÃO (MODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS ORIGINAIS) <input type="checkbox"/> HOMOGÊNEO (ORIGINAL) <input type="checkbox"/> HETEROGÊNEO (APRESENTA SUBSTITUIÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS ORIGINAIS POR ELEMENTOS NOVOS). <input type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO (MUITOS ELEMENTOS SUBSTITUÍDOS)				12 - ESTADO FÍSICO (INFORMAR NESTE ÍTEM O ESTADO DE DEGRADAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS)			
13 - DADOS HISTÓRICOS OU REFERÊNCIAS CULTURAIS : FONTE:							
14 - ENTORNO PRÓXIMO (A EDIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO ENTORNO) <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO DE REFERENCIAL URBANO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO COMO PARTE DE UM CONJUNTO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO CONFORMADORA DO PERFIL URBANO							
15 - FOTO DO ENTORNO:						16 - OBSERVAÇÕES	
						17 - PESQUISADOR	
						18 - DATA	